

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

LAÍS ROCHA LEÃO

“SOMOS TUDO MEIO NEURÓTICA”

**EMPREGO DE TÁTICAS DE AUTOPROTEÇÃO COMO MECANISMOS DE RESISTÊNCIA
URBANA NAS DECISÕES FEMININAS DE MOBILIDADE**

CURITIBA

2022

LAÍS ROCHA LEÃO

“SOMOS TUDO MEIO NEURÓTICA”

**EMPREGO DE TÁTICAS DE AUTOPROTEÇÃO COMO MECANISMOS DE
RESISTÊNCIA URBANA NAS DECISÕES FEMININAS DE MOBILIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Linha de Pesquisa Planejamento e Projeto Urbano e Regional, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Urbana.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo José Firmino

CURITIBA

2022

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Pamela Travassos de Freitas CRB/9 1960

L437s
2022

Leão, Laís Rocha
“Somos tudo meio neurótica” : emprego de táticas de autoproteção como mecanismos de resistência urbana nas decisões femininas de mobilidade / Laís Rocha Leão ; orientador: Rodrigo José Firmino. – 2022.
175 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2022
Bibliografia: f. 155-168

1. Planejamento urbano. 2. Mobilidade social – Mulheres. 3. Espaços públicos – Medidas de segurança. 4. Violência – Aspectos sociais. 5. Vida urbana. 6. Violência urbana – Mulheres – Proteção. I. Firmino, Rodrigo José. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 22. ed. – 711.4

TERMO DE APROVAÇÃO

“SOMOS TUDO MEIO NEURÓTICA”: EMPREGO DE TÁTICAS DE AUTOPROTEÇÃO COMO MECANISMOS DE RESISTÊNCIA URBANA NAS DECISÕES FEMININAS DE MOBILIDADE

Por

LAÍS ROCHA LEÃO

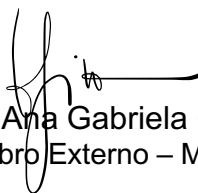
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Belas Artes, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



Prof. Dr. Rodrigo Firmino
Coordenador do Programa –
PPGTU/PUCPR Orientador –
PPGTU/PUCPR



Profª. Dra. Geisa Tamara Bugs
Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Profª. Dra. Ana Gabriela Godinho de Lima
Membro Externo – MACKENZIE

Curitiba, 04 de março de
2022.

A todas que nasceram livres e tornaram-se mulheres.
Àquelas que resistiram e resistem, que lutam diariamente por
igualdade. Por um mundo mais justo, a vocês dedico,
novamente, este estudo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que nunca deixaram de me incentivar a buscar o certo e o justo, e que sempre me presentearam com o que deveria ser universalmente básico, mas ainda é privilégio: amor e segurança. Um abraço especial à minha mãe, dona Moira, que nunca me deixou esquecer que a gente “não vem pra vida à passeio”;

Às minhas avós e avôs, sempre presentes de corpo ou espírito, que transmitem a força ancestral que precisei pra entender meu lugar no mundo, minhas responsabilidades e conquistas. A todas as mulheres que me antecederam e que carregaram o peso da violência e da solidão em busca de um futuro mais promissor: caminhar junto à suas forças e energias é uma grande honra;

Às amigas e amigos que sempre estiveram presentes, seja por meio dos palpites na construção deste título, abrindo portas e criando conexões que viabilizaram esta pesquisa, na construção de tabelas dinâmicas, na divulgação e aplicação da pesquisa, nas divagações sobre os caminhos da epistemologia feminista, na teimosia em fazer de suas vidas uma eterna busca por um mundo mais justo, no trabalho e luta de chão urbano, no asfalto e na lama, na linha de frente da criação de cidades mais inclusivas, ou no simples, mas muito generoso, fornecimento dos ombros de apoio e de seu valioso tempo;

Ao meu queridíssimo orientador, que me convenceu da importância de consolidar este caminho acadêmico e que sempre permitiu o desenvolvimento desta pesquisa com pés no chão e, acima de tudo, sempre com a responsabilidade e o respeito que o assunto e temática exigem. A todos os demais professores que tive ao longo da vida, muitos dos quais viraram grandes amigos, e que muitas vezes foram grandes portos seguros em momentos difíceis;

Às mulheres que disponibilizaram seu tempo e energia para ajudar na produção desta pesquisa e com a disposição de seus dados e perspectivas. Agradeço enormemente às conversas e ensinamentos: sem vocês, eu não seria. Obrigada pela generosidade em compartilharem um pouco das suas vivências;

Por fim, um grande agradecimento ao meu país e ao povo brasileiro, que me possibilitaram acesso à educação superior de qualidade e gratuita, sem as quais não poderia alcançar voos mais altos. Sonho que mais meninas e mulheres brasileiras possam trilhar os mesmos caminhos, com segurança, respeito e justiça. #elenão

*“Para as mulheres o corpo pode ser tanto
uma fonte de identidade quanto uma
prisão”*

Silvia Federici

*“Away with your man-visions! Women
propose to reject them all, and begin to
dream dreams for themselves”*

Susan B. Anthony

RESUMO

LEÃO, Laís Rocha. “Somos tudo meio neurótica”: Emprego de táticas de autoproteção como mecanismos de resistência urbana nas decisões femininas de mobilidade. 2022. 166 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Gestão Urbana) – Programa de Pós Graduação em Gestão Urbana (PPGTU), Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2022.

As táticas de autoproteção empregadas sistematicamente por mulheres junto às suas decisões urbanas de mobilidade, bem como o esforço vinculado à execução cotidiana de tais táticas, são os objetos de análise desta pesquisa. Buscou-se estudar de que forma o uso de táticas de segurança influencia e é influenciado pelas decisões de mobilidade femininas, sob recortes e análises interseccionais em Curitiba (Paraná). Para tal, foram realizadas dinâmicas em formato de Grupos Focais com lideranças que representassem perfis femininos diversificados, onde as participantes eram estimuladas a discorrerem sobre suas vivências, perspectivas e inseguranças urbanas, vinculadas às decisões de mobilidade, resistência e resiliência sobre o uso do espaço público. A partir dos depoimentos coletados nos Grupos Focais, foi também distribuído um questionário quantitativo visando colher a perspectiva de uma amostra maior de mulheres curitibanas sobre a temática. Foram constatadas diferenças de percepção de segurança, acesso e escolha de modais e de uso de certas táticas de autoproteção de acordo com diferenças territoriais, etárias, de renda, raciais e de orientação sexual. No entanto, o ponto transversal entre mulheres diversas é a existência de insegurança com relação à cidade e a influência direta do uso de táticas de autoproteção nas decisões de mobilidade e vice-versa. Conclui-se que é essencial estabelecer postura crítica, embasada pela teoria do urbanismo feminista, com relação ao modelo latino-americano vigente patriarcal e colonialista de dominação e construção urbana, que exclui mulheres dos espaços públicos e as binariza em espaços privados. O uso de táticas de autoproteção, no entanto, pode atuar como agente disruptor de ciclos de insegurança femininos na cidade, empoderando mulheres a ocupar espaços que lhes são de direito e, conseqüentemente, a partir da presença de mais mulheres, incentivando uma ocupação mais segura das demais. No entanto, paralelamente, é também necessário evitar o incentivo a táticas de autoproteção vinculadas ao autoisolamento e invisibilização das usuárias, financiadas por um cerco estatal, patriarcal e midiático de terrorismo psicológico endereçado à estas mesmas mulheres, que desistem de meios de mobilidade, param de acessar determinadas áreas ou perdem acesso à certas oportunidades por medos que são, muitas vezes, de terceiros.

Palavras-chave: Urbanismo feminista; Táticas de autoproteção; Segurança Urbana; Esforço por segurança; Medo urbano; Perspectiva de gênero.

ABSTRACT

LEÃO, Laís Rocha. “We are all ‘kinda’ neurotic”: Deployment of self-protection tactics as mechanisms of urban resistance on female mobility decisions. 2022. 166 p. Master Final Thesis (MSc Urban Management) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU), Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2022.

The self-protection tactics related to urban mobility decisions systematically employed by women, as well as the effort made to put those tactics into practice, are the objects of analysis of this research. It aims to address how the employment of those self-security tactics influences and is influenced by female mobility decisions, through intersectional lenses, in the city of Curitiba (Paraná State, Brazil). To achieve that goal, Focal Group dynamics have taken place with community leaders that represented diversified female profiles. The participants were invited to descant about their urban experiences, perspectives and insecurities concerning the use of urban spaces. From the analysis of the Focal Group participants’ testimonies, a second round of research, using quantitative questionnaires, took place aiming to target a wider sample of women’s perspectives on the matter. Differences were found concerning safety perception, access to certain modes of transport, as well as the possibility of employment of certain self-protection tactics, between different territorial, age, wealth, racial and sexual orientation realities. Despite intersectional differences and realities, the transversal connection between diverse women is the urban insecurity and the direct influence of the employment of self-protection tactics on the mobility decisions and vice-versa. It is possible to conclude that is essential to stablish a critical posture, based on the theory of feminist urbanism or feminist urban planning, concerning the current Latin-American patriarchal-colonialist system of domination and construction of urban spaces, that excludes women from public places and binarize them into the private realm. The use of self-protection tactics, however, can act as a disruptive agent in the female urban cycle of insecurity, empowering women to occupy spaces that are theirs by right. At the same time, however, it is also urgent to avoid supporting the use of self-protection tactics focused on self-isolation or user invisibility, financed by a patriarchal-state-media siege of psychological terrorism that chase these same women, that give up on modes of transport, that stop accessing specific urban areas or that loose access to certain opportunities out of fear – a fear that, commonly, is not theirs, but created by third parties.

Keywords: Feminist Urbanism; Self-protection tactics; Urban security; Safety Work; Urban Fear; Gender Perspective.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de Percepção de Vulnerabilidade e Segurança	77
Figura 2: Renda média mensal familiar das respondentes do questionário quantitativo	91
Figura 3: Distribuição territorial das respondentes do questionário quantitativo	91
Figura 4: Mapa de bairros e regionais de Curitiba	93
Figura 5: Estruturação Urbana – Visão futura: Plano Diretor de Curitiba	95
Figura 6: ““Já troquei de roupa antes de sair de casa por medo/insegurança de que algo ruim poderia acontecer””: comparativo entre amostra total e recortes étnico-raciais e etários	103
Figura 7: “A presença de forças de segurança da minha cidade (polícia, guarda, segurança privada) me geram muita segurança”: comparativo entre amostra total e recortes étnico-raciais	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: “Já deixei de aceitar uma proposta de trabalho/estudo pois teria que voltar sozinha à noite”: regionais de Curitiba	115
Gráfico 2: “Sinto que estou constantemente buscando possíveis locais de fuga ou onde possa pedir ajuda quando me desloco pela minha cidade”: regionais de Curitiba	118
Gráfico 3: “Evito ficar parada sozinha em algum lugar público, somente uso espaços públicos para deslocamento”: amostra geral	121
Gráfico 4: “A segurança de um espaço é o fator mais determinante nas minhas decisões de mobilidade”: amostra geral	122
Gráfico 5: “Gasto mais do que gostaria (ou precisaria) com transporte por questão de segurança”: amostra geral.....	123
Gráfico 6: “Sempre que posso prefiro andar de carro (seja particular ou de aplicativo), pois me sinto mais segura”: amostra geral	124
Gráfico 7: “Me sinto mais segura andando de ônibus do que com transporte por aplicativo”: amostra geral	126
Gráfico 8: “A forma que me desloco e as escolhas de mobilidade que faço são diferentes de dia e à noite”: modais mais utilizados.....	129
Gráfico 9: “Sinto que a minha presença em espaços públicos gera mais segurança para outras mulheres utilizarem aquele espaço também”: modais mais utilizados.....	129
Gráfico 10: “Já decidi ir a determinado local, mesmo quando tive medo, pois sabia que isso poderia gerar mais segurança para outras mulheres”: modais mais utilizados.....	130
Gráfico 11: “Já decidi de algum deslocamento pois a área em que passaria era mal iluminada”: amostra geral.....	132
Gráfico 12: “Prefiro me deslocar por mais tempo ou por uma distância maior do que me deslocar por um caminho que pareça inseguro”: amostra geral	132
Gráfico 13: “Já deixei de ir a um evento de lazer pois me senti insegura com relação aos deslocamentos”: amostra geral	133
Gráfico 14: “Me sinto mais segura quando me desloco pela cidade quando estou acompanhada do que quando estou sozinha”: amostra geral	139

Gráfico 15: “Sinto que me preocupo mais com formas de locomoção do que os homens da minha família ou amigos homens”: amostra geral.....	140
Gráfico 16: “Sinto que estou constantemente buscando possíveis locais de fuga ou onde possa pedir ajuda quando me desloco pela minha cidade”: amostra geral	141
Gráfico 17: “Já compartilhei minha localização em aplicativos de rastreamento com amigos e familiares para me sentir mais segura”: amostra geral.....	142
Gráfico 18: “Sinto que minha independência para me deslocar é prejudicada pela insegurança nos espaços públicos da minha cidade”: amostra geral	143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Artigos selecionados em revisão sistemática relacionada à temática do planejamento urbano sob perspectiva de gênero e conceitos correlatos.....	32
Quadro 2 – Perfis autodeclarados das participantes e distribuição entre grupos focais	84
Quadro 3 – Tópicos de entrevista para grupo focal	87
Quadro 4 – Perguntas e afirmações para questionário quantitativo	89
Quadro 5 – Categorias utilizadas para classificar as táticas de autoproteção utilizadas pelas participantes da pesquisa	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Renda média familiar nas regionais de Curitiba.....	94
Tabela 2 – “Me sinto mais segura ao andar na rua se encontro com outras mulheres, mesmo que desconhecidas”: mulheres com ou sem filhos.....	99
Tabela 3 – “Sinto que me preocupo mais com formas de locomoção do que os homens da minha família ou amigos homens”: mulheres com ou sem filhos.....	99
Tabela 4 – “No caso de sofrer assédio ou violência, prefiro pedir ajuda à outras mulheres”: mulheres com ou sem filhos.....	99
Tabela 5 – “Já troquei de roupa antes de sair de casa por medo/insegurança de que algo ruim poderia acontecer”: mulheres com ou sem filhos.....	101
Tabela 6– “Já compartilhei minha localização em aplicativos de rastreamento com amigos e familiares para me sentir mais segura”: mulheres com ou sem filhos	101
Tabela 7 – “Me sinto mais segura ao me deslocar pela minha cidade quando tenho algum objeto ou ferramenta que possa ser utilizado para minha defesa comigo (guarda-chuva, chaves, canivetes)”: mulheres com ou sem filhos.....	102
Tabela 8 – “Me sinto mais segura ao me deslocar pela minha cidade quando tenho algum objeto ou ferramenta que possa ser utilizado para minha defesa comigo (guarda-chuva, chaves, canivetes)”: orientação sexual	107
Tabela 9 – “Me sinto mais segura quando me desloco pela cidade quando estou acompanhada do que quando estou sozinha”: orientação sexual	107
Tabela 10 – “A presença de forças de segurança da minha cidade (polícia, guarda, segurança privada) me geram muita segurança”: identidade étnico-racial.....	109
Tabela 11– “A presença de forças de segurança da minha cidade (polícia, guarda, segurança privada) me geram muita segurança”: orientação sexual	110
Tabela 12 – “No caso de sofrer assédio ou violência, prefiro pedir ajuda à outras mulheres”: identificação étnico-racial	111
Tabela 13 – “Já decidi ir a determinado local, mesmo quando tive medo, pois sabia que isso poderia gerar mais segurança para outras mulheres”: identificação étnico-racial	111
Tabela 14 – “Já deixei de aceitar uma proposta de trabalho/estudo pois teria que voltar sozinha à noite”: identidade étnico-racial	114

Tabela 15 – “Já deixei de aceitar uma proposta de trabalho/estudo pois teria que voltar sozinha à noite”: disposição territorial periferia <i>versus</i> centro.....	114
Tabela 16 – “Já deixei de aceitar uma proposta de trabalho/estudo pois teria que voltar sozinha à noite”: renda média familiar.....	114
Tabela 17 – “Já deixei de ir a um evento de lazer pois me senti insegura com relação aos deslocamentos”: disposição territorial periferia <i>versus</i> centro.....	116
Tabela 18 – “Já deixei de ir a um evento de lazer pois me senti insegura com relação aos deslocamentos”: renda média familiar.....	117
Tabela 19 – “Sinto que estou constantemente buscando possíveis locais de fuga ou onde possa pedir ajuda quando me desloco pela minha cidade”: disposição territorial periferia <i>versus</i> centro.....	117
Tabela 20 – “Sinto que estou constantemente buscando possíveis locais de fuga ou onde possa pedir ajuda quando me desloco pela minha cidade”: renda média familiar.....	118
Tabela 21 – “Me sinto mais segura ao me deslocar pela minha cidade quando tenho algum objeto ou ferramenta que possa ser utilizado para minha defesa comigo (guarda-chuva, chaves, canivetes)”: disposição territorial periferia <i>versus</i> centro.....	119
Tabela 22 – “Gasto mais do que gostaria (ou precisaria) com transporte por questão de segurança”: renda média familiar.....	123
Tabela 23 – “Sempre que posso prefiro andar de carro (seja particular ou de aplicativo), pois me sinto mais segura”: orientação sexual.....	124
Tabela 24 – “Sempre que posso prefiro andar de carro (seja particular ou de aplicativo), pois me sinto mais segura”: disposição territorial periferia <i>versus</i> centro	125
Tabela 25 – “Me sinto mais segura andando de ônibus do que com transporte por aplicativo”: disposição territorial periferia <i>versus</i> centro	126

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	OBJETIVOS	20
1.2	JUSTIFICATIVA	21
1.3	ESTRUTURA DO DOCUMENTO.....	24
2	PERCEPÇÃO DE INSEGURANÇA E O MEDO DE OCUPAR A CIDADE: UM RECORTE DE GÊNERO.....	26
2.1	URBANISMO FEMINISTA E O TRABALHO PELA SEGURANÇA: MECANISMOS DE RESISTÊNCIA QUESTIONANDO O SISTEMA VIGENTE	27
2.1.1	Urbanismo feminista ou urbanismo sob perspectiva de gênero: conceitos globalizados, realidades acadêmicas paralelas	28
2.1.1.1	Produção acadêmica contemporânea e vazios de pesquisa: metodologias	30
2.1.1.2	Produção acadêmica contemporânea e vazios de pesquisa: resultados	34
2.1.2	Táticas de autoproteção e trabalho por segurança	37
2.2	DINÂMICAS DE CONTROLE E PODER NA CONSTRUÇÃO URBANA E TERRITORIAL	43
2.2.1	Controle, poder e território: reflexos de dinâmicas sociais historicamente construídas	44
2.2.2	Distribuição e configuração do território: uma fundação excludente resultando em uma realidade segmentada.....	50
2.2.2.1	Influência e impactos dos processos de colonização na construção urbana da América Latina	53
2.2.3	Mulheres privadas, homens públicos	57
2.2.3.1	Privação feminina na realidade brasileira.....	61
2.2.4	Cidades por e para: inserção das excluídas e os benefícios urbanísticos da inclusão de vivências.....	64
2.3	APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS, MEDO E A EXCLUSÃO FEMININA.....	67
2.3.1	Espaço, lugar e pertencimento como dinâmicas de gênero.....	67
2.3.2	Percepção de insegurança e o medo de ocupar no Brasil.....	71
2.3.3	Mulheres e mobilidade, acesso à cidade e oportunidades	78

3	TÁTICAS DE SEGURANÇA E OS PROCESSOS DECISÓRIOS DE MOBILIDADE DE MULHERES EM CURITIBA.....	82
3.1	METODOLOGIA.....	82
3.2	REALIDADE DEMOGRÁFICA E URBANÍSTICA DE CURITIBA	92
3.3	“TENHO PRAZER EM ANDAR NA CIDADE, MAS ELA ME EXIGE ALGUNS INSTRUMENTOS”: RESULTADOS QUALI-QUANTITATIVOS	95
3.3.1	Diferenças etárias e maternidade nas relações de segurança	96
3.3.2	Interseccionalidades raciais e de orientação sexual: “não tá seguro pra ninguém”	107
3.3.3	Renda, território e escolaridade: “A gente tá correndo risco só por existir”	113
3.3.4	Influência das táticas de autoproteção dos/nos diferentes modais....	121
3.4	TÁTICAS DE AUTOPROTEÇÃO RELATADAS: “TEM QUE FAZER TUDO ISSO PRA SAIR DE CASA?”	130
3.4.1	Autoisolamento	131
3.4.2	Adoção de posturas rígidas	134
3.4.3	Utilização de táticas de disfarce ou de “chamar menos atenção”	136
3.4.4	Busca por possíveis protetores	138
3.4.5	Ignorar ou negar determinados medos	144
3.4.6	Carregar itens que possam ser protetivos	145
3.4.7	Revidar ou buscar punição	146
4	CONCLUSÕES: INFLUÊNCIA DO TRABALHO POR SEGURANÇA NAS DECISÕES FEMININAS DE MOBILIDADE EM CURITIBA	148
	REFERÊNCIAS.....	155
	APÊNDICES	169

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre a construção das cidades é também um estudo sobre lutas e resistências na ocupação dos espaços. Como um espelho das dinâmicas sociais vigentes e, paralelamente, também como tela e textura influenciadora da produção de tais dinâmicas sociais de controle e dominação, a cidade, e também a disciplina que a estuda (o urbanismo), tendem a ser áreas de grandes disputas de poder.

Cortés (2018, p.28) sustenta que “a configuração das estruturas urbanas é, portanto, a expressão espacial de uma dominação institucionalizada”. Ou seja, a estrutura social dominante faz uso dos espaços urbanos para fortalecer seus mecanismos de dominação e, paralelamente, grupos contra-hegemônicos também usam a cidade para colocar em prática estratégias e táticas de resistência à sua dominação.

O desenvolvimento urbano pautado pela lógica capitalista de construção de cidades configurou-se, desde seu cerne, em torno do ideal da propriedade privada e, fundamentalmente, da oposição entre classes. As estruturas de dominação da classe camponesa e proletária em prol da produção de riquezas tornaram-se pilares centrais das dinâmicas urbanas logo no início dos processos de desenvolvimento urbano em larga escala. Em contraponto, as populações e grupos dominados desenvolveram, sistematicamente, mecanismos de resistência à tal dominação. O sistema instalado de divisão internacional do trabalho e também da propriedade, focado na supressão de espaços comunitários e valorização da propriedade privada, sustenta-se também em estratégias de cisão entre grupos oprimidos (FEDERICI, 2017). Tais mecanismos buscam fortalecer a hipervalorização do indivíduo e a supressão do cidadão, que deixa de preocupar-se com as demandas coletivas e passa apenas a valorizar as suas necessidades individuais, sejam elas de posse, consumo ou poder (TOCQUEVILLE, 2000).

A partir destas perspectivas e realidades, instalou-se também uma divisão sexual do trabalho, pautada fundamentalmente na divisão de papéis de gênero e na criação de uma estrutura dicotômica entre público e privado, paralela às funções de gênero, onde cabem às mulheres o espaço privado e o trabalho reprodutivo (seja ele sob a perspectiva da mulher branca de classe alta retida aos espaços privados próprios, seja ele sob a perspectiva da mulher negra de classes proletárias confinada aos espaços “privados” que não lhes pertenciam, por exemplo), e aos

homens o espaço público e o trabalho, tido como, produtivo (CHANTER, 2011; FEDERICI, 2017).

Tais estruturas de dominação e controle permitiram a cisão entre grupos oprimidos, subordinação e invisibilização da mulher e do trabalho feminino, culminando num declínio social das mulheres a partir de estruturas de gênero. Estas estruturas de dominação colocam o homem como ser “neutro” e a mulher como ser relativo e secundário ao homem, com demandas invisíveis e desimportantes (BEAUVOIR, 2017; FEDERICI, 2017). Desta forma, as dinâmicas de decisão e poder foram historicamente centradas em mãos masculinas, patriarcais e cisheteronormativas, que construíram leis, espaços urbanos e dinâmicas sociais que retroalimentam seu próprio sistema de dominação (BOURDIEU, 2012; FEDERICI, 2019; FOUCAULT, 1987).

De forma globalizada, a disciplina e as estruturas tecnopolíticas de poder acabam por determinar quem têm direito a ocupar certos espaços e quem deve se ausentar destes. A dicotomia entre público e privado que desapossa mulheres das decisões sociopolíticas do coletivo e de acesso ao espaço público e encerra-as aos espaços internos e familiares é também uma forma de imposição de controle e poder (FEDERICI, 2017).

Tal privação faz parte, da mesma forma, de estratégias de supressão de espaços de encontro coletivos, onde podem ocorrer a formação de grupos de resistência e luta, bem como limitar a interação comunitária e a socialização. No contexto brasileiro, o desenvolvimento urbano foi pautado sobre dinâmicas de exploração, desigualdade na distribuição das terras produtivas e o apagamento das terras e histórias originárias, coletivas e comunitárias, fruto de séculos de ataque às culturas nativas e aos processos de colaboração coletiva (GALEANO, 2021). Sob o ponto de vista das estruturas de dominação e poder estudadas pelo movimento feminista, cabe observar neste momento também a inter-relação entre dinâmicas colonialistas, patriarcais e racistas de dominação de certos grupos que, de forma interseccional (conforme apontaram, a partir da década de 90, Crenshaw (2018) e, no contexto latino-americano, Lélia Gonzalez (2020)), exercem influência sobre a liberdade e acesso à cidade e direitos daquelas que pertençam a grupos oprimidos a partir de mais de um recorte social.

As relações espaciais estão diretamente vinculadas às vivências de cada indivíduo quanto ao lugar social que ocupa, bem como seus espaços de poder ou coação. De forma a estabelecer um posicionamento crítico quanto às limitações de ocupação de certos grupos a certos lugares, é essencial criticar paulatinamente a dicotomia entre espaços públicos e privados. Para tal, também é essencial compreender as sensações de pertencimento sobre determinados lugares ou não-lugares. A conceituação de um lugar está diretamente vinculada às dinâmicas afetivas que este lugar apresenta, ou seja, às dinâmicas de apropriação e pertencimento, e também às dinâmicas de medo do espaço urbano. Um lugar construído sob uma ótica “neutra” de planejamento será um lugar de potencial conforto para homens, tidos como o padrão social, enquanto muitas vezes pode ser um “não-lugar” de extrema insegurança para uma mulher que transita sozinha por ali (AUGÉ, 1994; DUARTE, 2002; MASSEY, 1994).

Estas relações estabelecem vínculo direto com as dinâmicas de mobilidade femininas nas cidades, uma vez que a limitação das mulheres à espaços privados (como se estes fossem os únicos a prover as demandas e necessidades femininas referentes ao seu trabalho “natural” reprodutivo) transformou os locais públicos em espaços que não lhes pertencem. A disposição de infraestrutura urbana insensível à ótica de gênero não considera o trabalho diário feminino, atualmente produtivo e reprodutivo, e ignora as demandas de mobilidade comuns às mulheres. Desta forma, por necessidade e vontade de ocupar também os espaços públicos, muitas mulheres acabaram por criar mecanismos e táticas de “ocupação segura” dos espaços públicos, buscando desenvolver mapas mentais de segurança baseados em experiências próprias e de terceiras. Estes mapas mentais muitas vezes são tidos como uma habilidade “natural” feminina, quando na verdade são imposições sociais que responsabilizam mulheres pela manutenção de sua segurança (KERN, 2021; VALENTINE, 1989; VERA-GRAY, KELLY, 2020).

Os espaços que geram segurança são muitas vezes espaços de interação comunitária e que contam com a presença de outras mulheres ou de outros grupos de afinidade cultural e identitária, onde há algum tipo de relação com o território e com os usuários. A ausência feminina nos espaços urbanos, ou a homogeneidade da ocupação destes espaços de poder por homens, passa a fortificar ciclos de insegurança, uma vez que quanto menos mulheres ocupando estes espaços, mais

inseguras as demais se sentirão. A ocupação e a presença nos espaços, por si só, são mecanismos de resistência (JACOBS, 2011; VALENTINE, 1989).

Os mecanismos de negociação dos espaços que podem ou não ocupar passaram a ser um esforço cotidiano feminino naturalizado, mas que exige muito esforço mental e, em dados momentos, gera o aumento de custos de deslocamento ou perdas de oportunidades de trabalho e estudo para mulheres. Esta dinâmica de avaliação constante de riscos e probabilidades de violência geram realidades cotidianas de stress e ansiedade (COL-LECTIU PUNT 6, 2019; KERN, 2021; VALENTINE, 1989).

Estudo apresentado por Earle, Linden e Weinberg (1999) aponta, por exemplo, que dinâmicas de assédio acentuam as reações biológicas ao stress em mulheres por meio de respostas cardiovasculares pronunciadas e de mecanismos psicológicos de hostilidade auto reportados pelas pesquisadas, bem como aumento nas taxas de cortisol (hormônio do stress), em comparação com os grupos controle. Tais estudos são, evidentemente, realizados em ambiente controlado e em resposta a episódios específicos de assédio – no entanto, a exposição constante a tais mecanismos de stress, especialmente vinculados a traumas anteriores, pode indicar uma super compensação nos mecanismos biológicos de retomada aos níveis pré-traumáticos, gerando consequências de maior prazo nas vítimas.

Considerando a análise da produção acadêmica referente à temática do desenvolvimento de cidades sob perspectiva de gênero, ou como chamaremos conceitualmente neste estudo sob perspectiva do urbanismo feminista (conceito este a ser aprofundado ao longo desta dissertação), observa-se que a discussão sobre a pauta da construção urbana considerando recortes generificados parte da perspectiva de estudo do ônus da violência, e possui diferenças relacionadas às regiões de estudo numa perspectiva globalizada.

Em locais em que a discussão já é mais antiga e incorporada ao urbanismo cotidiano (*“mainstream urbanism”* ou *“mainstream urban planning”*), como em alguns países europeus, a crítica do urbanismo feminista passa a focar com mais profundidade nos mecanismos de dominação e na crítica da conjuntura do desenvolvimento urbano, buscando novos espaços de questionamento e novos mecanismos de participação social. Já na América Latina, onde o processo crítico do urbanismo feminista é mais recente, ainda o trabalho acadêmico é

fundamentalmente focado na produção de dados vinculados ao design urbano e aos fatores geradores de insegurança, sem ainda muito aprofundamento nas críticas causais das dinâmicas patriarcais de construção urbana, em especial focadas na realidade única latino-americana.

Tais recortes e análises geográficos são essenciais visto que as dinâmicas de exploração de gênero diferem substancialmente entre continentes, considerando em especial as dinâmicas colonialistas às quais a América Latina foi submetida ao longo de sua história ocidentalizada. Desenvolver estudos latino-americano-centrados enriquece o debate e abre espaço para a proposição de soluções pertinentes às realidades locais. Os estudos interseccionais latino-americanos sobre as relações raciais e coloniais com o espaço urbano e as tecnopolíticas que conectam usuários aos espaços já existentes, inclusive, aprofundam a densidade da análise das relações de gênero e cidade num contexto aplicado ao Sul Global.

Desta forma, este estudo pretende incorporar o viés crítico do urbanismo feminista para o contexto brasileiro e, conseqüentemente, latino-americano, de forma a avançar na discussão de segurança urbana sob perspectiva de gênero para além da produção de dados sobre medo e das características urbanas geradoras de insegurança. Tal investigação dá-se a partir da relação dos conceitos do urbanismo feminista e de “*safety work*” (trabalho/esforço feminino cotidiano vinculado às táticas de garantia de segurança individual e coletiva), e da análise da influência de tais dinâmicas pelas e sobre as decisões de mobilidade de mulheres na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, Brasil, como processos corajosos de resistência à privação e pela luta cotidiana pela ocupação da cidade.

A metodologia utilizada para a condução desta pesquisa é de caráter qualitativo, e foi executada a partir da realização de Grupos Focais e Questionário Quantitativo. Buscou-se atingir critérios de diversidade amostral, de forma a contemplar perspectivas amplas sobre a insegurança feminina quanto à ocupação de espaços públicos, as táticas de autoproteção utilizadas pelas entrevistadas e suas observações e relações com o espaço público e a cidade. Os depoimentos coletados a partir dos Grupos Focais formaram diretrizes para a realização das perguntas do Questionário Quantitativo para público amostral mais amplo. Os resultados encontrados a partir do questionário, juntamente aos depoimentos

coletados na fase de Grupo Focal, permitiram a condução de análise interseccional referente a temática objeto deste estudo.

A partir da condução desta pesquisa, espera-se contribuir com a atual cena de produção acadêmica urbanística feminista, com foco sobre a utilização de táticas de autoproteção empregadas cotidianamente por mulheres e sobre as consequências de suas utilizações nas decisões de mobilidade sob perspectiva de gênero, e também ajudar a clarificar se o uso destas táticas tem sido suficiente mecanismo de resistência e ocupação urbana na realidade das mulheres questionadas. O foco deste estudo é verificar as táticas de manutenção de segurança (*"safety work"*) referentes à mobilidade utilizadas por mulheres em Curitiba, de forma a compreender qual a influência da percepção de insegurança nas decisões de mobilidade e na facilidade ou dificuldade de acesso à cidade.

Sob a premissa de que mulheres se utilizam sistematicamente de táticas de manutenção de segurança (*"safety work"*) nos processos decisórios de mobilidade cotidiana, a hipótese é de que a preocupação com a segurança é fator de significativa relevância nas dinâmicas decisórias de mobilidade destas, e que tais preocupações geram limitações de circulação e liberdade urbana. No entanto, as táticas de segurança utilizadas permitem que, ainda que sob riscos, mulheres não deixam de corajosamente ocupar seus lugares urbanos.

1.1 OBJETIVOS

O OBJETIVO GERAL deste estudo é analisar de que forma o trabalho invisível e cotidiano de autoproteção como mecanismo de resistência urbanística influencia e é influenciado pelas decisões de mobilidade de mulheres em Curitiba.

Os OBJETIVOS ESPECÍFICOS são:

a) Sistematizar, a partir de embasamento teórico sobre controle e poder territoriais, os conhecimentos, literatura e produção acadêmica relativos ao urbanismo feminista e urbanismo sob perspectiva de gênero interseccional;

b) Levantar padrões de processos decisórios de mobilidade de mulheres em Curitiba vinculados a táticas de manutenção de segurança, como escolha de modais, de horários diurnos/noturnos, de uso ou não de ferramentas tecnológicas de mobilidade, entre outros;

c) Analisar discursos e narrativas de mulheres quanto às táticas de segurança utilizadas nos processos decisórios de mobilidade e os mecanismos de resistência urbanística e reivindicação de direito à ocupação do espaço público;

d) Identificar macro e microtáticas de segurança utilizadas por mulheres em Curitiba em processos decisórios de mobilidade;

e) Analisar a influência das táticas de segurança nos processos decisórios de mobilidade de mulheres em Curitiba, e paralelamente, a influência dos padrões de mobilidade na escolha das táticas de segurança de tais mulheres;

f) Avaliar, dentro do escopo territorial da pesquisa, os impactos práticos da percepção de insegurança no cotidiano de mobilidade feminino.

1.2 JUSTIFICATIVA

A discussão sobre espaço e classe vem sendo aprofundada fortemente pelos estudiosos urbanos ao longo das últimas décadas. No entanto, as questões relacionando gênero e cidade ainda possuem estudos insuficientes sobre suas dinâmicas, e deveriam ser tão relevantes quando as dinâmicas de classe e distribuição territorial, por exemplo. A influência da relação feminina com a cidade é determinante sobre a forma com a qual os espaços são construídos e decisões político-urbanísticas são tomadas, e os dados referentes a políticas públicas de desenvolvimento urbano não poderiam jamais desconsiderar tal recorte (MASSEY, 1994).

Montaner e Muxí (2014) apontam que as implicações urbanas no cotidiano feminino são discrepâncias especialmente difíceis de serem estudadas: as mulheres estiveram presentes em toda a história da humanidade, mas sempre ocultas e invisibilizadas desta história. É confortável negar a invisibilidade feminina visto que estas sempre estiveram, de um jeito ou outro, lá – apesar de paulatinamente silenciadas. Escancarar a evidência das diferenças de percepções e da relação com a cidade entre gêneros é o primeiro passo para promover qualquer tipo de mudança. “É preciso valorizar a experiência real do outro” (MONTANER, MUXÍ, 2014, p. 199).

A espacialidade de um lugar não pode ser analisada sob a ótica “neutra” do homem cisgênero branco heterossexual elitizado, pois este não é um perfil social neutro. De forma a construir um urbanismo ou planejamento urbanos críticos, é necessário que sejam incorporadas visões diversas sobre as demandas urbanas e

que estas sejam adotadas como mecanismos de resistência e de questionamento, capazes de proporcionar mudanças estruturantes no modelo de construção urbana vigente.

O estudo do urbanismo feminista ou urbanismo sob perspectiva de gênero veio sendo aprofundado, sob esta nomenclatura, ao longo das últimas décadas do século XX em especial pelas escolas e acadêmicas europeias, com vínculo especial com o estudo da geografia feminista protagonizado, por exemplo, por Gill Valentine. Após aprofundamento interessante dos estudos práticos do recorte de gênero nas cidades e da influência do medo urbano nas dinâmicas femininas, tais pesquisadoras conseguiram avançar mais em relação a estudos críticos da construção urbanística sob perspectiva de gênero, incorporando-os inclusive no planejamento urbano cotidiano. A crítica à dicotomia do público e do privado, bem como a crítica a quaisquer tipos de dicotomia, inclusive a de gênero, vem dominando gradativamente as análises sobre o assunto.

No entanto, na América Latina e no Brasil ainda existem vazios de pesquisa relevantes tanto no aspecto da coleta de dados sobre assédio e medo urbano, na construção de diretrizes e na consequente incorporação de tais estudos no dia a dia do planejamento urbano, quanto na crítica à construção urbanística em si. Há espaço para a construção acadêmica de todas estas frentes, porém é essencial que os estudos latino-americanos não foquem somente nesta produção de dados e diretrizes, mas também na crítica interseccional aos modelos de planejamento urbano vigentes. Um caminho com espaço para ser trilhado é o da análise de modelos e táticas de resistência urbana desenvolvidos por grupos oprimidos para combater tais mecanismos e estratégias de controle do uso do espaço público e urbano.

Além da relevância para a construção acadêmica deste tipo de estudo, é essencial também observar a realidade brasileira e curitibana com relação à vulnerabilidade e medo urbano femininos. Dados coletados pelo Instituto Locomotiva em 2018 apontam que 8 em cada 10 mulheres brasileiras têm medo de andar sozinhas à noite, por exemplo (GOIS, 2018). Em pesquisa desenvolvida pela ActionAid em parceria com o Instituto YouGov em 2016, com a participação de 502 mulheres brasileiras com mais de 16 anos, as entrevistadas apontaram que os locais e situações que mais sentiam medo de assédio e violência eram “ao andar pelas

ruas” (70%), “ao sair ou chegar em casa depois que escurece” (69%) e “no transporte público” (68%). No Brasil, 16% das mulheres entrevistadas tinham sofrido algum tipo de assédio antes dos 10 anos de idade e 55% antes dos 18 anos – a maior taxa entre os quatro países pesquisados (ACTIONAID, 2016). Mesmo dentro de tais análises ainda há vazios de pesquisa que não necessariamente incorporaram dinâmicas interseccionais de análise de gênero, e que não necessariamente contemplam mulheres diversas e com relações amplas com os espaços públicos – estes números talvez pudessem ser, inclusive, ainda maiores se contemplados grupos específicos e mais vulneráveis.

O Índice de Democracia Local do Instituto SIVIS apontou, em 2017, que 73% das mulheres curitibanas sentem medo de saírem à noite sozinhas na rua. Das demais, 23,47% não cogitariam nem a possibilidade de sair de suas casas à noite – somente 3,4% sentem-se seguras. Para os homens, 11% descartam a possibilidade de saírem sozinhos à noite e 14,5% sentem-se seguros. O índice dos que sentem medo é semelhante entre gêneros, mas a diferença maior está nos extremos – o número de mulheres que não cogitariam sair de casa sozinhas à noite é maior que o dobro do de homens, enquanto a quantidade dos homens que se sentem seguros é mais que quatro vezes maior que a de mulheres. Os índices claramente indicam um nível de cerceamento de liberdade de deslocamento feminino comparativo alarmante. A cidade é insegura para a maioria, independente de seus gêneros, porém os níveis de limitação femininos e de ausência de segurança são muito maiores (SIVIS, 2017).

Avaliar os mecanismos e táticas de autoproteção e segurança utilizados por mulheres no seu cotidiano urbano é essencial para compreender também de que forma estas mulheres tomam decisões de mobilidade em suas cidades, e como tais decisões baseadas no esforço para se manterem seguras são também mecanismos e táticas de resistência urbana. Novamente de acordo com a pesquisa desenvolvida pela ActionAid em 2016, 86% das respondentes disseram adotar táticas de autoproteção contra assédios e violências, sendo essas: fazer caminhos diferentes dos usuais para 55%, evitar parques ou áreas mal iluminadas (52%), ligar ou enviar mensagem para alguém confirmando estar bem (48%), solicitar companhia de outra pessoa (44%), evitar transporte público (17%) e desistir de ir a um evento social (18%). A tática de “ir mesmo com medo”, ou a necessidade de fazê-lo, adotando tais

táticas de autoproteção, é uma forma construída ao longo de muitas gerações por mulheres para garantir algum tipo de acesso mais igualitário à cidade – e tais táticas devem ser estudadas de modo a fornecer insumos para melhores e mais inclusivas decisões político-urbanísticas (ACTIONAID, 2016).

1.3 ESTRUTURA DO DOCUMENTO

Esta dissertação está estruturada em quatro partes, contando este capítulo introdutório. A seguir, o capítulo “Percepção de insegurança e o medo de ocupar a cidade: um recorte de gênero” aborda as questões teórico-conceituais sobre a construção urbana sob perspectiva de gênero, desde as dinâmicas de controle e poder social até as relações de apropriação de espaços públicos, medo e exclusão no território. Inicialmente este estudo conceitua “urbanismo feminista” e “*safety work*”, de modo que ambos os conceitos possam ser utilizados mutuamente para a construção básica da metodologia deste estudo. De forma a embasar a utilização destes conceitos, este segundo capítulo trás também uma breve revisão sistemática da produção acadêmica referente às temáticas relacionadas ao urbanismo sob perspectiva de gênero (ou urbanismo feminista, como chamaremos), de modo ser possível compreender os direcionamentos de pesquisa mais utilizados recentemente, bem como as áreas que ainda demandam maiores atenções.

O apanhado teórico passa pela vinculação dos conceitos de controle e poder sobre o território e a construção urbana e, posteriormente, analisa as relações histórico-filosóficas referentes à presença e acessos das mulheres aos espaços públicos e privados. Na terceira seção deste segundo capítulo, explora-se com mais profundidade os conceitos de espaço e lugar, as dinâmicas de insegurança sob uma perspectiva feminista, bem como os modelos e padrões de mobilidade femininos e sua vinculação com estruturas de exclusão urbana.

O terceiro capítulo, intitulado “Táticas de segurança e os processos decisórios de mobilidade de mulheres em Curitiba” parte para a pesquisa aplicada proposta por este estudo, apresentando, além dos resultados encontrados na análise desenvolvida, divididos em análises interseccionais e elencando as táticas descritas pelas participantes, também a metodologia empregada e uma breve análise sócio, demográfica e urbanística da cidade de Curitiba, contextualizando a realidade local. Por fim, no quarto e último capítulo são analisados os resultados encontrados e sua

relação com os processos teóricos apresentados anteriormente, dando conclusão ao estudo.

2 PERCEPÇÃO DE INSEGURANÇA E O MEDO DE OCUPAR A CIDADE: UM RECORTE DE GÊNERO

A compreensão das dinâmicas urbanas que determinam a mobilidade das pessoas e a ocupação do território passa pelo entendimento da relação entre essas e a construção social e histórica de uma sociedade. Em um contexto de intensa globalização como o atual, é imprescindível analisar o desenvolvimento histórico da ocupação destes territórios, as origens e os mecanismos da distribuição da terra e sua relação com os movimentos de produção.

As expressões urbanística e arquitetônica são reflexos diretos das dinâmicas sociais e, da mesma forma, a arquitetura e o urbanismo podem servir como mecanismos de produção de controle e poder, que influenciarão também tais dinâmicas num ciclo. A arquitetura e o urbanismo são instrumentos políticos (MONTANER; MUXÍ, 2014). Para avaliar e investigar a forma que determinado grupo se relaciona com o espaço é essencial que, primeiramente, compreenda-se, por meio de embasamento teórico já consolidado, a inserção histórica deste grupo no grande quadro social, e também da evolução de seus direitos e deveres impostos em relação a distribuição territorial, de poder e controle social.

Este capítulo pretende, em sua primeira seção, situar os conceitos referentes ao urbanismo feminista e ao trabalho por segurança (*"safety work"*) que serão utilizados ao longo da presente discussão, observando também a utilização de tais termos ou semelhantes nos estudos urbanísticos contemporâneos, a partir de perspectivas internacionais e latino-americanas.

Posteriormente, na seção seguinte, o capítulo espera dar conta de explicitar a dinâmica histórica e filosófica de inserção (ou, no caso, exclusão) das mulheres da distribuição e direitos de apropriação do território urbano, permitindo estabelecer as relações entre território e controle/poder sociais. Também pretende explorar a relação destas dinâmicas de poder na construção dos espaços, em especial públicos, e abordar caminhos alternativos para a construção de cidades (e espaços urbanos) que contemplem também a realidade de pessoas diversas àquelas que, usualmente, detém o poder de decisão político e urbanístico. Tais conceitos, análises e sistematizações pretendem fornecer o embasamento teórico necessário para execução das análises e discussões propostas pela metodologia desta dissertação.

A terceira e última seção do capítulo explora as relações de construção do espaço urbano, o sentimento de apropriação e pertencimento a estes espaços, o medo do outro e a segurança pública, mobilidade e acesso à cidade sob perspectiva de gênero. Tal construção visa apontar os fatores de influência na percepção¹ de segurança feminina ao utilizar o espaço urbano e as dinâmicas tecnopolíticas que determinam as presenças e ausências das mulheres nas cidades, assim como direcionar os mecanismos de avaliação que configurarão as definições metodológicas deste estudo.

2.1 URBANISMO FEMINISTA E O TRABALHO PELA SEGURANÇA: MECANISMOS DE RESISTÊNCIA QUESTIONANDO O SISTEMA VIGENTE

De forma a alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, mostra-se essencial sistematizar o conceito de Urbanismo Feminista a partir de sua construção teórica, consolidando-o com base em uma análise da pesquisa acadêmica referente à construção de cidades sob perspectiva de gênero. Desta forma, podem ser definidos os principais pontos de atenção na produção acadêmica relevante à temática e os vazios de conhecimento que podem ser preenchidos ao final da discussão proposta por esta pesquisa. Em seguida, esta seção pretende também introduzir o conceito de “*safety work*” feminino, que chamaremos aqui a partir de algumas tentativas de tradução direta como “esforço por segurança” ou “trabalho de segurança”, e propor, em consequência, sua conexão ao urbanismo feminista como propostas de mecanismos de resistência urbana executados pelas mulheres em seu cotidiano. A adição e relação de ambos os conceitos será capaz de lançar, de maneira clara, a proposta de pesquisa deste estudo.

¹ Análise pessoal subjetiva da possibilidade de ocorrência de algum crime, vinculada a desconfiança com relação a determinado espaço. Relacionada ao sentimento de usuários de “perceber um sistema de situações como potencialmente perigosas, as quais podem ser determinadas por fatores do meio” (ZANOTTO, 2002, p. 21)

2.1.1 Urbanismo feminista ou urbanismo sob perspectiva de gênero: conceitos globalizados, realidades acadêmicas paralelas

O conceito de urbanismo feminista, com esta precisa nomenclatura, e explorado aos poucos por diversas pesquisadoras dos estudos de gênero e cidade, consolidou-se de forma mais incisiva a partir do trabalho de divulgação do Coletivo *Col-ectiu Punt 6*, juntamente a urbanista argentino-catalã Zaida Muxí². O Coletivo define o urbanismo feminista a partir do urbanismo sob perspectiva de gênero, que entende que o urbanismo e o planejamento urbano não são, atualmente, estudos e práticas neutras, mas sim fundamentados nos valores de uma sociedade patriarcal, com espaços urbanos desenvolvidos para contribuir com a perpetuação deste modelo de dominação. O conceito de urbanismo feminista, então, propõe “colocar as pessoas ao centro das decisões urbanas” (COL-LECTIU PUNT 6, 2016), considerando pessoas a partir dos mais amplos conceitos de diversidades identitárias, e incorporando suas vivências a todas as decisões dos processos urbanísticos, formando espaços que fomentem a vida comunitária e evitem qualquer tipo de segregação, a partir da autonomia individual, da proximidade de serviços de demandas, da diversidade, da vitalidade urbana e da representatividade de diferentes grupos.

O urbanismo feminista, sob a égide do conceito previamente apresentado e que será utilizado ao longo desta análise, difere-se do urbanismo somente sob perspectiva de gênero pois ele passa a incorporar o gênero como parte essencial de seu desenvolvimento, não somente como um ponto de vista. O conceito se fundamenta na ideia de que o espaço construído com os fundamentos de diversidade incorporados pode ter papel essencial na transformação social a partir

² Outras pesquisadoras relevantes da área, como Inés Sánchez de Madariaga, já exploravam a temática, mas ainda sem adotar formalmente o conceito e nomenclatura de “urbanismo feminista”. Na ótica latino-americana, a pesquisadora argentina Ana Falú já o adota formalmente em seus trabalhos recentes. Não foi possível, no entanto, afirmar pela pesquisa realizada no escopo e objetivo desta dissertação qual o momento exato de criação e consolidação do conceito. De forma a dar direcionamento ao embasamento utilizado para esta construção teórica, o conceito utilizado será o adotado e apresentado pelo *Col-ectiu Punt 6*, no parágrafo referente a esta nota.

das vivências e realidades dos papéis de gênero instituídos socialmente (COLLECTIU PUNT 6, 2016).

No entanto, este conceito com esta nomenclatura ainda é bastante novo e pouco difundido no meio acadêmico, apesar de já utilizado por grandes referências contemporâneas na área (como Leslie Kern, Zaida Muxí, Ana Falu e Fiona Vera-Gray). Ademais, é de mais fácil adesão para línguas latinas, como português e espanhol, que fazem uso já do conceito estruturante de “urbanismo”. Por meio da revisão bibliográfica executada para a construção desta análise, observa-se que para o inglês o termo específico possui ainda pouca adesão, sendo ainda muito utilizado o conceito de “planejamento urbano sob perspectiva de gênero” (“*gender perspective urban planning*” ou “*gendered urban planning*”), visto que a tradução para o inglês de “*urbanism*” ainda não reflete o mesmo significado aplicado para as línguas latinas.

De forma a consolidar a base teórica deste estudo partindo de conceitos bem definidos e do entendimento do estado da arte sobre a temática, foi inicialmente necessária análise metódica do uso das palavras-chave ideais. Na procura por produções científicas relacionadas, foi necessário diversificar as buscas de forma a encontrar trabalhos que condensem tal produção acadêmica, visto que não há ainda um conceito universal unificador. Nesta pesquisa propõe-se a utilização, idealmente, do conceito de “urbanismo feminista” previamente apresentado, uma vez que este é capaz de incorporar mais profundamente a questão social de transformação e impacto das relações de gênero e diversidade relacionadas à cidade, sendo mais acessível também a linguagem e conceituação latino-americana dos estudos urbanos.

No entanto, de forma a compreender o panorama geral da temática, ainda é necessário observar uma gama mais variada de conceitos e nomenclaturas. Atualmente, o termo que mais se assemelha a um processo unificador é o conceito de “perspectiva de gênero” condicionado à busca por “cidades” e/ou “urbano”, enquanto algumas autoras giram em torno das palavras-chave “mulher” e “feminismo” ou “feminista”. Inicialmente, o estudo também estava fundamentalmente concentrado na área da Geografia, sendo muitos artigos acadêmicos da temática extraídos desta área de concentração, em especial com relação à “geografia do

medo”, como utilizado por Valentine (1989), outra grande referência acadêmica no assunto.

Vale apontar também neste momento a limitação dos processos de seleção de artigos acadêmicos e a perene elitização das temáticas consideradas relevantes sob o ponto de vista da construção científica. É possível que muitas outras pesquisadoras e especialistas “informais” já façam uso de determinadas nomenclaturas há muito mais tempo, muitas das quais não chegaram jamais a serem trabalhadas em âmbito formal acadêmico, mas que seguem soterradas por um sistema de seleção de relevância que não permite a ascensão e acesso científico de grupos mais vulneráveis. As práticas adotadas por lideranças comunitárias de territórios marginalizados, por exemplo, dependem da boa vontade de indivíduos acadêmicos “formais” para atingir a ascensão científica esperada pelo modelo de construção de conhecimento vigente.

A própria construção científica da discussão urbanística, por muitos anos alimentada fundamentalmente e majoritariamente por homens, foi responsável por, por exemplo, invisibilizar a relevância da relação entre desigualdade de gênero e cidades. Vale observar que, neste momento, fizemos uso das ferramentas de pesquisa teórica disponíveis para acesso à tal produção científica (modelo QUALIS), mas é essencial pontuar que, na prática, este conhecimento pode ser muito maior fora dos âmbitos formalizados dos espaços acadêmicos. Cabe também a construção acadêmica e seus indivíduos criar mecanismos de acesso a este conhecimento “informal”, provendo estruturas para que este atinja patamares aceitos pelo modelo científico atual (além de criar as estruturas críticas essenciais para torna-lo de fato mais diverso e inclusivo), sendo este também uma das intenções da metodologia de pesquisa quali-quantitativa adotada neste estudo.

2.1.1.1 Produção acadêmica contemporânea e vazios de pesquisa: metodologias

A apresentação das metodologias utilizadas na busca pela produção acadêmica relacionada mostra-se importante neste momento pois permite o entendimento sobre a construção contemporânea e atualmente fluida dos conceitos referentes ao desenvolvimento de cidades que considerem a perspectiva de gênero. O entendimento sobre o estado atual da produção acadêmica referente à temática

auxilia na compreensão do desenvolvimento de cada um dos conceitos, permitindo trilhar caminhos mais promissores e inovadores em termos de desenvolvimento da área – permitindo também posteriormente a inclusão de conhecimentos que vão além do âmbito formal de conhecimento acadêmico já institucionalizado.

Desta forma, para iniciar a busca de produção acadêmica relacionada, optou-se pelo foco na produção de artigos acadêmicos, de forma a colaborar na definição do problema de pesquisa a partir de uma perspectiva mais moderna, bem como na definição da metodologia de coleta de dados mais precisa para a geração das respostas demandadas pela pergunta de pesquisa estabelecida. Da mesma forma, este modelo de busca visa também encontrar os vazios da pesquisa formal e técnica a serem comparados com as demandas apresentadas pelas participantes da pesquisa apresentada por esta dissertação.

A busca por dissertações e teses não obteve resultados satisfatórios pela realidade ainda tímida da produção acadêmica da temática específica. Sendo assim, as palavras-chave utilizadas para a busca de artigos na temática foram “*public space*”, “*gender perspective*”, “*urban planning*”, “*gender-based violence*” e “*fear*”. As buscas para “*ciudades feministas*” ou “*urbanismo feminista*” não geraram resultados pertinentes com os critérios estabelecidos. Todas as palavras-chave foram utilizadas nas plataformas Scielo e Portal de Periódicos da CAPES. Foram selecionados somente artigos revisados por pares, em inglês, português ou espanhol, e que tratassem de duas ou mais das palavras-chave em seus títulos ou resumos. Estabeleceu-se a demarcação temporal de 5 anos (de 2016 a 2020), de forma a focar nas pesquisas mais recentes acerca da temática que, conforme previamente citado, vive atualmente processo intenso de mudanças e adição de novas perspectivas.

A partir destas definições, foram encontrados 28 artigos científicos relacionados. Posteriormente, foi executada uma busca via plataforma Mendeley que, a partir da adição à plataforma dos artigos anteriormente selecionados, executa busca direcionada por inteligência artificial relacionada aos artigos anteriores. Nesta busca adicional foram encontrados 7 artigos, totalizando 35 artigos selecionados. Os artigos encontrados em tal busca foram os seguintes, listados com títulos, autoria e país/região de estudo (QUADRO 1):

**QUADRO 1 – ARTIGOS SELECIONADOS EM REVISÃO SISTEMÁTICA RELACIONADA À
TEMÁTICA DO PLANEJAMENTO URBANO SOB PERSPECTIVA DE GÊNERO E CONCEITOS
CORRELATOS**

Título	Autoria	País referente ao estudo	Ano de publicação
Socio-psychological Implications of Public Harassment for Women in the Capital City of Islamabad	AHMAD, N. M; AHMAD, M.M; MASOOD, R.	Paquistão	2020
Cuerpos improprios apropiando el espacio expropiado: las luchas de las mujeres trans en Tijuana	CENICEROS, M.A.	México	2020
Gender differences in a walking environment safety perception: A case study in a small town of Banská Bystrica (Slovakia)	RIŠOVÁ, K.; MADAJOVÁ M. S.	Eslováquia	2020
Contested gendered space: public sexual harassment and women's safety work	VERA-GRAY, F; KELLY, L.	Reino Unido	2020
A review on the influence of barriers on gender equality to access the city: A synthesis approach of Mexico City and its Metropolitan Area	MEJÍA-DORANTES, L.; VILLAGRÁN, P. S.	México	2020
Transforming mobility justice: Gendered harassment and violence on transit	LUBITOW, A.; ABELSON, M. J.; CARPENTER, E.	EUA	2020
Rhythms, sociabilities and transience of sexual harassment in transport: mobilities perspectives of the London underground	LEWIS, S.; SAUKKO, P.; LUMSDEN, K.	Reino Unido	2020
From feminist critique to gender mainstreaming — and back? The case of German urban planning	HUNING, S.	Alemanha	2019
Estudos Feministas sobre a Questão Urbana: Abordagens e Críticas	FREITAS, C. A. O.	Brasil	2019
Androcentrismo y espacio público: análisis exploratorio sobre la subrepresentación femenina en la nomenclatura urbana de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires	CAVALO, L. E.	Argentina	2019
Dutch-Moroccan Girls Navigating Public Space: Wandering as an Everyday Spatial Practice	WIJNTUIN, P.; KOSTER, M.	Holanda	2019
La configuración y las consecuencias del miedo en el espacio público desde la perspectiva de género	RODÓ-DE-ZARATE, M.; CASTANY, J. E.; EIZAGIRRE, N.	Espanha (País Basco)	2019
Women's Safety and Public Spaces: Lessons from the Sabarmati Riverfront, India	MAHADEVIA, D.; LATHIA, S.	Índia	2019
Interacción, construcción del espacio social y sexualidad en el Metro de la Ciudad de México	SÁNCHEZ, A. F.	México	2019
Everyday self-defence: Hollaback narratives, habitus and resisting street harassment	FLEETWOOD, J.	Reino Unido	2019
Corpografias divergentes: las ciudades deseadas y las prohibidas en las experiencias travestis (Brasil)	NASCIMENTO, S. S.	Brasil	2019
Naming the Unspeakable Harm of Street Harassment: A Survey-Based Examination of Disclosure Practices	FILEBORN, B.	Austrália	2019
La inseguridad en el transporte público del Área Metropolitana de Buenos Aires.	PEREYRA, L. P.; GUTIÉRREZ, A.	Argentina	2018

Experiencias y percepciones de mujeres y varones	NEROME, M. M.		
HÁBITAT/ GÉNERO/ INCLUSIÓN: Reflexiones sobre la(s) desigualdad(es) y los desafíos de la agenda urbana	CZYTAJLO, N.	Argentina	2018
How Narratives of Fear Shape Girls' Participation in Community Life in Two Conflict-Affected Populations	SOMMER, M. <i>et al</i>	Etiópia/Congo	2018
Gender, Fear, and Public Places: How Negative Encounters with Strangers Harm Women	BASTOMSKI, S.; SMITH, P.	Austrália	2017
Engendering urban planning in different contexts – successes, constraints and consequences	HORELLI, L.	Finlândia	2017
Violencia de género y ciudad: cartografías feministas del temor y el miedo	JIMÉNEZ, J. T.; SIERRA, M. O.	Colômbia	2017
Women's behaviour in public spaces and the influence of privacy as a cultural value: The case of Nablus, Palestine	AL-BISHAWI, M.; GHADBAN, S.; JØRGENSEN, K.	Palestina	2017
Recomendaciones para la incorporación de la perspectiva de género en el planeamiento urbano	ÁLVAREZ ISIDRO, E. V.; GÓMEZ ALFONSO, C. J.	Espanha	2017
How can spatial design promote inclusivity, gender equality and overall sustainability in Costa Rica's urban mobility system	UMAÑA-BARRIOS, N.; GIL, A. S.	Costa Rica	2017
Acoso sexual en lugares públicos de Quito: retos para una "ciudad segura"	ALFONSO, L. M.; DEL POZO, N. Q.; INGLESIAS, G. R.	Equador	2016
Where is women's right to the night in the New Urban Agenda? The need to include an intersectional gender perspective in planning the night	ESCALANTE, S. O.	Itália	2016
Repensar el hábitat urbano desde una perspectiva de género. Debates, agendas y desafíos	VILLAGRÁN, P. S.	México	2016
Mujer, espacio y poder: ciudad y transporte público como dispositivos de exclusión. Reflexiones desde la ciudad de Cali. Estudio	CRISTANCHO, M. V. C.; IBARRA, L. F. B.	Colômbia	2016
Men's stranger intrusions: Rethinking street harassment	VERA-GRAY, F.	Reino Unido	2016
The trouble with safety: Fear of crime, pollution and subjectification in public space	FANGHANEL, A.	Reino Unido	2016
Feminist struggle over urban safety and the politics of space	LISTERBON, C.	Suécia	2016
The discursive uses of Jane Jacobs for the genderfying city: Understanding the productions of space for post-Fordist gender notions	VAN DER BERG, M.	Holanda	2016
Fear of Crime in Public Spaces: From the View of Women Living in Cities	TANDOGAN, O.; ILHAN, B. S.	Turquia	2016

Fonte: Autora (2021).

Algumas questões bibliométricas mostraram-se especialmente relevantes nesta busca. Quinze dos 35 artigos são referentes à estudos realizados na Europa, com representatividade de Reino Unido (5), Espanha (2), Holanda (2) e Suécia, Itália

Alemanha e Eslováquia com um artigo cada. Já treze dos 35 artigos são referentes à estudos realizados na América Latina (sendo 4 no México, 3 na Argentina, 2 na Colômbia, 2 no Brasil, e um no Equador e na Costa Rica). Nas demais regiões foram encontrados quatro artigos na Ásia (Paquistão, Palestina, Índia e Turquia), um em África (Etiópia/Congo), um nos Estados Unidos e dois artigos na Austrália. Tal análise é relevante especialmente ao observar-se as temáticas de cada estudo, que permitem melhor compreensão da evolução dos conceitos e preocupações das pesquisadoras da área.

Os estudos acadêmicos sobre gênero e cidade tiveram início com maior substância em solo europeu. Discutem-se as dinâmicas de gênero e cidade e a adequação das estratégias de planejamento urbano à temática de gênero desde as décadas de 70 e 80 na Europa, com exemplos interessantes de incorporação do tema em cidades como Viena e Barcelona. O caso de Viena e, posteriormente, da Alemanha, é citado por Huning (2019) ao avaliar os impactos da aceitação histórica das temáticas de gênero ao que ela chama de “*mainstream planning*”, ou “urbanismo padrão”. Ou seja, no contexto europeu, a temática da inclusão das necessidades femininas ao espaço público já faz parte dos conceitos padrões de urbanismo e já vem sendo colocada em prática há algumas décadas. A autora avalia, no entanto, o impacto prático desta inclusão ao longo do tempo, e o que falta ainda neste modelo de urbanismo para que mudanças ainda mais efetivas aconteçam. Junto com outras autoras europeias (ÁLVAREZ ISIDRO, GÓMEZ ALFONSO, 2017; VAN DER BERG, 2016), Huning (2019) questiona outras formas com as quais a perspectiva feminista no urbanismo pode ser mais impactante no dia a dia feminino, para além apenas dos “checklists” urbanísticos, compostos por alternativas de design urbano ou coleta de dados sobre medo e mobilidade.

2.1.1.2 Produção acadêmica contemporânea e vazios de pesquisa: resultados

Observando a produção contemporânea acerca da temática, é notável que as autoras europeias, em grande maioria, passaram a analisar, mais recentemente, áreas pouco abordadas dentro dos estudos feministas e que vão além da simples coleta de dados e comprovação dos gatilhos de medos femininos, buscando consolidar a ideia de que o urbanismo feminista (com seus conceitos e

nomenclaturas ainda muitas vezes truncados entre diferentes autoras) deve ser uma ferramenta de discussão aprofundada sobre o papel político e crítico da construção urbana e metodologias de resistência urbana, e não somente um conjunto de ideias listadas que devem ser implementadas por um corpo técnico, como um conjunto pronto de soluções. Observa-se, no entanto, que dentro do escopo de pesquisa europeu, ainda há pouca preocupação com análises interseccionais de gênero, havendo, em geral, apenas recortes etários de análise.

Já na América Latina, o caráter dos estudos de gênero e cidade ainda se mostra intensamente relacionado a esta produção de dados e entendimento de quais fatores geram medo e de qual a gravidade e tamanho do impacto deste medo no cotidiano feminino e nas dinâmicas urbanas. A produção acadêmica centra-se fundamentalmente na construção e entendimento do cenário atual, tentando compreender e relacionar os estudos com a realidade latino-americana, trazendo também de maneira mais contundente (apesar de ainda tímida) os recortes interseccionais anteriormente ostracizados pelas pesquisadoras europeias. Desta forma, os estudos concentram-se atualmente, em maioria, nas análises de estudos de casos locais e de pesquisas quali-quantitativas que possam colaborar com a construção e desenho do cenário atual do problema.

Há perante diversas pesquisadoras, especialmente aquelas vinculadas ao Sul Global, o cuidado em estudar a realidade de grupos específicos de mulheres recortados sob alguma característica interseccional ao gênero. A exemplo, três artigos abordam a questão das dinâmicas territoriais, de acesso à cidade, limitações de mobilidade e segurança de mulheres trans e travestis (CENICEROS, 2020; NASCIMENTO, 2019; LUBITOW *et al.*, 2020) e outros três artigos abordam a ocupação territorial de espaços públicos de mulheres muçulmanas (WIJNTUIN, KOSTER, 2019; AL-BISHAWI *et al.*, 2017; LISTERBORN, 2016), enfatizando a importância da análise de tais interseccionalidades na compreensão das relações diversas de indivíduos com o espaço. Sobre a perspectiva de meninas, adolescentes e mulheres jovens, quatro artigos abordam o tema (RIŠOVÁ, MADAJOVÁ, 2020; WIJNTUIN, KOSTER, 2019; RODÓ-DE-ZARATE, CASTANY, EIZAGIRRE, 2019; SOMMER *et al.*, 2018).

As temáticas mais comuns aos artigos selecionados são a limitação da mobilidade (11 artigos), a percepção de insegurança de mulheres nos espaços

públicos (10 artigos), a abordagem de táticas de segurança (6 artigos) e a sensação de pertencimento (4 artigos). Estas temáticas muitas vezes se interseccionam em seus estudos. Com relação aos conceitos técnicos para nomeação da área de estudos, 18 artigos não utilizam qualquer conceito específico para tratar das questões de gênero e cidade, enquanto 15 utilizam os conceitos de “perspectiva de gênero” ou “*gendered perspective*” aliados à urbanismo ou planejamento urbano e 7 tratam de urbanismo ou planejamento urbano feminista, com o uso destes conceitos específicos no corpo textual. Ainda assim, apesar de ainda menos utilizado nos últimos anos que os demais conceitos, o conceito de “urbanismo feminista” ou “planejamento urbano feminista” aparece com mais robustez nos trabalhos mais recentes e que adotam tom mais crítico ao processo de construção urbana e desenvolvimento das cidades.

De forma geral, os vazios de pesquisa mostram-se presentes, em especial na América Latina, em relação à esta postura crítica aos processos implantados. É evidente a necessidade da produção de dados robustos no cenário latino-americano e da promoção da conscientização do corpo técnico, político e mesmo civil quanto à temática, e ainda é imperativa a produção de materiais e guias para a implantação de demandas práticas feministas nas cidades. Entretanto, é essencial ao recorte latino-americano e brasileiro que seja adicionada paulatinamente uma perspectiva interseccional aos estudos, considerando questões próprias e locais de desigualdades raciais, de classe e de gênero, de forma conjunta, com base nas realidades locais, e que considerem o contexto de exploração vivido pelo continente, abordando consistentemente uma crítica ao modelo colonialista, racista e machista implantado.

As dinâmicas de desigualdade e exploração latino-americanas possuem caráter específico e raízes profundas (a serem abordadas nos capítulos seguintes), e os próprios caminhos de pesquisa encontram obstáculos na tentativa de sobrepor-las. É necessário, no entanto, que haja intenção consciente de investigação de tais camadas de desigualdades, e abertura de novos caminhos para que mais recortes e novas dinâmicas sejam agregadas aos estudos da relação entre as dinâmicas de gênero e cidades, notadamente fluidos e em mudanças constantes. Ao analisar a produção acadêmica contemporânea vinculada aos estudos do urbanismo feminista é possível perceber que há espaço para construção de novos questionamentos,

focados principalmente em recortes interseccionais e de crítica aos modelos de exploração continental na América Latina, e disposição de novos modelos de coleta de dados que indiquem novos caminhos, que vão além da simples incorporação das temáticas de gênero ao “urbanismo cotidiano”.

2.1.2 Táticas de autoproteção e trabalho por segurança

Considerando novamente a análise da produção acadêmica exposta anteriormente, e dentro do escopo desta nova onda crítica dos estudos feministas sobre cidades, a temática das táticas de segurança criadas pelas mulheres chama a atenção. A partir do entendimento dos conceitos estruturantes anteriores, esta seção visa aprofundar-se na importância da análise específica sobre as táticas de segurança empregadas por mulheres em seu cotidiano.

Seis estudos coletados apontam para tal frente, com ênfase especial para o estudo de Vera-Gray e Kelly (2020), que discorrem sobre o trabalho cotidiano, silencioso e invisibilizado das mulheres de manterem-se seguras ao ocuparem qualquer espaço, o que as autoras chamam de “*safety work*”, ou, em tradução livre, trabalho de segurança. A hipótese principal do estudo busca analisar o esforço travado por mulheres todos os dias ao se submeterem, constantemente, à processos de tomadas de decisões e escolhas simples cotidianas focadas, fundamentalmente, em táticas de manutenção de segurança.

É evidente que a responsabilidade por eventuais violências nunca será da vítima. No entanto, os modelos sociais patriarcais vigentes tendem a pousar nos ombros das mulheres a responsabilidade por estarem sempre “no lugar certo e na hora certa”, e nunca ocuparem espaços que sejam “perigosos” ou que “não lhes pertençam”. A construção periódica de mapas mentais de segurança ou insegurança, vivida cotidianamente por todas as mulheres ao longo da vida a partir de suas diferentes realidades e vivências plurais, é desenvolvida a partir das experiências sociais e dos papéis de gênero que cada indivíduo executa socialmente, não necessariamente por experiências individualizadas ou traumatizantes, mas sim por um conjunto de normas sociais que ensina mulheres a estarem constantemente atentas, ansiosas e com medo de sofrer algum tipo de violência por estarem ocupando os “lugares errados” (VERA-GRAY, KELLY, 2020).

Sobral (2018) aponta que as mulheres tendem a “precisar” apontar motivos e razões específicas para estarem presentes no espaço público. Não faz parte da realidade feminina apenas permanecer em tais espaços, e estes acabam configurando-se, invariavelmente, somente como locais de passagem. As estratégias de controle social impostas a mulheres (não somente nos espaços públicos, mas em qualquer espaço) “fazem com que essa presença receba maior grau de legitimação quando relacionada a determinados papéis sociais desempenhados pela mulher: mãe, esposa, dona de casa, trabalhadora” (SOBRAL, 2018, p. 40).

Desta forma, as mulheres executam constantemente este trabalho ou esforço por segurança (“*safety work*”) pessoal, silencioso e metódico de escolhas de caminhos e também de acessos e ausências à determinados lugares. Este comportamento é, inclusive, tido como natural e, de tão normalizado, passou a ser muitas vezes visto como uma característica intrínseca do feminino, quando na verdade é uma imposição social (BOURDIEU, 2012). Vera-Gray e Kelly (2020) apontam que o esforço por segurança adotado diária e cotidianamente por mulheres ao adotar táticas adaptadas para conseguirem fazer parte do espaço público, visando não somente evitar a violência, mas também diminuir a possibilidade de serem culpadas pela violência que podem vir a sofrer, seriam não somente uma relação lógica, mas possivelmente até a causa da relação precária com o espaço público. O medo generalizado, resultado de traumas coletivos e individuais e reforçado por um sistema social que não é desenhado para acolher mulheres nas ruas e espaços públicos, seria início e fim de um ciclo de insegurança que afasta mulheres destes mesmos espaços públicos e da cidade.

Vera-Gray (2016b) aponta, em estudo anterior, que os trabalhos executados diariamente por mulheres para manter os locais em que estão inseridas (sejam os espaços de trabalho, familiares ou públicos) como locais seguros, é uma atitude normalizada como um traço naturalmente feminino, quando na verdade é um trabalho invisível pela segurança de seus entornos. Em estudo realizado na Europa observou-se que quase metade das mulheres entrevistadas criaram limitações em seus deslocamentos por medo de violências de gênero (FRA, 2014, apud VERA-GRAY, KELLY, 2020, p. 222). Conforme previamente mencionado, estudo da ActionAid (2016) no Brasil mostrou que mais de 80% das respondentes adotam

táticas de autoproteção para evitar assédios e violências, sendo muitas das táticas relacionadas à criação de obstáculos de mobilidade ou até a abdicação total do uso de determinados espaços por medo. Tais indicadores apontam que a crise de acesso à cidade sob perspectiva de gênero na América Latina é generalizada para as mulheres, reforçando ainda mais a necessidade de análises locais e interseccionais.

Ao final da década de 90, Gardner (1995) identificou algumas estratégias utilizadas por mulheres em resposta a comportamentos assediadores, e o comportamento restritivo feminino era um comportamento constante de defensiva o tempo todo enquanto em público, especialmente quando estavam sozinhas. Táticas vinculadas a estratégias para manter-se invisíveis mostram-se comportamentos recorrentes em diversos estudos relacionados ao trabalho por segurança feminino. Madriz (1997), já a partir de uma perspectiva mais centrada na diversidade de análise, avaliou os medos de mulheres negras, latinas e brancas moradoras de Nova York e relatou táticas de segurança voltadas não somente a evitar serem vítimas de assédio, mas também no sentido de minimizar os impactos negativos de possíveis violências. A autora apontou como comuns e recorrentes comportamentos caracterizados como de: autoisolamento, adoção de posturas mais rígidas, utilização de táticas de disfarce ou de chamar menos atenção, busca por possíveis protetores, ignorar ou negar determinados medos, carregar itens que possam ser protetivos e, também, revidar (inclusive nos casos de solicitação de ajuda policial).

O uso de roupas, acessórios e formas de apresentar seus corpos também aparecem nos estudos como vinculantes às táticas de segurança adotadas por meninas e mulheres – itens “femininos” como cabelos longos, adereços, vestidos e maquiagem são apontados por mulheres como itens que lhes geram insegurança em espaços públicos, e muitas vezes suas ausências são utilizadas como táticas de segurança, principalmente vinculadas à técnicas de tentativas de “tornarem-se invisíveis” (KELLY, 1988; VERA-GRAY, 2016b, 2018). Vera-Gray e Kelly (2020) sugerem que, a partir da análise destes comportamentos é possível identificar razões ainda mais profundas relacionadas ao medo vinculadas diretamente a insegurança apresentada pelo corpo feminino em si. A estratégia de utilizar outros acessórios, que desta vez configuram características de barreira com o mundo

exterior, como óculos e fones de ouvido, também são apresentadas pelas autoras como estratégias mapeadas em seus estudos.

As estratégias de (in)visibilidade também partem de perspectivas interseccionais. Valentine (1993) sugere que a sexualidade age também como fator protetor ou como obstáculos, a depender da mulher vítima em questão. Mulheres heterossexuais tendem a sentirem-se mais seguras na presença de homens parceiros, enquanto essa possibilidade não é viável para mulheres em relações homoafetivas, em adição ao medo também de sofrerem violências não somente por serem mulheres, mas também aquelas vinculadas à homofobia, limitando a expressão e liberdade dessas mulheres (INNESS, LLOYD, 1995; STEINBUGLER, 2005; VERA-GRAY, 2016b, VERA-GRAY, KELLY, 2020).

Sob perspectivas de classe, territoriais e raciais, a tentativa de silenciamento comunitário e de lutas coletivas e de grupos identitários, a ser explorada nos próximos capítulos e parte da crítica das feministas interseccionais do Sul Global, gera influência também na relação de mulheres indígenas, negras e periferizadas com a cidade. As estratégias adotadas por estas mulheres muitas vezes são formas de impor-se como opositoras à colonização e aos processos capitalistas de ocupação de suas terras e histórias (HOFMANN, DUARTE, 2021). Táticas utilizadas por mulheres negras ou indígenas partem de realidades de medo diferentes das adotadas por mulheres brancas, sendo esta mesma premissa podendo ser replicada e espelhada para outros recortes sociais de orientação sexual, territoriais, etários e de renda.

O racismo estrutural presente na sociedade brasileira se estabelece, por exemplo, nas relações e violências que o próprio Estado impõe sobre populações negras e indígenas, por meio de violência policial e omissão de proteção e direito à terra, ou então na sobreposição das relações de gênero sobre as questões raciais ao se apontar o racismo “sutil” de mulheres brancas com relação à homens e mulheres negras, e as consequências desta insegurança pautada fundamentalmente em dinâmicas de preconceito que, de tão estruturantes e profundas, passam muitas vezes “despercebidas” pelo próprio movimento de libertação feminino (GONZALEZ, 2020). A análise de tais recortes, como princípio epistemológico de análise das dinâmicas apresentadas no Sul Global e em países “em desenvolvimento”, faz parte

também do entendimento da temática de gênero partindo de princípios locais e decoloniais, não eurocêtricos (LIMA, ALVIM, RODOLFO, 2021).

As táticas de autoproteção e o debate sobre o assédio em espaços públicos e em veículos de transporte igualmente se expandem para novas tecnologias e práticas sociais: o uso de aplicativos ou de inteligência artificial vêm sendo empregados e apontados por mulheres como mecanismos de autoproteção às possíveis violências. A ONG Think Olga, por exemplo, aliou-se ao Google Assistente no Brasil para melhorar o acesso a informações sobre assédio sexual. Ao falar “Ok Google, como reportar assédio sexual” para a ferramenta, esta trará os contatos das centrais de atendimento à violência contra a mulher e da polícia militar, indicando também o site da própria ONG. A intenção é facilitar o acesso a ferramentas de denúncia e ajuda (THINK OLGA, 2021). Aplicativos de transporte, como o Uber, divulgam em seus sites as ferramentas de compartilhamento de localização como “dicas de conduta e segurança” para passageiras e passageiros ao utilizarem o aplicativo. O aplicativo também orienta que motoristas e passageiros “evitem encarar”, “atentem-se à conversa” e lembrem-se que “é proibido tocar” (UBER, 2021). Outras startups, como o NINA (2021) “fornecem tecnologia integrada a diversos aplicativos para rastrear denúncias de assédio e violência”, em parceria com o Estado, visando aumentar a confirmação de denúncias por meio de geolocalização, de forma a proporcionar mais dados para o desenho de políticas públicas relacionadas ao assédio e violência.

Em bairros residenciais, grupos de vizinhos fazem uso de aplicativos de mensagens, como WhatsApp, para compartilhar demandas por segurança, “atitudes suspeitas” e geolocalização de participantes (FIGUEIREDO, ROSÁRIO, 2017). Tais táticas, no entanto, referentes às ideias de “vizinhança vigilante”, acabam levantando grandes discussões e críticas sobre o uso de câmeras de vigilância, privacidade, afronta às relações democráticas, e também subjetividade e vieses racistas e de preconceito na identificação de “indivíduos ou atitudes suspeitas”, explicitando mais uma vez a necessidade de análises interseccionais da aplicação de tais mecanismos, visto que a tática de segurança para um determinado grupo pode gerar insegurança e violência para outros, potencializando os ciclos de medo e criando consequências democráticas devastadoras. O uso de reconhecimento facial no Brasil (consequência de tal política de hipervigilância), no ano de 2019, resultou, por

exemplo, na prisão de 184 pessoas, sendo destas mais de 90% negras. Inúmeras vezes tais prisões foram feitas de maneira injusta e equivocada, a partir de identificações errôneas de pessoas inocentes, e vêm sendo constantemente denunciadas por grupos antirracistas e de defesa de direitos de privacidade (SOUSA, 2021). É imperativa a adoção de cautela e crítica também na adoção de mecanismos e táticas de autoproteção.

Considerando tais análises e recortes, é necessário observar que a movimentação em torno de soluções tecnológicas para problemas vinculados a causas de assédio e violência de gênero aponta não apenas para a demanda por soluções reivindicadas por mulheres para continuarem utilizando os espaços públicos com a ajuda de novas ferramentas, mas também para novas formas de responsabilização da vítima pela manutenção de sua segurança e uma hipervalorização dos ideais de “justiça com as próprias mãos”, de consequências antidemocráticas perigosas. Ademais, é necessário também apontar, neste momento da análise, que o acesso a ferramentas tecnológicas que podem ser utilizadas como mecanismos de segurança também pode mostrar-se segmentado somente à uma parcela da população que tem de fato acesso à estas tecnologias, não sendo acessíveis e viáveis como prática ou realidade universal de qualquer mulher que utilize o espaço público, em especial para mulheres que vivam em comunidades vulneráveis e favelas.

As táticas utilizadas e a relação direta de diferentes grupos sociais com os espaços urbanos, baseadas em suas realidades cotidianas individuais e também coletivas, no entanto, apresentam-se como formas adotadas por grupos (em especial grupos femininos) de garantir seus direitos de acesso à cidade e a lugares de poder, mesmo que a cidade em alguns momentos seja utilizada apenas como espaço de deslocamento e passagem, e raramente de parada. A utilização de tais táticas passa, no entanto, também pela urgente e necessária análise interseccional de tais ferramentas, que atingem diferentes grupos de diferentes formas, como previamente apontado.

Teóricas do urbanismo feminista como Kern (2021) apontam que estes processos de criação de táticas e ferramentas são atos de resistência femininos em insistir em ocupar as cidades e os espaços públicos, transformando espaços que “não lhes pertencem”, ou que seriam considerados não-lugares, em lugares de

pertencimento e ocupação. Tais relações entre lugares e não-lugares e as experiências de pertencimento e apropriação serão aprofundadas posteriormente ao longo desta análise teórica. Phadke, Ranade e Khan (2009) afirmam que a resistência feminina em ocupar os espaços públicos não seria somente uma luta por transitar em segurança, mas também pelo direito de permanecer nos espaços e poder desfrutar destes com tranquilidade e sem medo constante. Tal insistência e resistência em ocupar são atos de coragem e desejo de alcance de direitos de mobilidade e de liberdade urbana, muitas vezes inconscientemente pautados pela necessidade de ocupar e de se deslocar, mas outras pautados pelo entendimento de que mulheres têm o direito de pertencer a estes espaços, mesmo que a estrutura panóptica vigente (sobre a qual discorre-se a seguir) lhes afirme recorrentemente o contrário.

2.2 DINÂMICAS DE CONTROLE E PODER NA CONSTRUÇÃO URBANA E TERRITORIAL

Os mecanismos de exclusão urbana e territorial se organizam de forma complexa e dinâmica, possuem raízes profundas em sistemas de opressão de gênero, raciais, patriarcais e de classe, e se distribuem transversalmente por camadas diversas das dinâmicas sociais modernas. As relações de poder e controle são agentes de influência sobre a ocupação do território e distribuição de fontes de riquezas naturais e produtivas, ao mesmo tempo que são também diretamente influenciadas por estas. A cidade, e também a forma de distribuição da ocupação urbana, são reflexos diretos das dinâmicas sociais que as construíram, e acabam por serem agentes de influência sociais.

Apesar de muitas vezes confusas e emaranhadas em grandes teias de opressão social, tais dinâmicas, quando analisadas sob a ótica de diferentes disciplinas complementarmente, podem ser percebidas de forma a compreender este ciclo de influência sobre o cotidiano de majorias e minorias. Esta seção visa organizar, a partir da teoria clássica sociológica, filosófica e urbanística, algumas fundações sociais e conceituais de poder, controle e território sobre as quais os conceitos de medo e insegurança urbana sob perspectiva de gênero foram construídos, permitindo o desenvolvimento teórico que embasa esta pesquisa.

2.2.1 Controle, poder e território: reflexos de dinâmicas sociais historicamente construídas

Ao analisar os mecanismos da construção das sociedades, Rousseau (2015) aponta que, na ausência da possibilidade de criar novas forças individuais para proteção das adversidades naturais, conjuntos de seres humanos tiveram de recorrer a estratégias de somatização de suas forças para exercer maior influência sobre o meio e território em que estavam inseridos. Neste contexto, estabeleceram-se as primeiras associações voluntárias de pessoas, que puderam se proteger mutuamente por meio de um Pacto Social. Neste sistema, o indivíduo se entregaria por inteiro e com todo seu poder ao coletivo, e assim fariam todos os indivíduos envolvidos, em troca da liberdade de fazer parte como ser indivisível de um todo, mais forte e poderoso.

Este mecanismo de Pacto Social garante que essa associação permita, ao mesmo tempo, o poder do coletivo e a liberdade civil do individual. Em tal sociedade instituída, a única lei que exige unanimidade é o próprio contrato social originalmente estabelecido, e os opositores a este contrato serão estrangeiros ao pacto constituído. Fora deste pacto inicial, o consentimento às demais legislações seria estabelecido pela maioria (ROUSSEAU, 2015). Tal dinâmica, da relação entre individual e coletivo, poderia ser aplicada a qualquer sociedade. Entretanto, o contrato social em si seria, na prática, observado distintamente em sociedades com modelos de organização diversos.

Tocqueville (2000) aponta que, no entanto, nas democracias modernas, o protagonismo do individualismo ficaria cada vez mais evidente. As estruturas economicistas modernas e o maior acesso de alguns às estruturas de consumo e conforto (estas, frutos de uma acumulação pautada no desenvolvimento capitalista de sociedade) isolam o cidadão em suas demandas individuais, afastando-o do debate sobre coletividade (FREY, 2000; FEDERICI, 2017).

A filósofa Silvia Federici (2017) defende que este isolamento dos indivíduos e fomento de mecanismos de cisão sociais, focados em garantir que os próprios oprimidos se voltem contra si mesmos, são, na verdade, estratégias de dominação do sistema capitalista sobre quem este governa. A intenção por trás da busca incessante por essa cisão entre oprimidos, seria, para ela, uma estratégia de desestabilização da luta de classes. Uma movimentação do sistema capitalista, e

daqueles que o controlam, para desestabilizar a mobilização destes oprimidos, buscando incentivar desentendimentos entre estes, que muito ocupados em atacar-se mutuamente, esquecem-se de criticar o próprio sistema. Tocqueville (2000) sustenta, no entanto, que o envolvimento do cidadão com o público deveria ser, idealmente, vinculado a uma compreensão individual de que suas liberdades e bem-estar não serão concretizados num cenário de caos coletivo e de dominações de certos grupos sobre outros. Cabe adicionar também que tais dinâmicas e teorias buscam lugares de equilíbrio diferentes em modelos sociais diversos, que entram em conflito e cisão entre si no momento de inserção de dominações coloniais entre sociedades organizadas em modelos diversificados.

Ao relatar sobre a “Ditadura da Maioria” (maioria esta composta essencial, majoritária e historicamente por homens, e que atuaria em representação de um todo heterogêneo, mas que desenha leis e normas de acordo com suas realidades individuais), Tocqueville (2000) aponta a incoerência da não-representatividade: tal maioria possui o poder de desenhar as leis, e fazem destas leis o conceito de justiça – conceito este que define os limites dos direitos de cada um. A “maioria” é na verdade um indivíduo que assume que seus interesses são os corretos, em detrimento dos interesses e realidades de uma “minorias”, suprimindo qualquer diversidade social (TOCQUEVILLE, 2000).

Baumann (2001, p. 43), dispondo sobre as análises de Tocqueville, enfatiza que “o indivíduo é o pior inimigo do cidadão”. Em sua análise, dispõe que o cidadão é aquele que busca atingir o bem-estar individual por meio do bem-estar coletivo – diferente do indivíduo, que ignora este bem coletivo em prol de suas necessidades individuais. O indivíduo espera que o coletivo somente garanta essas suas liberdades individuais, mas não se compromete de fato com este coletivo protetor-organizador. Tal individualização sinaliza, em especial, obstáculos de implantação efetiva de mecanismos de cidadania, pois expulsa o discurso público e coletivo em prol das necessidades específicas de cada um (BAUMANN, 2001).

Estas necessidades específicas são, no entanto, muitas vezes demandas realmente individualizadas ou estratégicas de determinados grupos, e não contemplam demandas de outras pessoas ou grupos com vivências e realidades diferentes, em especial grupos vítimas de estruturas de dominação. Esta individualização permite que o exercício de poder seja cada vez mais desigual e que

este fortaleça somente os grupos que já ocupam tais espaços de influência, corroborando um ciclo vicioso de poder.

Rousseau (2015), já patriarcalmente e dispondo de seu viés eurocêntrico, ao se referir ao pacto universal instituidor, que incluiria a todos, explicita que não se refere por exemplo às mulheres, crianças e pessoas escravizadas como cidadãos deste território. Beauvoir (2016) pontua que a mulher é vista, historicamente, como um ser relativo ao homem, não um alguém autônomo. O ser humano “neutro” é o homem, utilizado inclusive para generalizar o conceito de ser humano.

Esta construção inicial pautada no consentimento de “todos” (somente aqueles considerados como cidadãos à época do estabelecimento de tal pacto) e que permite o consentimento da maioria a qualquer decisão posterior seria, no entanto, propositalmente falha. Mulheres foram, a exemplo, na imposição da lógica social capitalista de dominação de grupos e territórios, submetidas à um suposto consentimento quanto a uma lei universal de formação territorial e de poder, e devem atuar como súditas desta lei universal que não fizeram parte da composição.

Federici (2017, p.52) aponta que, nas estruturas sociais pré-capitalistas e coloniais, a lógica da ocupação do território e da distribuição do poder era diferente da lógica atualmente vigente num cenário (quase) global - “não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho: todo o trabalho contribuía para o sustento familiar”. A lógica sobre o trabalho feminino também era diferenciada, e dava um protagonismo mais igualitário à mulher quanto a gestão de bens, inserção territorial e produção do trabalho. Com o advento da propriedade privada, o êxodo rural da população camponesa na Europa, e as dinâmicas de exploração de territórios colonizados, as mulheres passaram a ser a maioria nas imigrantes rurais a ocuparem os espaços urbanos. No entanto, paralelamente, intensificavam-se as perseguições contra mulheres líderes e sábias (e, em maioria, pobres): iniciava a conhecida “caça às bruxas”, visando um maior controle estatal (e, de início, religioso) sobre o poder reprodutivo feminino. O controle de tal poder reprodutivo permitia ao sistema controlar a produção de mão-de-obra. Apesar de maioria urbana, a mudança/expulsão para os ambientes urbanos não libertou estas mulheres, apenas criou novos grilhões. Na construção deste “novo pacto social”, as mulheres foram deliberadamente excluídas, visando aprofundar ainda mais as diferenças entre oprimidos (FEDERICI, 2017).

Desta forma, em seu próprio cerne, a constituição social e territorial parte de um pressuposto excludente. Beauvoir (2016) esclarece que no momento em que as mulheres passaram a fazer parte burocraticamente deste mundo desenvolvido por homens, num cenário moderno, ele já é um mundo pertencente aos homens e desenhado por e para estes – sendo “o homem” uma construção e ideia histórica ideal, um sujeito neutro sobre o qual as dinâmicas de controle e poder se distribuem e instituem.

Este sujeito de poder só pode se afirmar nesta posição em medida de inferioridade e objetificação de outro (BEAUVOIR, 2016). O poder se institucionaliza na medida que um corpo é superior e outro submisso. Tal mecanismo de submissão é tido por Foucault (1987, p. 29) como uma tecnologia política do corpo, que não será necessariamente obtida diretamente pelo uso de técnicas de violência ou força, mas “pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil”, sendo esta praticamente invisível, não presente diretamente em nenhum tipo de instituição, seja ela privada ou pública, mas sim como uma situação transversal, quase etérea, tão enraizada que poderia até ser vista como natural (FOUCAULT, 1987).

Localizar este poder não é atividade simples, ele “está em todo lugar e em lugar nenhum”, confundindo a visão de expectadores alheios ou pouco atentos (CHANTER, 2011, p. 66). Esse poder seria não simplesmente uma posse de algum grupo, mas sim uma estratégia, que reverbera um conjunto de posições socialmente construídas que perpetua, quase que automaticamente, tal domínio (FOUCAULT, 1987).

Sob perspectiva de gênero, o processo de degradação social aplicado às mulheres durante vários séculos e transversal em diferentes sociedades gerou as consequências que vemos até hoje na ocupação de bens e espaços públicos – a ausência de corpos femininos, imposta fundamentalmente pela coação (fruto do medo de ocupar) ou, simplesmente, pelo mecanismo inerente da percepção individual da ausência do direito de estar em tal espaço, análise esta que será aprofundada adiante.

A disciplina social, e tais estratégias de controle, criam os “corpos dóceis” conceituados por Foucault (1987). O corpo humano passa a ser uma máquina de poder, e também uma máquina de trabalho, uma “anatomia política”, que define o poder de uns sobre o corpo de outro. Federici (2017) aponta que o corpo passa a

ser visto, agora também com base em um racionalismo científico fundamentalmente construído sob óticas masculinas, como uma máquina de produção (ou reprodução, no caso das mulheres), que deve ser constantemente controlada para produzir mais e fortalecer as dinâmicas e justificativas de poder. Bourdieu (2012, p. 9) aponta este mecanismo também como uma “socialização do biológico e de biologização do social”, situação na qual se utiliza do binarismo biológico, tido a partir exclusivamente da morfologia corporal feminina ou masculina dos indivíduos, para justificar toda a construção social também binária, no sentido de que a divisão sexual fosse algo natural também socialmente.

A disciplina, então, determina a disposição destes corpos no espaço – espaços estes que lhes pertencem, ou não. Quais corpos ocuparão quais espaços, onde estarão, suas “presenças e ausências” (FOUCAULT, 1987). Bourdieu (2012) aponta que esta binarização biológica/social foi utilizada de justificativa ao longo da história para a divisão também das riquezas e do território, criando um complexo sistema de dominação masculina repetidamente ratificado, que se divide em novas camadas retroalimentadas que fortaleceram, cada vez mais, tal segmentação.

O controle sobre o corpo permitiu que o sistema de exploração do trabalho criasse mecanismos especiais de exploração das mulheres. Conforme apontado por Federici (2017), o controle sobre o corpo da mulher era, em especial, um controle reprodutivo. As mulheres passaram, inclusive, a fazer parte de um “mercado matrimonial”, no qual tornaram-se objetos de adição de capital dos homens, e para isso deveriam ser protegidas e guardadas em espaços privados, zelando pelo único bem que possuíam – sua capacidade reprodutiva, representada socialmente por suas reputações (BOURDIEU, 2012; FEDERICI, 2017).

O corpo (e a capacidade de reprodução) da mulher passaram a ser, de certa forma, a ferramenta de trabalho (não-remunerado) feminino. Após o cercamento das terras (a partir do surgimento da propriedade privada, estratégia imposta no intuito de também minar as dinâmicas comunitárias), as mulheres proletárias passaram a ser para os homens proletários uma compensação pelas perdas de suas terras, pois eram vistas como uma nova forma de acumulação primitiva de capital, um bem, um objeto – novamente uma forma estratégica do sistema dominante de oprimir os oprimidos por si mesmos, implodindo qualquer princípio de solidariedade de classe entre gêneros (FEDERICI, 2017).

A estrutura familiar passou a ser “o principal centro da reprodução da força de trabalho”, e o homem o representante estatal no ambiente privado (FEDERICI, 2017, p.193). A divisão sexual do trabalho tornou-se, paralelamente à divisão internacional do trabalho, um dos maiores mecanismos acumuladores da nova economia capitalista.

Juntas ao poder regulamentador, a disciplina social e a distribuição de riquezas, advindas dessa distribuição desigual de poder, compõem, como argumenta Foucault (1987), um sistema de panóptico. O conceito foi inicialmente proposto por Bentham (1989), como uma arquitetura prisional pautada na moralidade e na autovigília, onde somente o vigia poderia enxergar os prisioneiros, e nunca o contrário. Não é possível para os prisioneiros saber das presenças ou ausências do vigia, mas automaticamente consideram sua presença reguladora como algo constante. Cortés (2018) argumenta que enquanto a proposta de Bentham era somente uma aspiração, para Foucault ela era uma realidade expandida e social – a estrutura social panóptica é uma prisão social bem engrenada e autovigiada, que garante, por meio da distribuição de poderes e inseguranças, a manutenção de tal sistema excludente.

Podemos espelhar esta dinâmica do panóptico também para a relação de gênero das mulheres com a estrutura de poder e controle do sistema vigente – os mecanismos de degradação social das mulheres e a acumulação de limitação de direitos igualitários passaram a ser tão normalizados, que se torna absolutamente complexa a tarefa de desatar tais grilhões. Apesar da conquista de alguns direitos ao longo da história pelas mulheres, como o direito ao voto e ao trabalho, Bourdieu (2012) aponta que esta história deve ser sempre analisada sob um ponto de vista de permanente dominação, engendrada por diferentes instituições sociais, da família ao Estado.

A dinâmica de individualização apontada por Tocqueville (2000) atua como uma das engrenagens modernas de fortalecimento deste sistema. O exercício da liberdade política deve ser um processo constante de aprendizados (TOCQUEVILLE, 2000; FREY, 2000), e não ser tomado como um direito garantido por qualquer grupo, que, por meio das violências simbólicas apontadas por Bourdieu (2012), pode inclusive ver-se dentro de um acordo tácito de subordinação, aceito a partir de uma falsa consciência de liberdade e igualdade. O exercício exclusivo da

vida privada, seja por imposição histórica de gênero ou mesmo por recusa deliberada do papel de cidadão, afasta o indivíduo da vida coletiva e acarreta sua consequente despolitização, enfatizando a importância de pequenas comunidades políticas locais (TOCQUEVILLE, 2000; FREY, 2000).

A visão naturalizada de que à mulher não cabe o espaço público/coletivo/decisivo, seja esta justificada por explicações “racionais”, biológicas ou sociais, a serem mais bem trabalhadas nas próximas seções, mostra-se, na verdade, como uma construção ideológica arquitetada com constância e incisividade, visando partir os mecanismos de luta contra o controle e poder de sistemas de exploração do trabalho e da reprodução.

2.2.2 Distribuição e configuração do território: uma fundação excludente resultando em uma realidade segmentada

As dinâmicas de distribuição do território foram, conforme fundamentado na seção anterior, extensamente influenciadas pelas dinâmicas de construção e cisão sociais. No desenvolvimento da sociedade pré-capitalista europeia as dinâmicas feudais permitiam que as mulheres trabalhassem tanto no serviço doméstico quanto no serviço “produtivo”, não havendo distinção de valor fundamental entre estas ocupações (FEDERICI, 2017). Devido às dinâmicas de colonização e dominação europeias sobre a América Latina, é essencial compreender tais desenvolvimentos de forma a observar o desenvolvimento de certos padrões vistos atualmente no contexto latino-americano em função da influência dos processos europeus coloniais.

No livro *Calibã e a Bruxa*, Silvia Federici (2017) aponta a construção histórica pela qual os direitos das mulheres passaram a ser exponencialmente degradados. Federici sinaliza que as lutas camponesas contra a exploração do trabalho e a favor dos direitos consuetudinários dos trabalhadores rurais colocavam em risco o desenvolvimento do sistema feudal europeu da época. As perseguições contra os “hereges” eram, fundamentalmente, perseguições contra grupos de pessoas que desafiavam o sistema vigente e seu desenvolvimento futuro. Em muitos destes grupos, os direitos das mulheres eram idênticos aos dos homens – e em outros casos, as mulheres chegaram a formar comunidades próprias (FEDERICI, 2017).

Paralelamente, o despoje do Renascimento (protagonizado por homens), lido até a atualidade como uma era de grande modernidade e desenvolvimento, acontecia em solo europeu, trazendo consigo diversas invenções e inovações, como a imprensa e a bússola (GALEANO, 2021). No entanto, em termos sociais, as evoluções foram, de fato, involuções: visando conter os movimentos populares e contra-hegemônicos, as organizações concentradoras de poder (Igreja, Estado e nobreza/burguesia) passaram a travar verdadeiras cruzadas contra grupos rebeldes e defensores dos direitos coletivos e de pequenos grupos. Minar o poder social feminino foi fundamental para promover a cisão das iniciativas populares. Tal estratégia passou, invariavelmente, por mecanismos de degradação moral e física do “feminino”, em especial das mulheres proletárias e camponesas. Esta degradação moral pautou, inclusive, tentativas iluministas racionalizadas (levadas a cabo) de explicar suposta inferioridade dos corpos, cérebros e capacidades femininas, com suporte de personalidades científicas da época renascentista – todos homens (BEAUVOIR, 2016; FEDERICI, 2017). Considerando tal contexto, é importante levar em conta a defesa de Scott (1990, p.27) sobre gênero e poder: “as significações de gênero e poder se constroem reciprocamente”. Sob tal ótica, à medida que a igualdade entre gêneros declinava, e a heteronormatividade patriarcal se fortalecia, declinava também as relações de poder e relevância política femininas.

O monopólio do conhecimento científico europeu em mãos masculinas também colaborou para que este não fosse totalmente imparcial como deveria, mas sim refletisse os interesses daqueles que o detinham – realidade esta que se vê espelhada ainda na construção do conhecimento atual, como discutido anteriormente. A análise do conhecimento construído deve ser também baseada no contexto histórico em que este está inserido, e naqueles que foram responsáveis pelo seu desenvolvimento. Os conhecimentos e crenças de determinadas épocas, mesmo aqueles inseridos no momento de início da valorização do caráter cientificista dos estudos biológicos, eram influenciados também pelas vivências daqueles que o estavam desempenhando, e a ausência e exclusão das mulheres do processo de desenvolvimento científico ajudou a promover um fortalecimento ainda maior de um sistema que buscava, em todas as fontes, justificativas cada vez mais “embasadas” (somente nas realidades daqueles que as produziam) de inferiorizar tudo que fosse feminino (BEAUVOIR, 2007; CHANTER, 2011).

A exemplo, pouco antes dos processos iluministas e das viagens coloniais, com base nas crenças religiosas misóginas reforçando conceitos binaristas de inferiorização do feminino, os estupros de mulheres proletárias foram descriminalizados e eram práticas comuns no século XIV na Europa ocidental– há registros legais na França e na Itália, por exemplo. A degradação do gênero foi sistematicamente tão intensificada que o clima misógino e patriarcal chegou a afetar não somente as mulheres proletárias, mas também as mulheres de classes mais altas (inicialmente “blindadas” de alguns abusos), gerando um cenário fértil para o declínio total da importância social feminina (FEDERICI, 2017).

Outra estratégia de consequências profundas de ataque às classes trabalhadoras, vista até a atualidade e que afeta diretamente a construção urbana, foi a constante extirpação das áreas comunitárias e de socialização em solo europeu, e posteriormente também nas Colônias invadidas. Com o cercamento das terras e a criação da propriedade privada, de maneira arbitrária e nada igualitária, as terras comunais foram sendo substituídas por terras particulares. Tais dinâmicas, iniciadas após a queda do feudalismo na Europa, são replicadas até a atualidade na instalação de grandes complexos privados. Anna Minton (2012) relata, por exemplo, o processo de “desenvolvimento” de uma grande área urbana de Londres para os Jogos Olímpicos de 2012, que deixou como legado

“uma arquitetura de capitalismo extremo, que produz um ambiente dividido de propriedade privada, desconectado, de alta segurança, enclaves fechados por portões lado a lado a enclaves de pobreza que permanecem intocados pela riqueza ao seu redor. A segregação forte e as diferenças altamente visíveis criam um clima de medo e crescente desconfiança entre pessoas, que junto com a natureza antidemocrática destes novos espaços privados, erode a sociedade civil” (MINTON, 2012, p.8, tradução nossa)³.

Voltando à época da implantação social capitalista, que inevitavelmente ainda permite estabelecer comparações às realidades ainda vigentes, as relações

³ “(...) *this is the architecture of extreme capitalism, which produces a divided landscape of privately owned, disconnected, high security, gated enclaves side by side with enclaves of poverty which remain untouched by the wealth around them. The stark segregation and highly visible differences create a climate of fear and growing mistrust between people, which together with the undemocratic nature of these new private places, erodes civil society*”.

monetárias dominando a vida econômica e social afetaram especialmente as mulheres – que já estavam enfraquecidas socialmente. As terras comunais proviam alimentos e meios de subsistência coletivos, bem como áreas de socialização e interação comunitária. Neste momento de transição capitalista, somente a produção monetária era vista como um trabalho de valor, enquanto o trabalho reprodutivo deixou de ser considerado de fato um trabalho e perdeu todo o valor significativo socialmente. Todo trabalho executado por mulheres, na verdade, mesmo que enquadrado na categoria de “produtivo”, passou a ser apenas visto como uma ajuda aos maridos, e toda renda advinda de tal trabalho pertenceria a eles, não a elas (FEDERICI, 2017).

Impossibilitadas de obter renda por meio do trabalho de produção monetizável, muitas mulheres foram marginalizadas à prostituição, e passaram a ocupar as áreas públicas oferecendo este tipo de serviço, em especial mulheres advindas de famílias pobres. No entanto, a prostituição passou a ser uma prática proibida – novamente na tentativa de cercear às mulheres qualquer independência sobre seus corpos e/ou financeira e reprodutiva, bem como afastá-las do espaço público. É possível relacionar historicamente o surgimento dos conceitos da mulher “dona de casa” e responsável exclusivamente pelo lar com a proibição dos trabalhos assalariados ou independentes de mulheres. Este modelo reorganizado do que seria o “papel da mulher na sociedade”, vinculado à destruição do poder social feminino, resultou também em o que Federici (2017, p. 200) chama de “diferenciação sexual do espaço”, onde as mulheres não foram isoladas somente dos trabalhos assalariados, mas também de qualquer espaço público, sendo proibidas de andarem nas ruas desacompanhadas, por exemplo, se prezassem pela manutenção de suas reputações – estas tão valiosas no mercado capitalista binário entre trabalho produtivo e reprodutivo (FEDERICI, 2017).

2.2.2.1 Influência e impactos dos processos de colonização na construção urbana da América Latina

Neste momento, vale pontuar a influência do desenvolvimento urbano europeu na construção desta história de dominação, inclusive na construção dos espaços urbanos latino-americanos modernos. O processo de colonização dos territórios latino-americanos (assim como africanos) foi determinante para a

construção das cidades que seriam reflexos destas dinâmicas, e que hoje sofrem também com suas consequências.

O processo de “acumulação primitiva”, essencial para o pontapé inicial da economia capitalista, criou o sistema de colonização e escravidão em larga escala visando a exploração (FEDERICI, 2017) – estes ainda hoje colocados em prática, apesar de teoricamente abolidos. A exploração da América, em especial da América Latina, foi uma invenção da época iluminista, vista como um espaço de produção e provisão de bens para a Europa. “A América era um negócio europeu” (GALEANO, 2021, p.46).

No entanto, ao mesmo tempo que os bens retirados de solo latino-americano garantiram um crescimento exponencial e desenvolvimentista europeu, as consequências do saque impediram o crescimento industrial e desenvolvimento no novo continente que, além de ter de se recuperar da exploração, teve que também que “correr atrás do prejuízo”, competindo industrial e socialmente com uma sociedade muito mais madura e organizada (as custas da estabilidade de outras regiões) como a europeia. O capital que restava em solo latino-americano era mal utilizado e não focava no desenvolvimento urbano, na redução da pobreza ou na diversidade social, mas restava nas mãos de poucos para a construção de palácios ou compra de novas terras e cercamentos (GALEANO, 2021).

Em termos de desenvolvimento urbano, as regiões que mais forneceram para as metrópoles europeias (e que atuavam como centros comerciais locais, muito modernos e ricos, como Potosí na Bolívia e Ouro Preto e Rio de Janeiro no Brasil) foram as que mais sofreram posteriormente com o declínio econômico e abandono urbano (FRANK, 1967; GALEANO; 2021). As cidades cresceram de forma orgânica e com quase nenhum planejamento, encarando períodos históricos e longos sem preocupação das gestões com o acesso à uma vida segura, justa e salubre para todos os seus habitantes de forma igualitária.

A urbanização brasileira ocorreu de fato e intensamente a partir do século XX, e anteriormente o país era formado por pequenas ilhas urbanas, desconectadas entre si, mas conectadas pelas raízes exploratórias. Com um *boom* de crescimento da população urbana e, conseqüentemente, das suas áreas de ocupação territorial, as cidades passaram a concentrar maior parte da população do país. A pobreza urbana não é apenas uma consequência, mas sim um modelo de construção

espacial urbana. As áreas rurais, cooptadas pelo modelo capitalista de produção e com as terras concentradas sob o controle de poucos e da monocultura, repelem as classes mais baixas, exigindo a expulsão da população mais pobre para as áreas urbanas, não planejadas e preparadas para recebê-las (SANTOS, 1993). A herança da exploração do território e as marcas da estrutura social capitalizada ditaram o crescimento urbano com foco na terra, e não nos usuários.

Na colonização, os povos indígenas nativos e a população negra escravizada trazida à força de solo africano eram vistos como um “proletariado externo da economia europeia”, garantindo, por meio da exploração e as custas de muitas vidas, o maior crescimento econômico visto até então na humanidade por meio da maior concentração de mão de obra já conhecida naquele momento (GALEANO, 2021, p.64).

O processo europeu de “caça as bruxas”, ocorrido em seu auge até os anos de 1600 e já paralelo aos processos colonizadores nas Américas, fomentado pela construção misógina do próprio cristianismo e consolidado em grande escala de fato anos após a atuação da Inquisição, foi o auge da consolidação do declínio social feminino europeu (e consequentemente reverberado também nas colônias), e foi também contemporâneo aos processos de colonização e escravidão em larga escala (estes já haviam sido iniciados anteriormente, mas nunca haviam atingido tamanha dimensão). Os processos de degradação social da população negra e indígena na invasão de territórios explorados são paralelos à consolidação da submissão feminina trabalhadora europeia, e, neste momento histórico, tais movimentos marcam oficialmente a perseguição a qualquer movimento de luta comunitária (FEDERICI, 2017).

É imperioso marcar a importância de observar o início dos recortes paralelos de exploração e vulnerabilidade sobre diferentes óticas oprimidas, não sendo possível observar as dinâmicas de exploração de classe, gênero e raça de formas totalmente independentes nem completamente agrupadas, mas sim considerando as realidades impostas e cada grupo e as formas que estas se relacionam e interseccionam (CHANTER, 2011).

O colonialismo colidiu frontalmente com os conceitos de vida comunitária defendidos pelas populações nativas das terras invadidas, que se recusaram a sucumbir ao modelo individualista de divisão de terras e cercamentos. As

populações locais valorizavam sua lógica comunitária e relação íntima com a natureza e território. A distribuição familiar não era individualizada em pequenos grupos, mas em grandes comunidades de suporte, que davam, inclusive, grande protagonismo às mulheres, em especial as mulheres mais velhas e idosas. A chegada da lógica capitalista e de dominação a estes territórios impôs a supressão dos mecanismos comunitários de vida, em prol da lógica capitalista de produção. Os corpos dominados passaram a ser subjugados à “disciplina do trabalho”, e grande parte da sabedoria e experiências ancestrais foram silenciadas e exterminadas junto a estes grupos (RAMINELLI, 2004; FEDERICI, 2017).

Os reflexos destas dinâmicas podem ser sentidos até hoje, tanto socialmente, com preconceitos e exclusões ainda mantidas (sejam elas de gênero, classe e/ou raciais), quanto em termos de distribuição territorial e da relação de tais grupos com o território construído e com as cidades. Com a ascensão do controle privado do solo, hoje praticamente monopolizado pelos mesmos grupos globalmente, a terra está concentrada nas mãos de poucos, enquanto os demais são inquilinos ou donos de pequenas porções desta terra. Ao observar, ainda, o recorte de gênero nesta distribuição, somente 1% da propriedade do solo no mundo está sob controle feminino (KALIN, WALTER *et al.*, 2004). Estabelecer a relação destes grupos socialmente subjugados com o espaço público e urbano exige que a relação histórica de cada grupo com o território seja também evidente.

A questão do apagamento dos espaços comunitários se aplica, inclusive, na distribuição de terras na contemporaneidade. As urbanizações fechadas, em voga na América Latina e desenhadas especialmente para separar ricos e pobres sob a justificativa de defesa da insegurança, constituem um “atentado a vida pública e comunitária” (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 89). Montaner e Muxí (2014) apontam que as leis internas condominiais se fecham perante às leis coletivas, e uma parcela da população se esconde por trás de muros em busca de se isolar da vulnerabilidade da maioria paupérrima. As calçadas públicas passam a ser áreas de insegurança, limitadas pelos altos muros dos condomínios, e a circulação das pessoas e acesso à bens naturais e urbanísticos fica cada vez mais limitada.

A distribuição desigual da terra (não somente na época da colonização, mas também pós abolição teórica da escravidão no Brasil), a consolidação da propriedade privada e o apagamento da tradição das terras comunitárias, aliadas às

dinâmicas de segregação sociais visando manter o controle e o poder de alguns sobre outros, ditaram a criação e o desenvolvimento das cidades brasileiras e latino-americanas. Outra relação que precisa ser investigada e adicionada à análise da relação entre mulheres e cidades, no entanto, é a construção e consolidação do ideal da mulher vinculada ao espaço privado, cumprindo o papel reprodutivo de dona de casa e afastada da força de trabalho remunerada e, conseqüentemente, também afastada dos contextos de decisões políticos, sociais e urbanísticos.

2.2.3 Mulheres privadas, homens públicos

A solidificação dos conceitos fundamentais do declínio social feminino foi pautada principalmente em uma estratégia de terror contra as mulheres – a construção da ideia de inferioridade feminina contou com argumentos (forjados) biológicos e sociais e com mecanismos contínuos e incessantes de ataque a tudo que fosse tido como feminino de fato. O entendimento de que “lugar de mulher é em casa” criou suas mais profundas raízes na ideia de que as mulheres seriam seres privados, incapazes biológica e socialmente de gerir qualquer ocupação coletiva ou de domínio público, especialmente questões políticas, que seriam exclusivas aos homens (FEDERICI, 2017; CHANTER, 2011).

O surgimento da família patriarcal binária, centrada no homem e advinda da propriedade privada, implica diretamente no declínio social feminino (além da invisibilização de qualquer outro espectro de gênero) e na divisão sexual do trabalho, previamente conceituados – as diferenças biológicas obviamente existem, mas só se solidificam e adquirem qualquer relevância prática mediante um contexto social que construa e fertilize estas diferenças. O cercamento físico da propriedade e o começo do fim das terras comunais resultou em um “cercamento social”, onde tudo passou a ser controlado e seccionado em pequenas porções, sendo o auge da segmentação o conceito da família “tradicional” patriarcal, onde à mulher cabe a casa e ao homem cabe o papel de prover para a família e gerir o público (BEAUVOIR, 2016; CHANTER, 2011; FEDERICI, 2011)

Beauvoir (2016, p.65) aponta que

“o corpo da mulher é um dos elementos essenciais a situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco o que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade”,

sendo a biologia incapaz de explicar todas as dinâmicas, preconceitos e limitações impostas às mulheres ao longo da história e na modernidade.

A subjugação feminina ao lar é, na verdade, uma construção social, e o corpo é um “símbolo pessoal e social da identidade”, que determina a inserção de um indivíduo em dada relação social como espelho de signos e significados (CORTÉS, 2008, p.124), sendo este corpo por si só muitas vezes a configuração de uma prisão.

Paralelamente à construção da relevância do papel da família na segregação feminina, é importante conceituar a diferenciação social e urbanística das ideias de público e privado – a distribuição do poder e do controle passaram a ditar tais conceitos fundamentalmente. Hannah Arendt (1958), por exemplo, defende que o público seria tudo aquilo tido como coletivo e compartilhável, enquanto o privado vincula-se ao íntimo e ao pertencimento, controle e propriedade, onde priva-se da realidade e do coletivo. Virginia Woolf (2014) aponta que, em um contexto social de poder onde a propriedade privada e a intimidade são valorizadas, não ter direito a estes espaços privados é perder sua humanização.

Arendt (1958) menciona, inclusive, que a situação de mulheres e pessoas escravizadas com relação à propriedade eram semelhantes, pois seu trabalho reprodutivo e braçal era tido como propriedade de alguém, não tendo estes direitos à sua parcela efetivamente privada e só sua. No caso das mulheres, como é possível avaliar a partir dos relatos de Woolf (2014), implanta-se um paradoxo no qual a mulher não possui nunca um espaço privado, apesar de estar sempre relegada a estes, não podendo também usufruir do público. Bem como a prisão do corpo, o espaço privado passou a ser também uma prisão e ao mesmo tempo uma fortaleza, sendo possivelmente um raro lugar de possível expressão livre para as mulheres, mesmo que limitado (CORTÉS, 2008).

Montaner e Muxí (2014) indicam, ademais, que ocupar de fato a vida privada demanda também o uso e desfrute da vida pública, sendo estes contrapontos complementares, tendo uma influência direta no outro (CORTÉS, 2008). Desta forma, a ausência de direito ao público, que fomenta também a ausência do direito a desfrutar profundamente da liberdade privada, permite que mulheres sejam cerceadas de todos os espaços: no público pela exclusão total, e no privado pela submissão ao trabalho exclusivamente reprodutivo, tido como de nenhum valor monetário e produtivo. Encerradas em um espectro disciplinar territorial limitador

privado, mulheres têm também seus espaços de acesso limitados, num “cerco invisível”, enquanto aos homens cabe ocupar mais e mais espaços, em especial os espaços públicos (BOURDIEU, 2012, p. 39).

A relegação da mulher ao trabalho doméstico (seja ele próprio ou de terceiros, a partir de relações de classe) tem função e papel na organização do trabalho na construção capitalista, e toda socialização resultante tende a impor este tipo de limite, num mecanismo de disciplina contínua. Esta dicotomia biológico-social simplista que submete a mulher ao espectro privado da socialização também a impede de que se encontre com outras mulheres e que, juntas, possam debater sua realidade e eventualmente traçar estratégias de debate, questionamento e mudança. O fortalecimento do conceito de família (e do privado) como cerne estabilizador social, associado ao declínio dos espaços comunitários, minava qualquer tentativa de agrupamento social, dificultando também o desenvolvimento de movimentos antissistema (BOURDIEU, 2012; CHANTER, 2011; FEDERICI, 2017).

A estereotipação do feminino com o vínculo ao privado e à imagem da “dona de casa” retira das mulheres a identidade de trabalhadoras (inclusive dentro dos movimentos pela igualdade de classes), “apagando qualquer outra plataforma sobre a qual pudessem organizar-se”, aponta Chanter (2011, p.43). A invisibilidade do trabalho reprodutivo dentro da condição de trabalho e o isolamento destas mulheres em seus respectivos lares ou nos lares de outras mulheres retiram sua capacidade de articulação política e pública.

Cabia às mulheres a procriação, criação e educação dos filhos, dentro da estrutura social e de produção capitalista, que centralizava na mulher a responsabilidade pela gestão da casa e da família somente (FEDERICI, 2019; BEAUVOIR, 2017). No entanto, como seriam as mulheres incapazes de gerir a coisa pública e de tomar decisões coletivas de maneira correta (como gestoras públicas, urbanistas ou políticas) mas paralelamente serem as únicas capazes de gerir a família, casas e garantir que a próxima geração de indivíduos (filhos) estivesse dentro do esperado direcionamento moral e material (CHANTER, 2011)?

A contradição fica evidente e já era apontada há muito por pioneiras da luta pelos direitos civis e políticos femininos. Em *A Vindication of the Rights of Women*, escrito em 1791 por Mary Wollstonecraft, a autora já grifava a incoerência em delegar quase que exclusivamente às mulheres a criação das crianças, cuidados

estes muitas vezes terceirizados a outras mulheres menos privilegiadas e tarefa esta que demandaria grandes virtudes, racionalidade, patriotismo e educação, e privá-las de decisões públicas, que demandariam habilidades semelhantes. Fica evidente, ao analisar tais contextos e motivos por trás da segregação e binarização entre gêneros, que tal disposição não era uma questão de capacidade ou direcionamento natural, mas sim uma divisão socialmente construída e imposta (WOLLSTONECRAFT, 2019).

A disposição capitalista na construção urbana interferiu diretamente na vida das mulheres e na forma com que estas se relacionavam com a cidade e o espaço público. O espaço, tanto privado quanto público, não é somente um cenário amorfo de fluxos, mas também uma superposição de vivências diferentes, onde um mesmo local pode significar realidades e ativar sensações completamente diversas em pessoas distintas (CORTÉS, 2008; HAYDEN, 1981).

Ao longo do desenvolvimento urbano, a industrialização e desenvolvimento dos subúrbios (em especial em países consolidados territorialmente em períodos recentes) isolava ainda mais as mulheres em seus núcleos familiares e criava, cotidianamente, empecilhos para que estas tivessem acesso ao mercado de trabalho formal – e caso tivessem, ainda assim teriam que suportar o terceiro turno de trabalho não-remunerado em suas casas. Mesmo posteriormente com a entrada formalizada das mulheres no mercado de trabalho assalariado, de forma tardia, o desenvolvimento urbano e arquitetônico seguiu prevendo a construção de residências unifamiliares planejadas para serem suportadas pela figura da dona de casa, sem qualquer suporte comunitário, exigindo constante sobrecarga feminina (HAYDEN, 1981), seja da própria “dona da casa” ou de mulheres terceirizadas e pagas para gerirem os cuidados das casas e famílias de outras mulheres em detrimento de suas próprias – análise esta a ser apresentada de maneira mais aprofundada nos capítulos seguintes.

Essa casa unifamiliar assume também a função de dispositivo do panóptico de conservação da ordem e da disciplina social, enquanto o espaço público passa a valorizar e normatizar vivências de apenas um determinado grupo, tido como neutro na construção urbana, representado pelo homem branco cisheterossexual. A segregação espacial, inclusive, é utilizada como mecanismo de reforço de poder

daqueles que já controlam o sistema panóptico, reforçando ainda mais seus mecanismos (CORTÉS, 2008).

2.2.3.1 Privação feminina na realidade brasileira

Em termos da realidade brasileira, após os processos de colonização e supressão das culturas nativas e sociedades tradicionais, muito pode-se espelhar dos processos “civilizatórios” europeus. As dinâmicas de opressão de gênero foram diretamente importadas e fizeram parte do desenvolvimento da trama histórica brasileira.

Na dinâmica nacional do século XX, com o início da urbanização intensificada e com o declínio das oligarquias rurais tradicionais, a estrutura social estava desequilibrada. Pressões externas de novas ideologias e a ansiedade da nova classe política e urbanística incitavam conflitos sociais e de classe. Paralelamente a uma insatisfação social com o sistema, estava também presente certa insegurança e desconfiança com relação às novas reivindicações femininas. Neste clima instável, de forma a buscar maior “equilíbrio social” ao país, a elite intelectual brasileira (mais uma vez composta por homens centralizadores do conhecimento científico) buscava recuperar os conceitos da “família tradicional”, pequeno núcleo estatal de controle privado e reprodutivo. Tais grupos defendiam firmemente o papel socializador feminino na composição familiar, pousando nos ombros das mulheres a responsabilidade pela educação dos filhos e direcionamento moral da família. Famílias estáveis e previsíveis gerariam um país também estável politicamente, e as demandas por independência feminina seriam um risco às relações de poder privadas e também públicas (BESSE, 1999).

Enquanto as mulheres das classes média e alta reivindicavam direitos mais igualitários entre gêneros, em especial em termos de oportunidades educacionais e de representatividade no setor de serviços, as mulheres operárias já estavam inseridas no mercado de trabalho, em condições muito precárias. Com as novas reivindicações das mulheres elitizadas e a baixa taxa de nupcialidade das mulheres operárias, as instituições estatais e da elite intelectual brasileira passaram a se preocupar com um possível levante de classe e de gênero. De forma a controlar a situação, o Estado brasileiro na década de 30 passou a “modernizar as relações de gênero” e buscou solidificar ainda mais o conceito enraizado da família (de forma a

submeter as mulheres operárias ao sistema patriarcal de maneira mais contundente), ao passo que permitiu que as mulheres das elites frequentassem canais de instrução e o mercado de trabalho formal. O acesso das mulheres mais afortunadas aos cargos assalariados (e, no caso das elites, até a instruções superiores e científicas), permitiu a entrada formalizada das mulheres no mercado de trabalho, desde que tal trabalho não comprometesse suas reputações e sua função de trabalhadora reprodutiva. No entanto, para as mulheres operárias, que já estavam inseridas no mercado mesmo que informalmente há décadas, tal período foi de cerceamento de liberdade, uma vez que seu trabalho produtivo passou a ser malvisto e ainda mais mal remunerado, em prol da intenção em foco no trabalho reprodutivo de produção de mão-de-obra (BESSE, 1999).

Em paralelo a evasão das mulheres elitizadas dos espaços privados para os espaços públicos, mesmo que ainda com grandes limitações, as mulheres pobres foram reconduzidas aos espaços privados em larga escala – quando não em suas próprias casas, nas casas das mulheres da elite que estavam saindo para trabalhar. A rua ainda era um local perigoso para a moral feminina, pois “mulheres direitas” não deveriam frequentar a rua sozinhas, sob o risco de arriscarem sua moral e reputação – dinâmica esta ainda mais violenta para as mulheres proletárias, que precisavam se deslocar. O emprego doméstico passou a ser a maior fonte de renda das mulheres pobres brasileiras. A autonomia das mulheres operárias foi intensamente reduzida, pois estas não conseguiam competir com os homens para as mesmas vagas assalariadas, por um conjunto de sistemas que boicotavam tal independência, inclusive com legislações trabalhistas que cerceavam as mulheres a determinadas áreas “adequadas” (BESSE, 1999; SOIHET, 2004).

Os reflexos desta movimentação são visíveis até hoje: em 2015, 5,7 milhões de mulheres brasileiras trabalhavam como empregadas domésticas no país, dentre as quais 3,7 milhões são negras ou pardas – um reflexo direto do tardio fim da escravidão brasileira. Em 2017, o trabalho doméstico compunha 14,6% do trabalho formal feminino no Brasil, sendo uma das principais ocupações femininas no país, com fortes vieses de gênero e raça (WENTZEL, 2018).

Em 1932 o voto feminino foi aprovado em solo brasileiro, mas somente para mulheres alfabetizadas e maiores de vinte e um anos – mais uma vez excluindo, invariavelmente, as mulheres proletárias e também as mulheres negras, relegadas

aos processos ineficientes de acolhimento social pós abolição da escravatura, ainda muito recente (BESSE, 1999). Em 1962 foi aprovado no país o Estatuto da Mulher Casada, que competia à mulher a responsabilidade pelo direcionamento moral e material da família, por meio de lei federal – a legislação permitia formalmente também o trabalho feminino (BRASIL, 1962). O direito à propriedade privada só foi garantido universalmente na Constituição Federal de 1988, bem como os direitos universais de igualdade entre gêneros e raciais. Qualquer indício de igualdade universal moderna ainda é muito recente na realidade brasileira (BRASIL, 1988).

De forma geral, a subordinação feminina à lógica de dominação masculina “se define, no caso específico da construção do espaço social, mais por tudo que é negado do que pelo que é dito” (CORTÉS, 2008, p.135). A presença feminina, tanto nos espaços de trabalho produtivo quanto nos espaços públicos que constituem o que chamamos de cidade, é um exercício de poder e controle, que marca as dinâmicas reguladoras de grupos e a forma que uma sociedade se (des)organiza.

O direito feminino de alcançar novos espaços de poder marca também algumas quebras no sistema autogerido de opressão, uma vez que a chegada das mulheres em espaços de governança e responsabilidade coletiva, bem como ao campo científico, pode vir a reorganizar algumas dinâmicas dos sistemas de controle. No entanto, conforme apontado anteriormente pelas análises das dinâmicas de classe e raça interseccionais ao tema de gênero, é imperativo observar que a binarização entre público/privado e masculino/feminino não pode deixar de considerar a realidade de classe e racial das mulheres proletárias, negras e indígenas, que foram exploradas por um sistema de dominação reprodutivo que “libertava” mulheres brancas, elitizadas e heterossexuais em detrimento a redesignação da mulher negra e proletária, por exemplo, como “doméstica”.

Sobral (2018) critica, ademais, o posicionamento do movimento feminista inclusive em muitas vezes “neutralizar” a realidade da “mulher” em torno da realidade da mulher branca e heterossexual, desconsiderando as interseccionalidades propostas por Crenshaw (2018) e por Gonzalez (2020), na América Latina. Não é possível descartar ou ignorar o fato de que, em maioria, mulheres negras têm uma relação com o espaço público onde não deixam de estarem subjugadas às estruturas patriarcais, e no contexto interseccional, racista, de construção urbana, por exemplo.

Gonzalez (2020) aponta que a força de trabalho da população negra foi a maior vítima das estruturas de dominação capitalista sobre os espaços – enquanto a mulher branca entrava no mercado de trabalho e ocupava/ocupa, mesmo que timidamente, posições de liderança, à população negra foi reduzida aos postos de trabalhos invisíveis e de baixos salários, aprofundando as formas de opressão raciais no Brasil, de impacto especial para mulheres negras. Cabe aos movimentos em prol dos direitos femininos a luta também pelos direitos raciais e de classe, de forma a enfraquecer as dinâmicas de opressão de maneira efetiva e coletivizada, garantindo que tais recortes sejam considerados paralela e transversalmente às questões de gênero.

2.2.4 Cidades por e para: inserção das excluídas e os benefícios urbanísticos da inclusão de vivências

A construção histórica, tanto em recorte histórico europeu quanto local latino-americano, em torno das questões de gênero e a busca pela igualdade influenciou também nas dinâmicas de acessos e ausências das mulheres aos espaços, sejam eles públicos ou privados, bem como nas dinâmicas de poder social. A apropriação dos espaços por parte das excluídas e excluídos passa pela recuperação dos espaços comunitários e da detenção igualitária do conhecimento e valorização igualitária do trabalho.

O conhecimento científico, bem como o poder político, reflete os interesses daqueles que os detém – a entrada das mulheres no mercado de trabalho assalariado alterou tal realidade, mas que ainda segue muito desigual e que muitas vezes contempla apenas mulheres brancas, advindas de famílias patriarcais e de classes sociais elitizadas. O que foi construído como conhecimento ao longo dos séculos foi embasado nas crenças daqueles que o construíram, ignorando vivências e demandas diversificadas, muitas vezes inclusive gerando grandes efeitos nos grupos excluídos e silenciados. O conhecimento foi, a partir da época iluminista, um notório caminho de poder (CHANTER, 2011; FOUCAULT, 1987).

À medida que foi compreendido que as diferenças biológicas entre homens e mulheres não ditam as capacidades intelectuais e de gestão femininas, fica evidente que há espaço para maior protagonismo feminino na dinâmica social. Como parte da

dinâmica automática de controle e poder, as mulheres foram levadas a crer que não seriam capazes de tomar as melhores decisões coletivas e que os espaços públicos não seriam de fato seu direito. O status de complacência passou a ser um estado comum para muitas mulheres, que muitas vezes creem não ter outra escolha a não ser acatar as decisões familiares ou do marido. Faz parte do contexto de opressão que o oprimido também aceite sua situação e, isolado de seus pares, acredite que não há caminhos a seguir coletivamente. Porém, considerando a falácia do binarismo biológico como ditador de capacidades, faz parte também da luta feminista questionar quaisquer conhecimentos que possam ter vieses de limitações de gênero, abrindo espaço para que novas ideias e soluções de dinâmicas sociais e utilização do território sejam debatidas e implantadas, com base em vivências diversificadas – e, novamente, não somente em termos de gênero (BEAUVOIR, 2016; CHANTER, 2011).

A lógica da epistemologia feminista aponta que construir conhecimento e, paralelamente, construir também o território, a partir de perspectivas diversas de gênero, raciais e de classe, geraria não apenas uma adição de detalhes complementares, mas uma nova lógica de distribuição territorial e de direitos (CHANTER, 2011). Federici (2017) defende que existiram e ainda existem regiões nas quais os povos oprimidos conseguiram manter estruturas comunais e coletivistas, em que ainda detém algum controle sobre seus processos reprodutivos e uso da terra coletiva. A lógica destes espaços é uma lógica diferente da lógica dominante de acumulação de capital e de apropriação do território, permitindo imaginar novas formas de acolhimento e relação com o espaço construído e habitável.

A descentralização do poder, proposta em tais dinâmicas de inclusão, incita cidadãos a se engajar mais – e somente através dessa prática é possível o exercício verdadeiro da cidadania para alterar modos de viver recorrentes. Quando a maioria da população não se envolve no fomento de seus direitos políticos, as ações públicas passam a ser ditadas por interesses privados específicos, que ignorarão minorias (FREY, 2000).

De modo a exemplificar ideias disruptivas de desenvolvimento urbano frente ao desenvolvimento patriarcal de cidade, Muxí (2015) e Federici (2017) citam como exemplos de sociedade autogeridas por mulheres as sociedades beguinas. No ano

de 1566 eram quase trezentas pela Europa, especialmente nas regiões da Alemanha e Flandres. As mulheres, em maioria viúvas de classes mais abastadas, não tinham funções de esposa ou mães, apenas trabalhadoras e estudiosas, gerindo suas comunidades independentemente. Daphne Spain (2001) aponta o papel das mulheres de associações voluntárias e comunitárias na construção e desenvolvimento urbano das cidades estadunidenses na década de 1950, no pós-guerra, no acolhimento a imigrantes, demandas pela limpeza de ruas e construção de creches e utilização de grandes infraestruturas e edificações vazias que geravam insegurança urbana e poderiam dar função social ao bem privado.

Muxí (2015) aponta o trabalho de Jakoba Mulder como planejadora urbana em Amsterdam no pós-guerra, sendo responsável pela criação de mais de 700 parques infantis na cidade ao longo de 30 anos. A lógica comunitária ainda é mantida por algumas comunidades nativas da América Latina e África, estas muito pressionadas pelo avanço ainda constante da privatização da terra. Hayden (1981) aponta a percepção das feministas materiais na construção urbanístico-arquitetônica estadunidense, avaliando as condições materiais dos obstáculos urbanos e privados que enfrentavam as mulheres, reforçando os conceitos de comunitarismo.

Muxí (2015) também defende que cidades que sejam reformadas e desenvolvidas sob uma perspectiva feminista deveriam contemplar o acúmulo de conhecimentos e experiências entre pessoas diversas, com traços de colaboração e união, em contraposição a ideais desenvolvimentistas de competitividade, exploração e domínio de alguns corpos sobre outros.

De forma geral, o modelo de construção urbana e social determinará a relação de indivíduos (ou cidadãos?) com os espaços e lugares que ocupam. A sensação de apropriação ou pertencimento, no entanto, passa pela construção também de áreas públicas, coletivas e, conseqüentemente, também privadas, que se conectem com suas usuárias e usuários, de forma que estes espaços sejam igualmente interessantes, acolhedores e úteis para qualquer cidadão. O desenvolvimento de tais espaços, no entanto, passa pela inclusão destas demandas diversas nas camadas de decisão, poder e conhecimento, de forma que sejam incorporadas não como detalhes ou bibelôs adicionais, mais sim como estruturas transversais capazes de fundamentalmente alterar o modelo de construção urbana,

sob perspectiva mais humanizada, com foco central em todos as usuárias e usuários.

2.3 APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS, MEDO E A EXCLUSÃO FEMININA

Conforme fundamentado na seção anterior, a construção do contexto social globalizado, o desenvolvimento urbano pautado na exploração dos corpos e esvaziamento dos direitos coletivos, bem como as influências mútuas das dinâmicas de poder, controle e território, geraram implicações profundas e complexas nas relações de gênero. Invariavelmente, tais implicações serão decisivas para compreensão da relação das mulheres com o espaço público nas cidades brasileiras, quais as limitações e obstáculos mais marcantes e as consequências deste desenvolvimento histórico urbano excludente.

Esta seção visa relacionar os conceitos previamente apresentados à realidade urbanística e aos mecanismos de construção urbana, abordando a exclusão feminina dos espaços públicos, fruto de uma construção social de silenciamento e controle, a partir da relação afetivo-sensorial que as usuárias possuem com o ambiente público e com o ambiente construído urbano, considerando os conceitos de espaço e lugar. A seção visa também abordar as sensações de pertencimento, apropriação, acolhimento, medo e de ausência do direito de ocupar, implicadas nas dinâmicas tácitas de exclusão, bem como a influência destas e da percepção de insegurança nos padrões de deslocamento urbano e ocupação da cidade por mulheres, junto a estratégias de resistência em prol da ocupação deste território segregado.

2.3.1 Espaço, lugar e pertencimento como dinâmicas de gênero

Conceituar espaço, espaço urbano e lugar não são tarefas simples. Muitas autoras e autores debruçaram-se sobre tais disposições e apresentaram diferentes teses. Tuan (2013) aponta que o conceito de espaço por si só é fundamental para muitas áreas do conhecimento, sendo muito complexo poder conceituá-lo de forma que contemple todas as disciplinas que o envolvem, sendo este extremamente abstrato. O “espaço” para o ramo da psicologia, por exemplo, pode ser tido de forma diferente das demandas que os estudos urbanos têm sobre o mesmo termo.

Duarte (2002) discorre sobre os conceitos de espaço e aponta a insistência de alguns autores ao definir espaço como um conceito infinito e estático. A cientificidade buscava isolar o ser humano e suas subjetividades do espaço, criando um questionamento do que exatamente fazer com os ocupantes deste – este seria o *espaço fundamental*. A presença do ser humano em relação ao espaço também gerou reflexões a partir da criação da perspectiva – que seria uma forma de representação tangível deste espaço, medida a partir do olho humano. A representação comum escolhe apresentar certas características em detrimento de outras, mas não a perspectiva – esta possuía regras que deveriam ser seguidas (ao menos para os fixos daquele espaço). Paradoxalmente, no entanto, a perspectiva ao mesmo tempo que exclui o ser humano da representação fiel do espaço, o coloca como centro, visto que ela é construída a partir da visão do olho humano. O entendimento do espaço fundamental, como conceito absoluto, porém, não colabora com a compreensão das dinâmicas e influências do espaço no cotidiano de usuárias e usuários.

O entendimento do que é o espaço influencia diretamente nos conceitos básicos que regem a vida humana em sociedade. Duarte (2002) aponta que Bruno Latour e Lefebvre geraram algumas mudanças neste entendimento pois passaram a colocar o ser humano como agente catalizador deste, não somente um espectador, gerando um *espaço produzido*. Lefebvre (1981) aponta o espaço como algo vivido em coletivo, de promoção de cidadania, uma área de ação e dinâmicas sociais e coletivas, não uma tela fixa onde seres humanos se deslocam. Ele, no entanto, reforça o conceito de espaço como algo em produção, em relação ao qual Duarte (2002) aponta algumas limitações de pensamento fixamente ideológico, que limitariam o desenvolvimento dos estudos das dinâmicas espaciais a uma ideologia de espaço produzido somente a partir de um poder centralizador. Santos (1997), paralelamente, aponta o espaço como uma coletânea de fixos e fluxos que, somados, compõem tal distribuição a ser construída, que contém de fato o poder dominante em suas arestas, mas contém também as dinâmicas de identificação com este espaço por parte de todos os seus usuários, que o constroem diariamente (DUARTE, 2002; LEFEBVRE, 1981; SANTOS, 1997).

Sousa (2010) defende que a construção de espaços é na verdade uma batalha constante entre a construção de espaços que segregam *versus* espaços que

acolhem, sendo a realidade física urbana a execução destas dinâmicas, seus símbolos, fixos e deslocamentos. O espaço pode, então, atuar como forma de desenvolvimento de poder. Massey (1994) ressalta a importância da consideração da relação espaço-tempo, especialmente quando vinculados à conceitos sociais – as relações sociais estão, invariavelmente, relacionadas às dinâmicas de poder e, para desenvolver qualquer análise da relação de determinado grupo e corpo com o espaço é inevitável que se observe a relação deste com o tempo em que tal relação está se desenvolvendo.

Para Gomes (2014), o espaço público precisa considerar tanto a disposição física do espaço construído público (e também de certa forma o privado) quanto as dinâmicas de encontro e deslocamento dos cidadãos. O espaço público é o espaço de concentração do potencial democrático de uma sociedade, e cercear tais dinâmicas de acesso a estes espaços comunitários e coletivos seria uma forma de cerceamento da liberdade política, da construção coletiva e das relações sociais saudáveis para a construção de dinâmicas de igualdade (ARENDT, 1958; BAUMANN; 2001; BEAUVOIR, 2016; FEDERICI, 2019; TOCQUEVILLE, 2000).

Para esta pesquisa, será considerado como conceito de “espaço público”, então, aquele que espaço de uso comum e coletivo, de pertencimento público, que pode, por direito e em teoria, ser acessado por todas e todos, de forma a construir os processos de participação sociais e democráticos. Adicionalmente, cabe enfatizar que o “espaço público” não pode ser considerado direta e somente como uma dicotomia entre público e privado, onde o privado seria tudo que não é público. Ao contrário, Innerarity (2010) defende que esta dicotomia está cada vez mais fluída, sendo difícil atualmente estabelecer totalmente esta diferença.

Tal fluidez influencia também a relação dos personagens urbanos com estes espaços, pois o desenvolvimento territorial e social acaba por influenciar estas dinâmicas – o acesso da mulher ao mercado de trabalho, por exemplo, permitiu a abertura formal feminina aos espaços públicos, da mesma forma que o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e virtuais expôs publicamente muito do que antes era privado, por meio das redes sociais. As mulheres foram condicionadas aos espaços privados e os homens aos públicos, mas essa dissociação está cada vez mais difusa, apesar de ainda gerar exclusões na relação entre mulheres e cidades.

Tais espaços públicos, no entanto, conforme o conceito sugerido, contém símbolos e signos que muitas vezes são ou não percebidos por suas usuárias e usuários, e que, a partir das perspectivas individuais, podem criar lugares específicos de acordo com a realidade vivida de cada um. O conceito de *lugar* é também essencial para a percepção das relações dos corpos com o território.

Augé (1994) defende que o mundo moderno é composto por excessos – e mais precisamente pelo excesso de “não-lugares”: espaços sem identidade característica ou onde essa não se relaciona com o seu tempo (AUGÉ, 1994). Os não-lugares não seriam apenas espaços públicos inexpressivos (como espaços de uso exclusivo de passagem, sem características especiais ou referenciais algumas), mas também espaços privados replicados ou espaços residuais, encaixados e esquecidos entre outros lugares. Duarte (2002) aponta que alguns autores, como Duvignaud, defendiam que qualquer cidade globalizada moderna seria inteiramente composta de não-lugares: pois as cidades deveriam ser organismos de diversidade, enquanto a maioria das cidades industriais não teria passado de réplicas de outros espaços, onde a diversidade e a pluralidade não são valorizadas. Tais cidades seriam apenas lugares do passado, representados por não-lugares do presente. Duarte (2002) aponta que, no entanto, tal radicalidade também não colaboraria no entendimento das matrizes e dinâmicas espaciais.

Tendo contemplado as análises dos não-lugares, lugares seriam a porção territorial mais fluída destas dinâmicas espaciais, pois são espaços diferentes para cada um, carregados dos recortes culturais e temporais de cada vivência e de cada indivíduo - “o lugar como fragmento do espaço caracterizado por carga afetiva e simbólica” (DUARTE, 2002, p.115; MASSEY, 1994).

A carga simbólica de determinado lugar para determinado indivíduo pode ser atrelada a história das relações de poder e controle sobre esse corpo e território. Estas relações simbólicas sob a perspectiva de gênero são transmitidas aos espaços por meio da exclusão pelo medo ou pela violência, por exemplo, ou mesmo nos casos em que não necessariamente aqueles lugares tenham uma restrição formal ou óbvia de gênero, mas carregam as mensagens sociais e refletem as exclusões sociais nas quais estão inseridos (MASSEY, 1994). Um estádio de futebol no Brasil, por exemplo, é um espaço que atualmente pode ser acessado formalmente por mulheres. No entanto, ainda são espaços majoritariamente

ocupados por homens e que, por refletirem nesta ocupação a dinâmica social machista em que estão inseridos, podem tornar-se espaços excludentes por qualquer pessoa que não se encaixe ou conforme-se àquele padrão de dominação espacial.

Tal crise de identidade em relação aos espaços cria uma dinâmica espacial de gênero muito evidente: a influência direta nas dinâmicas de mobilidade das mulheres pelos espaços públicos e o trânsito entre lugares e não-lugares. O confinamento das mulheres aos espaços majoritariamente privados fez com que, muitas vezes, a grande maioria dos espaços públicos se impusesse, para estas, como espaços de não-pertencimento e ausência de identidade, ou seja, não-lugares. A casa como único lugar feminino construiu-se como uma dinâmica de controle e estabilidade. A geografia seria construída também sob um viés de gênero, e a disposição das infraestruturas urbanas também contemplam recortes que diferem em termos de perspectiva para homens e mulheres. Sob a ótica paternalista de construção social vigente, muitas mulheres ainda carregam o peso do gerenciamento familiar na modernidade – e desta forma, a localização de escolas e postos de saúde, por exemplo, seriam mais significativas e geram mais influência no cotidiano para mulheres do que homens (MASSEY, 1994).

O grande desafio urbano da modernidade seria construir lugares (com diferentes e relevantes significados e simbolismos para pessoas diferentes) que não respondessem a uma ordem patriarcal, generificada, racista e classicista de construção urbana, lugares onde tais diferenças seriam valorizadas e contempladas, sob a ótica de uma sensação de pertencimento real, não apenas abstrata e idealizada por planejadores em suas mesas, criando teorias sob o que as pessoas desejam, sem vivê-las na prática (MONTANER, MUXÍ, 2014).

Esta dinâmica de pertencimento passa também pelo direito de tomar decisões, de fazer parte dos processos de destinação de verbas e recursos públicos, definição de prioridades e de protagonismo político – ocupando também um lugar de liderança social, e não somente de audiência ou de usuárias finais.

2.3.2 Percepção de insegurança e o medo de ocupar no Brasil

O desenvolvimento da sociedade urbana brasileira foi fundamentalmente pautado em dinâmicas de exclusão originárias no medo do outro (seja pelo medo da

revolução do outro, seja pelo medo da opressão do outro). Conforme exposto anteriormente, o histórico higienista da construção urbana brasileira, com fortes raízes escravocratas, segrega os espaços e cada região da cidade de acordo com a classe social, a raça, etnia e o gênero do usuário. Além disso, as cidades eram, originalmente, espaços da elite e de população geralmente diminuta. No entanto, com a expulsão da população rural para os ambientes urbanos e a abolição da escravidão sem qualquer política de inclusão social da população negra, a consequente explosão da população urbana gerou nas cidades um cenário de conflitos, pois a falta de infraestrutura adequada, aliada à falta de interesse das elites e governantes na promoção de políticas públicas sociais para o proletariado, geraram um contexto confuso, pouco estruturado e, acima de tudo, extremamente excludente.

O desenvolvimento do espaço urbano brasileiro condensa, em si próprio, dinâmicas de controle e tentativa de ordenamento dos grupos tidos como “perigosos”. É imperativo levar em consideração o fato de que o conceito de perigoso é sempre construído a partir de um “discurso do crime” que favorece o sistema de poder instaurado, fortificando novamente o sistema automatizado de autorregulação dos corpos. A difusão do medo de/por determinados grupos é, na verdade, mecanismo consolidado de neutralização e silenciamento destes (BATISTA, 2003; CALDEIRA, 2000). Tanto o alvo do medo quanto o grupo coagido pelo medo podem ser vítimas de tal poder de dominação.

Estudos iniciados a partir da década de 90 começaram a apontar o medo discrepante das mulheres com relação aos espaços públicos. A discrepância era relevante quando comparadas ao medo dos homens de utilizar o espaço público. Stanko (1993) indicava, com base na análise de mais de 15 estudos da época sobre a temática, que a taxa de medo da rua das mulheres era cerca de três vezes maior do que o medo que os homens sentiam, na década de 90. Whitzman (2019) apontava que o maior medo das mulheres era o estupro, enquanto dos homens era o roubo. Em estudo realizado por Leão (2016) mais recentemente, comparando a percepção de mulheres e homens com relação a seus maiores medos no espaço público, tal percepção se manteve.

O medo feminino do espaço público, no entanto, foi tido por muito tempo como algo irracional, visto que os dados de violência contra a mulher eram muito

mais comuns em espaços privados, enquanto os homens sofrem mais violência nos espaços públicos. No entanto, este “exagero” era tido por pesquisadores (homens) que não contemplavam a vivência e a relação com a cidade de tais mulheres de forma empática e realista. As mulheres não possuem, necessariamente, mais medo da rua do que do espaço privado, mas não eram, primeiramente, questionadas com relação ao espaço privado. Além disso, a violência no espaço privado está também relacionada à relacionamentos familiares e afetivos abusivos, e muitas vezes têm nome e rosto. Já a violência urbana é etérea e transversal, constitui um medo inconsciente, construído a partir de experiências de medo e também do compartilhamento de experiências de outras mulheres, bem como de um discurso social de privação da mulher, reforçado por mecanismos de poder e controle, tanto do Estado, quanto dos poderes privados e da própria mídia. O medo feminino de ocupar o espaço público é, em si, pautado pelo mecanismo de controle que deseja condicionar a mulher ao espaço privado e recluso e fazer uso do espaço público estritamente como (não-)lugar de passagem, evitando que estas questionem as dinâmicas patriarcais do poder público (KERN, 2021).

Bourdieu (2012) aponta que às mulheres foram designadas capacidades de compreender, com perspicácia, as sutilezas psicológicas de seu entorno, os sinais não-verbais de crianças e familiares, as emoções, bem como manejar situações de conflito. No entanto, conforme aponta, estas “habilidades” são, mais uma vez, uma construção social de gênero. A vida privada e a responsabilidade pela família obrigaram a maioria das mulheres ao longo da história urbana recente a desenvolver habilidades socioemocionais que pudessem ajudá-las a desempenhar suas tarefas com mais facilidade e, em especial, com segurança.

Segundo Kern (2021), quando questionadas em diferentes análises referentes aos espaços públicos sobre o que temem, as mulheres indicam que seu maior temor são os homens. No entanto, também aponta que seria impossível se distanciar e ignorar a presença de todos os homens do mundo em razão de tal medo. Ademais, existe um padrão social de culpabilização das vítimas que incentiva as mulheres a, inconscientemente, culpabilizar mais o espaço ou a si mesmas pela violência do que o próprio agressor. Desta forma, mulheres de todos os cantos criam mecanismos para tentar identificar potenciais agressores e, em especial, potenciais lugares de risco (ou não-lugares de risco). Estes mecanismos são baseados na própria

vivência, preconceitos e estereótipos sociais construídos por cada mulher, e estes são variáveis. A forma de espelhamento espacial destes medos é a vinculação de insegurança com lugares específicos, como viadutos, pontes, trincheiras ou calçadas estreitas e escuras. Tais entendimentos e associação de violência masculina com determinados lugares e condições constituem mapas mentais dos espaços e, aos poucos, solidificam a imagem do medo na mente feminina (KERN, 2021; VALENTINE, 1989).

Montaner e Muxí (2014) apontam o desenvolvimento de “fronteiras quentes” nas cidades, não-lugares de conflito, onde a tensão e o medo do outro são predominantes. Davis (2006), no icônico *City of Quartz*, aponta a construção urbana de Los Angeles como a representatividade do capitalismo urbano, com bairros ricos isolados por muros, segurança privada e vigiada. A obsessão pela segurança controlada por mecanismos particulares e terceirizados por ferramentas tecnológicas fortificou estas fronteiras quentes, e transformou os espaços públicos e coletivos em espaços vazios, de pouco conteúdo e, conseqüentemente, inseguros. A busca incessante por uma segurança criada pelo próprio ciclo de “proteção” viria, muitas vezes, não da existência de taxas de criminalidade altas, mas sim da sensação de insegurança que tais espaços transmitiriam. A instalação de grades, muros e a supressão de espaços de convívio de permanência, sob a justificativa de impedir a presença de “grupos indesejáveis”, e como uma tentativa de controle, passa a gerar, na prática, uma percepção de insegurança profunda, especialmente sentida por aqueles que são vítimas dos mecanismos de controle (DAVIS, 2006; MONTANER, MUXÍ, 2014).

A chamada “arquitetura hostil”, que consiste em estruturas instaladas em equipamentos públicos visando a impossibilitar determinados usos e, também, que tais usos sejam feitos por determinados grupos, reforça mecanismos de isolamento e controle social dos espaços. Ela “transfere os discursos de medo do outro e de necessidade por segurança pública para o espaço construído e para o espaço público” (FARIA, 2020, p. 163). Ademais, como apontado por Faria (2020), o uso de tais estratégias reduz a fluidez do contato entre espaços públicos e privados, diminuindo a área de transição e, conseqüentemente, fortalecendo tal dicotomia, fortalecendo a estratégia de também promover o declínio de espaços comunitários, públicos e de socialização.

O medo no espaço público provém diretamente da instabilidade e imprevisibilidade do comportamento do outro, imputando, na mentalidade feminina de vítima em potencial, a qualquer transeunte homem invariavelmente o potencial também de ser um eventual agressor. Valentine (1989) defende, por exemplo, que os espaços que as mulheres sentem mais medo passam a ser os espaços em que os usuários masculinos estão menos observados e controlados, como parques, praças e grandes áreas abertas e, em especial, de pouco uso, bem como espaços onde ataques podem acontecer sem serem vistos ou testemunhados, como túneis, trincheiras, viadutos ou estacionamentos. Devido à tais experiências construídas, muitas mulheres desenvolvem mecanismos de acesso ou de desvio de determinados lugares, trilhando caminhos a partir da consciência deliberada em evitar um possível ataque. Desta forma, por conta do medo imputado pelo espaço público e pela percepção de que podem ser vítimas de um ataque violento a qualquer instante, a relação destas mulheres com os espaços e, conseqüentemente, com os lugares e não-lugares que podem ou não acessar, será diferente e específica (VALENTINE, 1989).

Tais espaços pouco controlados em que mulheres se sentem mais inseguras fazem parte também das estratégias de controle social de determinados grupos, e delas próprias. A sensação e percepção de segurança teoricamente gerada por algum tipo de controle espacial, no entanto, não pode ser superficialmente analisada. Esta segurança formal e controle do espaço não são somente realizados por mecanismos tecnológicos ou privados de segurança – muitas mulheres, em especial as mais marginalizadas, podem, inclusive, se sentir mais inseguras com a presença de forças de segurança (muitas vezes compostas por homens).

Estes espaços mais “controlados” e que, conseqüentemente, geram mais segurança feminina, seriam, na verdade, “controlados” pela presença de pessoas ocupando-os, pela vigia constante de pequenos comerciantes e, em especial, pela presença de outras mulheres, mesmo que desconhecidas (GEHL, 2015; JACOBS, 2011; KERN, 2021; VALENTINE, 1989). Os mecanismos de controle podem, ao mesmo tempo que limitar o acesso de mulheres aos espaços públicos pelo controle de gênero, ser também mecanismos de poder destas próprias usuárias quando observados como mecanismos e táticas de ocupação coletiva, que acabam por sentirem-se mais seguras quando seus potenciais agressores estão vigiados por

outras usuárias mulheres. A percepção de segurança passa a ser um modelo de análise espacial que contempla relações coletivas com o espaço, onde a presença de outras pessoas (presença esta que vai além do que cada indivíduo pode controlar sobre sua relação com os espaços) colabora com a análise que cada indivíduo faz daquele local. A presença de outras mulheres (que não pode ser antecipada pelas outras usuárias, fortalecendo o conceito de que este passa a ser um movimento mais coletivo do que individual) gerará maior sensação de pertencimento e adequação a determinados espaços para outras semelhantes. O conceito de percepção de segurança, principalmente se observado sob a ótica do oprimido, passa a ser um conceito fundamentalmente influenciado pela dinâmica coletiva, responsável por catalisar experiências individuais sobre a relação com o espaço e transformação de não-lugares em lugares.

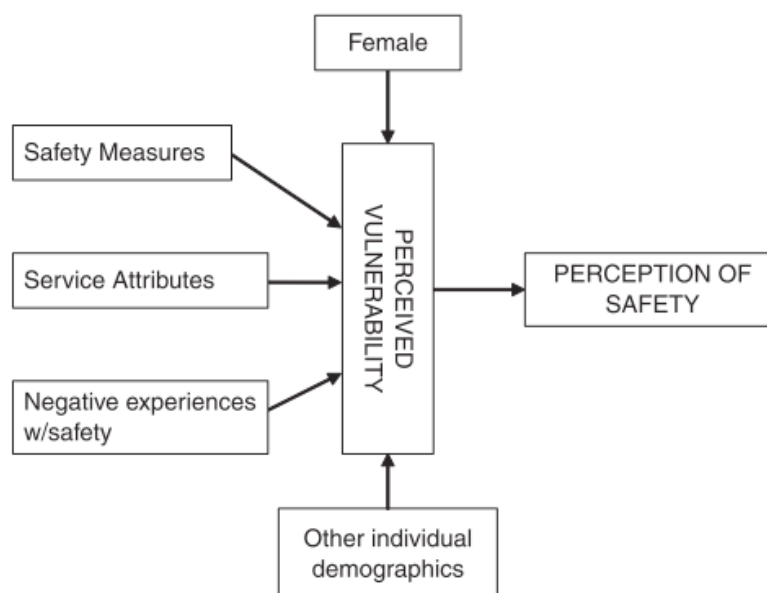
A clássica argumentação de Jane Jacobs (2011) sobre os chamados “olhos das ruas” indica que estes são especialmente relevantes para a relação das mulheres com a cidade em que estão inseridas. A produção de espaços vivos e de integração reacendem as lembranças das dinâmicas comunitárias suprimidas pelo desenvolvimento do indivíduo e do privado, potencializando a sensação de segurança e conexão com o espaço público. O crescimento urbano acelerado fortaleceu as dinâmicas de individualização urbana e suprimiu estas dinâmicas comunitárias e, com tal movimento, suprimiu também as dinâmicas de confiança e segurança construídas nos espaços públicos, transformando cidades em coletâneas de espaços privados, colados por meio de não-lugares públicos. A percepção de segurança feminina está diretamente conectada ao seu reconhecimento do território e de seus usuários (JACOBS, 2011; VALENTINE, 1989)

Se inseridas fora de um ambiente conhecido e confortável, mulheres confiam nas imagens que foram construídas anteriormente sobre os espaços, espelhando tais experiências antigas ou contadas por terceiras para sua realidade atual. A presença do que Valentine (1989, p. 388) chama de “sinais de incivilidade”, ou então sinais de sujeira ou pouca organização, tendem a acionar no público feminino a sensação de potenciais agressões. Há também tendência de evitar qualquer deslocamento noturno, não somente devido à redução da visibilidade, mas também porque os espaços urbanos no período noturno tendem a ser ocupados majoritariamente por homens. Estas percepções de insegurança interferem

diretamente nas dinâmicas de mobilidade e liberdade de mulheres, que passam a considerar fortemente fatores de segurança ao tomar decisões sobre local de moradia, modelos de transporte, oportunidades de estudo e emprego, bem como sobre independência como um todo, neste caso especialmente relevante e limitante para mulheres jovens adultas (VALENTINE, 1989).

Para o caso de análise de percepção de segurança para tecnologias de mobilidade, Yavuz e Welch (2010) propõem um modelo de percepção de segurança e percepção de vulnerabilidade (Figura 1) – no caso do estudo em questão, a percepção de segurança em trens de passageiros. Tal modelo compõe as medidas de segurança adotadas pelo sistema de mobilidade (*“safety measures”*), os atributos do serviço de mobilidade (*“service attributes”*) e as experiências negativas com segurança dos usuários (*“negative experiences with safety”*), adicionados às realidades femininas e também de outras demografias individuais (vinculadas aos fatores coletivos). A soma de tais componentes resultaria, para tais, as percepções de vulnerabilidade e segurança.

Figura 1: Modelo de Percepção de Vulnerabilidade e Segurança



Fonte: Yavuz e Welch (2010)

A partir do modelo proposto, pode-se compreender, por exemplo, o impacto tanto das medidas de infraestrutura e serviços focados em segurança, quanto dos fatores demográficos externos (como presença de outras mulheres e ocupação diversa daquele espaço) e das experiências e traumas individuais de cada pessoa.

Do momento de tratar-se de políticas públicas, observa-se que não é possível atuar sobre os traumas e experiências anteriores de cada usuária, mas é possível influenciar em modelos tanto de fortificação das estruturas de segurança (se estas forem pensadas sob perspectiva de gênero e inclusão) quanto de fortalecimento de dinâmicas demográficas de incentivo à ocupação diversa e de representatividade, como o incentivo à instalação de pequenos comércios geridos por mulheres ou até de forças de segurança femininas treinadas para execução de processos de acolhimento em caso de violências de gênero ou de insegurança com relação ao espaço em questão. A instalação de, a princípio, pequenas estratégias de incentivo ao uso mais plural dos espaços (em diversas horas do dia e da noite) pode ser um fator disruptivo a um ciclo vicioso de percepção de insegurança. Os mecanismos de controle já instaurados, considerando a teoria do panóptico apresentada por Foucault (1987), poderiam ser então ativados para controle dos geradores de insegurança e não das vítimas, fortalecendo mecanismos de fortalecimento coletivo já utilizados há séculos por mulheres também na instalação de novas formas de incentivo à ocupação dos espaços públicos.

De forma geral, a ausência de mulheres ocupando os espaços públicos aos que têm direito acaba por fortalecer um ciclo de insegurança cada vez mais institucionalizado – tanto menos mulheres nas ruas, menos mulheres sentem-se seguras para ocupar estes espaços também. As dinâmicas de mobilidade, acesso à cidade e a oportunidades destas passam também por um mecanismo corajoso de apropriação coletiva dos espaços, baseada nos aprendizados sociais construídos ao longo dos anos e nas sábias decisões de ocupação que estas vem tomando com relação a cidade. O espaço urbano volta a ser um espaço de ativismo, resistência e resiliência, e a lógica da construção e fortalecimento dos espaços comunitários parece ser novamente uma boa saída para o medo de acessar.

2.3.3 Mulheres e mobilidade, acesso à cidade e oportunidades

Pensar o desenvolvimento urbano a partir de uma perspectiva feminista passa, primeiramente, pelo entendimento sobre a influência que o cotidiano deveria ter nas decisões urbanas. Sob a ótica da mulher como indivíduo de direito ao espaço urbano, as dinâmicas cotidianas deveriam ser utilizadas como ferramentas e medidas de trabalho urbanístico. O dia a dia das mulheres se desenrola a partir de

múltiplas curtas distâncias, de uma rotina segmentada em formato de polígono ou ziguezague, com microdeslocamentos necessários para executar as variadas tarefas cotidianas. A entrada da mulher no mercado de trabalho adicionou novos pontos de parada no intenso deslocamento feminino diário. Enquanto as dinâmicas de deslocamento femininos se repartem em pequenos trechos compostos majoritariamente por calçadas estreitas e mal planejadas, as dinâmicas de deslocamento masculinas são, de maneira geral, retilíneas e priorizam uma dinâmica de deslocamento *versus* tempo, priorizando vias que permitam o alcance de altas velocidades e que garantam chegar mais rapidamente de um destino a outro (COL-LECTIU PUNT 6, 2019; MONTANER, MUXÍ, 2014).

A dicotomia entre público e privado (e entre “espaços femininos” e “espaços masculinos”) desenhou uma cidade na qual se imaginava que as mulheres ocupariam somente os espaços privados para executar suas tarefas “naturais” (reprodutivas). Porém, a execução de muitas destas demandavam também o acesso ao espaço público – as compras de mantimentos, a coleta de água, a lavagem de roupas, em especial para as mulheres operárias. Desta forma, a cidade do planejamento racional modernista foi desenhada por homens para ser palco somente das tarefas “produtivas”, ignorando-se a necessidade de sua utilização também para alimentação das “atividades femininas”, de reprodução. As cidades se desenvolveram, de maneira geral, de forma a prover para o crescimento de uma sociedade industrial, que foi, aos poucos, suprimindo toda dinâmica comunitária urbana. As mais afetadas por esta dinâmica foram, conseqüentemente, as mulheres, em especial aquelas de menor renda e que dependiam e dependem muito do espaço público (COL-LECTIU PUNT 6, 2019; MONTANER, MUXÍ, 2014).

Além disso, há também uma dinâmica entre tempo-espaço em tal análise. As dinâmicas privadas podem ser desenvolvidas a qualquer horário, visto que estão dentro da residência, enquanto as dinâmicas urbanas devem ser resolvidas sempre em “horário comercial”, um horário masculino. O desenho e construção urbanísticos que não consideram as demandas e horários de segurança e acesso femininos já serão, por si só, segregados. A cidade que se fecha no período noturno e que se transforma em um espaço inseguro, se fecha ainda mais para seu público feminino. Ademais, tais influências passam a ser determinantes também nas dinâmicas de acesso a moradia, que também passam a limitar o acesso de mulheres à espaços

urbanos. A demanda por grandes deslocamentos, por exemplo, pode impedir o acesso de mulheres a novas oportunidades de trabalho e estudo, caso estas demandem a chegada no espaço residencial em um horário tido como pouco seguro (COL-LECTIU PUNT 6, 2019; MONTANER, MUXÍ, 2014).

As mulheres passaram a negociar os espaços que podem ou não ocupar, as áreas que devem ou não morar, trabalhar e estudar, os horários em que podem transitar, os deslocamentos que podem ou não executar e até os modais que podem ou não fazer uso – convivendo cotidianamente em espaços que são lugares para homens, mas não-lugares para mulheres. Apesar de necessitarem dos serviços de determinados espaços, e de algumas alternativas serem mais interessantes de pontos de vista de custo ou facilidade de acesso, muitas vezes estas deixam de ocupá-los ou só o fazem quando acompanhadas de um homem ou de um grupo de mulheres, por questões de segurança. Valentine (1989) aponta que em seus estudos foi possível compreender que mulheres adotam, sistematicamente, mecanismos de defesa para se deslocar por qualquer espaço público, sendo extremamente improvável que seu deslocamento seja tranquilo e fluído, mas sempre uma dinâmica de prós e contras, de riscos que valem a pena ou não serem corridos, sempre espelhados em estratégias fundamentalmente pautadas na coragem de ocupar (KERN, 2021; VALENTINE, 1989).

O coletivo de urbanistas feministas *Punt 6* propôs que o desenvolvimento urbano sob perspectiva de gênero deveria considerar, sistematicamente, quatro esferas de atividades que determinam as relações cotidianas de cidadãos com a cidade, e que acabam por influenciar, especialmente, a vida urbana feminina. São estas: a esfera **produtiva** (aquela que envolve a produção de bens e serviços, majoritariamente designada socialmente como um setor “masculino”); a esfera **reprodutiva** (aquela que envolve todo o trabalho familiar doméstico, atividades majoritariamente designadas socialmente às mulheres); a esfera **individual** (de desenvolvimento individual de cada um, como estudos, esportes, atividades de lazer) e a esfera **política** (baseada no trabalho de Hanna Arendt, que são as atividades de conservação dos sentimentos de comunidade e coletivos). Observar as quatro esferas permite avançar além da dicotomia do público e do privado, evitando a binarização única entre as esferas produtivas como masculinas e as esferas reprodutivas como femininas (COL-LECTIU PUNT 6, 2019).

Desviar o foco para as dinâmicas cotidianas dos grupos de indivíduos, em especial os mais vulneráveis, permite que se protagonize igualmente as quatro esferas, de forma a reconhecer o trabalho não-remunerado realizado dentro das residências e também a olhar a cidade de forma a compreender o impacto desigual desta na vida de pessoas diversas. Desta forma, seria possível apoiar de forma mais significativa as iniciativas de coletivos e grupos femininos de fortalecimento de espaços e dinâmicas comunitárias. Ademais, utilizar tal cotidiano como ferramenta de pesquisa e metodologia de desenvolvimento de soluções permite utilizar dos próprios conhecimentos corajosos, mencionados anteriormente e desenvolvidos pelas mulheres durante décadas e repassados de geração em geração, para promover ferramentas urbanas de promoção de segurança comunitária e urbana, conforme discorreremos ao falar sobre Urbanismo Feminista (COL-LECTIU PUNT 6, 2019).

3 TÁTICAS DE SEGURANÇA E OS PROCESSOS DECISÓRIOS DE MOBILIDADE DE MULHERES EM CURITIBA

De posse do embasamento teórico sobre dominação urbana, controle e poder sobre o território e sobre determinados grupos, da definição dos conceitos de urbanismo feminista e de “*safety work*”, e a partir do entendimento destas estruturas sociais como mecanismos de resistência urbana, esta pesquisa visa compreender as táticas de mobilidade adotadas por mulheres ao se deslocarem pela cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná (Brasil), e de que forma tais táticas se interseccionam com mecanismos de manutenção de segurança.

Os conceitos diferenciados de *estratégias* e *táticas* propostos por Michel de Certeau (1998) guiam também algumas premissas deste estudo. Utiliza-se o conceito de estratégia como o conjunto de forças (e de poder e controle) que determinam um caminho a ser seguido pela estrutura de poder, sendo utilizada como modelo de dominação do poderoso sobre “o Outro”. Já a tática é o mecanismo utilizado pelo “Outro”, ou seja, pelo oprimido, de se articular dentro do campo de poder opressor, não sendo um projeto total de desenho do espaço e do poder, mas sim uma atividade contra-hegemônica, de curto efeito, feita passo a passo. “A tática é a arte do fraco” (DE CERTEAU, 1998, p. 101).

Intenciona-se identificar de que forma a percepção de insegurança e o medo da violência afetam na prática o acesso de mulheres à cidade e aos espaços públicos a partir das táticas de mobilidade utilizadas. Desta forma, este capítulo apresenta: metodologia adotada na condução da pesquisa quali-quantitativa, perfil demográfico e urbanístico de Curitiba a partir de recorte relevante para este estudo, os resultados quali-quantitativos encontrados na pesquisa desenvolvida, analisados sob perspectiva interseccional, e a análise das táticas de autoproteção descritas pelas participantes, bem como a influência de seus usos na realidade urbana de mulheres moradoras de Curitiba.

3.1 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada a partir de abordagens quantitativas e qualitativas, de forma a compreender macrotáticas e microtáticas de mobilidade relacionadas ao esforço cotidiano e invisível por segurança utilizadas por mulheres em Curitiba. Esta foi desenvolvida em duas fases: Grupos Focais (entrevista qualitativa em grupos) e

coleta de dados quantitativos por meio de questionário. A pesquisa foi aprovada via Comitê de Ética da PUCPR (Plataforma Brasil).

O estudo teve início por meio da realização da técnica de Grupos Focais, visando precisar e dar foco às questões de pesquisa que serão apresentadas na etapa seguinte, de coleta de dados quantitativos, complementando os direcionamentos obtidos a partir do embasamento teórico (MANAYO, 1992). A técnica é também bastante utilizada para acessar percepções acerca de fatores/comportamentos de risco, o que também seria um dos focos da sua utilização neste estudo (MORGAN, 1992).

Foram realizados 4 (quatro) Grupos Focais, compostos por 3 (três) ou 4 (quatro) participantes diversas. As participantes dos Grupos Focais foram selecionadas priorizando características de diversidade de identidade de gênero, orientação sexual, raça, renda e distribuição territorial, atingindo um grupo final de 13 (treze) pessoas (Quadro 2). Inicialmente, os grupos comporiam um total de 15 (quinze) participantes – no entanto, 3 (três) destas não puderam participar por questões externas incontornáveis apresentadas em curto período de tempo. Apenas uma pode ser substituída, totalizando um grupo amostral de 13 (treze) mulheres. Tais imprevistos acabaram por, infelizmente, gerar distorções (subrepresentatividade de alguns grupos perante outros) em algumas representações de diversidade, que poderiam vir a gerar vieses de pesquisa. A exposição e compreensão de tais inevitáveis vieses é essencial para a transparência científica das análises quantitativas, bem como para viabilizar a possível execução de estudos futuros consequentes e adicionais a este.

Foi estabelecido que a seleção das participantes dos grupos Focais seria baseada no convite a lideranças de determinados grupos que representassem perfis identitários. A escolha por lideranças para participação nos Grupos Focais baseia-se na premissa de que tais pessoas seriam capazes de expressar, de maneira fidedigna e considerando as limitações do tamanho da amostra para entrevistas qualitativas, a realidade de um grupo de mulheres semelhantes a elas. No Quadro 2 estão descritos os detalhes dos perfis das participantes, perfis estes coletados a partir de Formulário de autodeclaração, e de qual Grupo Focal participaram. Tal Quadro será de essencial utilização ao longo da leitura desta pesquisa, sendo primordial para o entendimento do perfil da participante correspondente a cada

depoimento e tendo que ser constantemente consultado. O código de cada participante (exemplo: P1) será utilizado ao longo da leitura, evitando a maçante identificação de cada perfil repetidamente. O nome das participantes e as organizações com as quais trabalham serão omitidos, de forma a manter a anonimidade das participantes. Estão identificados ao final do Quadro 2 também os perfis gerais das participantes que excepcionalmente não puderam participar das entrevistas. A exposição de qual Grupo Focal cada uma das participantes participou também permite que se possa compreender a diversidade e dinâmicas de interação de cada grupo, uma vez que a fala de uma participante pode influenciar e/ou gerar gatilhos de pensamentos e comentários de outra participante do mesmo grupo.

QUADRO 2 – PERFIS AUTODECLARADOS DAS PARTICIPANTES E DISTRIBUIÇÃO ENTRE GRUPOS FOCALIS

Código da Participante	Descrição de perfil (idade, raça/etnia, identidade de gênero, orientação sexual, renda, distância da residência ao centro da cidade, bairro de residência, modal mais utilizado)	Liderança de	Grupo Focal
P1	61 anos, mulher cis, branca, heterossexual, não PcD, com filhos, pós-graduada, empresária, renda média familiar superior a 20 SMs, carro individual como principal modal, mora no bairro Bigorriho (Regional Matriz), leva 15 minutos para chegar ao centro de sua residência	Grupo de mulheres empresárias	B
P2	32 anos, mulher cis, parda, lésbica, não PcD, sem filhos, pós-graduada, advogada, renda média familiar de 4 a 10 SMs, carro individual como principal modal, mora no bairro Campo Comprido (Regional Santa Felicidade/Portão), leva 15 minutos para chegar ao centro de sua residência	Coletivo LGBTQIA+	A
P3	37 anos, mulher cis, branca, heterossexual, não PcD, com filhos, pós-graduada, UX <i>researcher</i> , renda média familiar de 10 a 20 SMs, carro individual como principal modal, mora no bairro Seminário (Regional Santa Felicidade), leva 15 minutos para chegar ao centro de sua residência	Comissão de Diversidade em ensino superior de Universidade Particular	A
P4	20 anos, mulher cis, preta, bissexual, não PcD, sem filhos, ensino superior incompleto, Gestora de Projetos, renda média familiar de 2 a 4 SMs, carro de aplicativo como principal modal, mora no bairro Juvevê (Regional Matriz), leva 10 minutos para chegar ao centro de sua residência	Grupos de organizações sociais	B
P5	59 anos, mulher cis, branca, heterossexual, PcD, sem filhos, pós-graduada, Arquiteta e Urbanista, renda média familiar de 4 a 10 SMs, carro de aplicativo como principal modal, mora	Organizações para pessoas com deficiência	B

	no bairro Cabral (Regional Matriz), leva 15 minutos para chegar ao centro de sua residência		
P6	43 anos, mulher cis, branca, heterossexual, não PcD, sem filhos, pós-graduada, Professora, renda média familiar de 4 a 10 SMs, bicicleta como principal modal, mora no bairro Batel (Regional Matriz), leva 20 minutos para chegar ao centro de sua residência	Grupos de ciclistas	C
P7	26 anos, mulher cis, branca, heterossexual, não PcD, sem filhos, pós-graduada, Assessora Criminal, renda média familiar de 2 a 4 SMs, carro individual como principal modal, mora no bairro Água Verde (Regional Portão), leva 10 minutos para chegar ao centro de sua residência	Organizações sociais de apoio a comunidades vulneráveis	D
P8	26 anos, mulher cis, branca, heterossexual, não PcD, sem filhos, ensino superior completo, Engenheira, renda média familiar de 10 a 20 SMs, carro individual como principal modal, mora no bairro Cristo Rei (Regional Matriz), leva 8 minutos para chegar ao centro de sua residência	Organizações estudantis em Universidades Públicas	C
P9	21 anos, mulher cis, branca, heterossexual, não PcD, sem filhos, ensino superior incompleto, Estudante, renda média familiar de 4 a 10 SMs, carro individual como principal modal, mora no bairro Capão Raso (Regional Pinheirinho), leva 25 minutos para chegar ao centro de sua residência	Organizações sociais de atuação política	D
P10	21 anos, mulher cis, branca, heterossexual, não PcD, sem filhos, ensino superior incompleto, Estudante, renda média familiar de 4 a 10 SMs, carro individual como principal modal, mora no bairro Santo Inácio (Regional Santa Felicidade), leva 20 minutos para chegar ao centro de sua residência	Partidos Políticos	C
P11	43 anos, mulher cis, preta, heterossexual, não PcD, com filhos, ensino superior completo, empresária, renda familiar média de 10 a 20 SMs, carro como modal principal, mora no bairro Rebouças (Regional Matriz), leva 5 minutos para chegar ao centro de sua residência	Grupo de microempresárias de atuação local	D
P12	43 anos, mulher cis, preta, lésbica, não PcD, sem filhos, ensino superior completo, fotojornalista, renda média familiar de 2 a 4 SMs, carro individual como principal modal, mora no bairro Barreirinha (Regional Boa Vista), leva 30 minutos para chegar ao centro de sua residência	Organizações de atuação política	D
P13	41 anos, mulher cis, parda, heterossexual, não PcD, com filhos, pós-graduada, empresária, renda média familiar de 4 a 10 SMs, bicicleta como principal modal, mora no bairro Ahú (Regional Matriz), leva 20 minutos para chegar ao centro de sua residência	Organizações representantes de ciclistas	A

P14	-	Liderança comunitária Região Oeste (Regional CIC)	Não pode participar
P15	-	Liderança comunitária Região Sul (Regional Pinheirinho)	Não pode participar
P16	-	Coletivo de Mulheres Trans e Travestis	Não pode participar

Fonte: Autora (2021)

Buscou-se que as participantes alocadas no mesmo Grupo Focal não se conhecessem entre si, evitando que a livre expressão de ideias e temores fosse prejudicada por relacionamentos anteriores, conforme sugerem Borges e Santos (2005). Todas as participantes deveriam se autoidentificar como mulheres e morarem na cidade de Curitiba. As participantes foram recebidas pela moderadora de maneira educada e acolhedora, em sala *online*, e preencheram inicialmente uma ficha de autodeclaração, contendo os parâmetros listados anteriormente. A interação de cada grupo durou uma hora e meia. As percepções e respostas foram colhidas pela moderadora/pesquisadora principal.

Um dos objetivos da realização do Grupo Focal é subsidiar a definição e especificidade das questões que foram posteriormente apresentadas na coleta de dados quantitativos, que visou auxiliar a compreensão da realidade de insegurança de mulheres moradoras de Curitiba em relação aos seus deslocamentos, bem como a consciência destas em relação às táticas de segurança que utilizam cotidianamente. Foram colhidas informações que adicionem, reforcem ou diferenciem-se das informações colhidas ao longo dos estudos teóricos da pesquisa. Os depoimentos coletados nos Grupos Focais também ajudaram a elucidar, na realidade curitibana, as táticas de segurança e as percepções de segurança presentes no cotidiano de algumas mulheres moradoras de Curitiba. Todas as participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A).

A dinâmica conduzida junto ao Grupo Focal foi organizada e realizada conforme o Quadro 3 a seguir:

QUADRO 3 – TÓPICOS DE ENTREVISTA PARA GRUPO FOCAL

Seção	Descrição	Duração
Apresentação	Apresentação da intenção da pesquisa, agradecimento às participantes, reforço das regras de escuta-ativa, acolhimento e respeito e distribuição e preenchimento das fichas básicas de autodeclaração	5 minutos
Introdução e aclimatação	Moderadora pede às participantes que reflitam, individualmente, sobre como se sentem ao andarem sozinhas na rua de dia e, posteriormente no período da noite.	5 minutos
Perguntas Amplas	A moderadora faz algumas perguntas e solicita que as participantes discorram sobre o assunto, incentivando que estas conversem entre si, adicionando pontos às ideias apresentadas pelas demais. Poderão ser adicionadas perguntas novas de acordo com o encaminhamento da discussão. As perguntas deste bloco serão: - Qual a sua principal sensação quando se imagina caminhando pela rua sozinha? - Você se sente mais segura ao andar de transporte público do que a pé? - Você se sente totalmente livre nos espaços públicos da sua cidade? - Você já deixou de fazer algo por medo de se deslocar sozinha? - O que te faz se sentir mais segura num espaço público ou ao se deslocar?	35 minutos
Perguntas Específicas	Mesmo modelo da seção anterior, mas com perguntas de maior direcionamento às questões de resistência urbana e dinâmicas decisórias: - Você se sente mais segura quando vê outra mulher andando na rua? - Você sente que a sua presença gera mais segurança para outras mulheres? - Você já “foi, mesmo com medo” pois sabia que sua presença era importante em determinado espaço? - O que te faz desistir de algum meio de transporte? - Você muda seu trajeto, e acaba andando mais ou por mais tempo, por questões de segurança? - Você tem alguma tática que faz te sentir mais segura ao se deslocar por um espaço público? - O que mais conta quando você vai decidir como vai se deslocar de um lugar a outro? - Você usa os espaços públicos como locais de parada ou somente para deslocamento?	35 minutos
Encerramento	Colaborações finais e agradecimento às participantes	10 minutos

Fonte: Autora (2021).

A partir da realização das dinâmicas qualitativas por meio de Grupos Focais, dos depoimentos coletados e do apontamento de determinadas táticas e inseguranças das mulheres entrevistadas, foi efetuada a coleta de dados quantitativos, visando obter uma visão mais ampla do grupo estudado. O objetivo de tal coleta era compreender a realidade da insegurança de deslocamento e a

consciência das mulheres entrevistadas em relação às táticas de segurança que utilizam diariamente. O questionário foi desenvolvido via ferramenta virtual de produção de formulários *Google Forms*, gratuita e de fácil acesso via links compartilháveis. A utilização de ferramentas online se deu devido à impossibilidade de acesso seguro ao número necessário de participantes decorrente às limitações sanitárias impostas pela pandemia de coronavírus ainda em curso.

Cabe observar que a utilização de ferramentas online acarreta, no entanto, a limitação de acesso a pessoas em processos de vulnerabilidade territorial e de renda. Buscou-se alcançar tais representantes por meio de organizações sociais e voluntárias que estariam executando trabalhos em tais localidades na época da aplicação do questionário. Tais estratégias buscaram suprimir os obstáculos implantados pela utilização de ferramentas *online* de coleta de respostas. No entanto, mesmo em face de tal esforço, é necessário apontar que, ao resultado final, infelizmente, houve ainda discrepância proporcional na representatividade territorial e de renda alcançada na amostra. Buscou-se, ainda assim, desenvolver a análise pautando também tais recortes, de forma a dar voz a tais grupos mesmo que representados em menor número.

O questionário foi distribuído de maneira estimulada visando alcançar mulheres maiores de idade residentes em Curitiba, buscando representação diversa a partir dos pontos já apresentados na estratégia de Grupo Focal. Segundo projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2020, 1.948.626 pessoas compõem a população do município de Curitiba. Deste total, 52,3% são mulheres, compondo um grupo estimado de 1.019.131 pessoas (IBGE, 2020). Desta forma, buscando alcançar um nível de confiança de 95% e um possível erro amostral de 5%, considerando uma distribuição populacional heterogênea, a meta mínima de respostas para a pesquisa quantitativa em questão foi de 385 respondentes. Foram coletadas, ao final de sete dias de pesquisa, 590 respostas.

O questionário foi composto por perguntas amplas de autodeclaração (idade, identidade de gênero, orientação sexual, raça/etnia, possuir ou não algum tipo de deficiência, ter ou não filhos, escolaridade, profissão, renda média da residência, número de moradores na residência, principal modal de locomoção, tempo de deslocamento entre residência e centro da cidade com o modal mais utilizado e bairro de residência) e por afirmações objetivas em escalas de concordância

(concordo totalmente – discordo totalmente) - escala Likert. Foi disponibilizado a todas as respondentes Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B), e todas as respostas consideradas na pesquisa passaram por confirmação de leitura deste e aceitação dos termos. No Quadro 4 estão dispostas as questões que compuseram o questionário:

QUADRO 4 – PERGUNTAS E AFIRMAÇÕES PARA QUESTIONÁRIO QUANTITATIVO

Perguntas Questionário Quantitativo
1. A forma que me desloco e as escolhas de mobilidade que faço são diferentes de dia e à noite
2. Me sinto mais segura quando me desloco pela cidade quando estou acompanhada do que quando estou sozinha
3. Me sinto mais segura ao andar na rua se encontro com outras mulheres, mesmo que desconhecidas
4. Sempre que posso prefiro andar de carro (seja particular ou de aplicativo), pois me sinto mais segura
5. Me sinto mais segura andando de ônibus do que com transporte por aplicativo
6. Gasto mais do que gostaria (ou precisaria) com transporte por questão de segurança
7. Já deixei de aceitar uma proposta de trabalho/estudo pois teria que voltar sozinha à noite
8. Já deixei de ir a um evento de lazer pois me senti insegura com relação aos deslocamentos
9. Prefiro me deslocar por mais tempo ou por uma distância maior do que me deslocar por um caminho que pareça inseguro
10. Sinto que me preocupo mais com formas de locomoção do que os homens da minha família ou amigos homens
11. Sinto que minha independência para me deslocar é prejudicada pela insegurança nos espaços públicos da minha cidade
12. Me sinto mais segura ao me deslocar pela minha cidade quando tenho algum objeto ou ferramenta que possa ser utilizado para minha defesa comigo (guarda-chuva, chaves, canivetes)
13. Já desisti de algum deslocamento pois a área em que passaria era mal iluminada
14. Já troquei de roupa antes de sair de casa por medo/insegurança de que algo ruim poderia acontecer
15. Sinto que a minha presença em espaços públicos gera mais segurança para outras mulheres utilizarem aquele espaço também
16. Já decidi ir a determinado local, mesmo quando tive medo, pois sabia que isso poderia gerar mais segurança para outras mulheres
17. A presença de forças de segurança da minha cidade (polícia, guarda, segurança privada) me geram muita segurança
18. Sinto que estou constantemente buscando possíveis locais de fuga ou onde possa pedir ajuda quando me desloco pela minha cidade
19. A segurança de um espaço é o fator mais determinante nas minhas decisões de mobilidade
20. Evito ficar parada sozinha em algum lugar público, somente uso espaços públicos para deslocamento
21. Já compartilhei minha localização em aplicativos de rastreamento com amigos e familiares para me sentir mais segura
22. Ao frequentar qualquer espaço público estou constantemente atenta a tudo e todos à minha volta por medo de ser vítima de alguma violência
23. No caso de sofrer assédio ou violência, prefiro pedir ajuda à outras mulheres

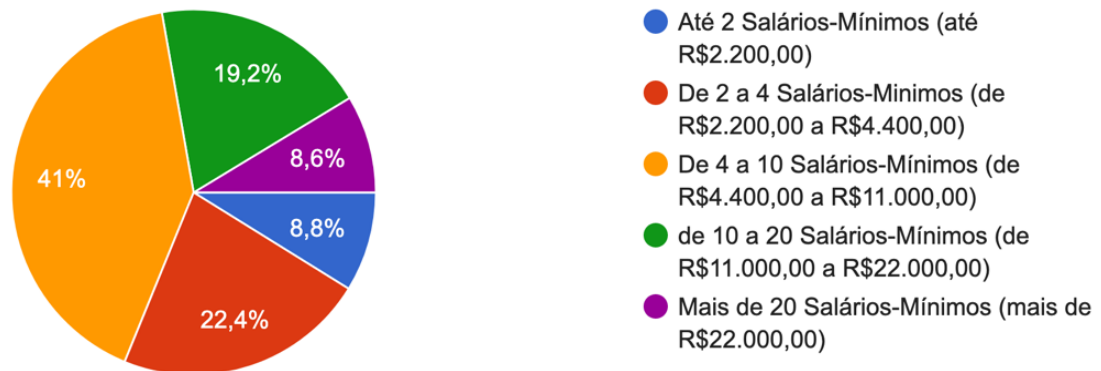
Fonte: Autora (2021).

O perfil final das respondentes do questionário quantitativo proposto foi, ao final da coleta de dados, composto da seguinte forma: 81,4% das respondentes consideram-se heterossexuais e 18,6% são lésbicas, bissexuais, pansexuais e assexuais; mais de 99% das respondentes são mulheres cisgêneras; 67,5% têm 34

anos ou menos e 32,5% têm 35 anos ou mais; 88,5% autodeclaram-se brancas, 7,3% pardas, 2,5% amarelas, 1,4% pretas e 0,2% indígena. A maioria das respondentes não possui deficiência (99,3% não PcD e 0,7% PcD) e também não têm filhos (72% sem filhos, 28% com filhos) – neste dado, cabe apontar a limitação da amostra, visto que a taxa de fecundidade do Brasil é de 1,94 filhos por mulher (1,92 na região Sul) (IBGE, 2020), indicando uma maior proporção de mães. As políticas públicas voltadas à infância, inclusive, são também políticas públicas de maior inclusão feminina, visto que ainda recaem às mulheres boa parte das responsabilidades voltadas à infância e aos cuidados com crianças. A idade das mulheres que tiveram filhos no Brasil, no entanto, aumentou nos últimos anos. Dados coletados a partir dos números disponibilizados pelos registros de Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais brasileiras em 2018 apontam que diminuiu no período em 16,1% o número de crianças nascidas de mulheres com menos de 30 anos – entre 30 e 44 anos o número aumentou em 36% (SILVEIRA, 2019). Com relação à amostra de participantes do Grupo Focal, no entanto, buscou-se coletar e analisar a perspectiva de mulheres com e sem filhos, sendo possível, a seguir, abordar tal análise propriamente, considerando tais informações e recortes.

Novamente quanto à amostra respondente do questionário quantitativo, sobre os modais mais utilizados, 67,1% apontam usar carro individual ou de aplicativo como principal meio de locomoção, 17,8% transporte coletivo, 11,4% deslocam-se majoritariamente a pé e 3,7% de bicicleta. A renda média mensal familiar da residência das respondentes é diversificada, com a maioria das respondentes na faixa de renda de 4 a 10 salários-mínimos (Figura 2).

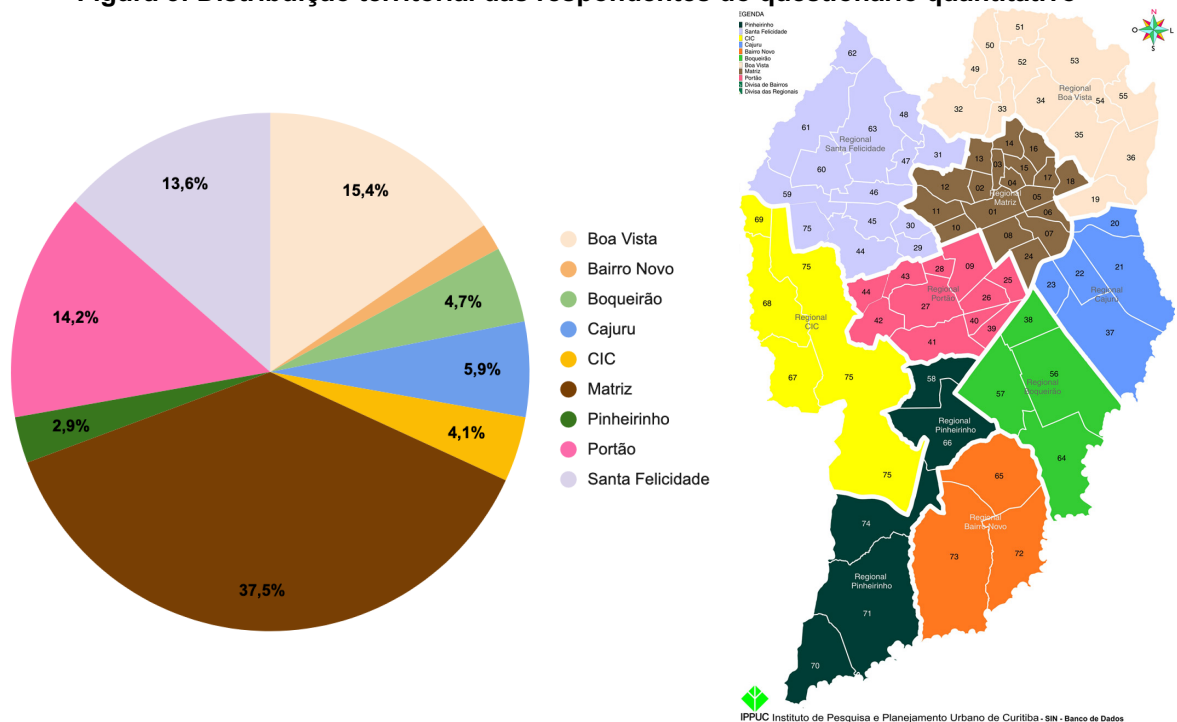
Figura 2: Renda média mensal familiar das respondentes do questionário quantitativo



Fonte: Autora (2021).

Em termos de distribuição territorial, 37,5% das respondentes vivem na Regional Matriz, e as Regionais Pinheirinho, CIC e Bairro Novo são as menos representadas (Figura 3). A sub-representação destas regionais na amostra é também reflexo na dificuldade de acesso a comunidades e áreas mais vulneráveis da cidade com a ferramenta de pesquisa online. A contextualização sobre a distribuição territorial, demográfica e urbanística de Curitiba será brevemente descrita na seção a seguir.

Figura 3: Distribuição territorial das respondentes do questionário quantitativo



Fonte: IPPUC (2014), adaptado pela Autora (2021).

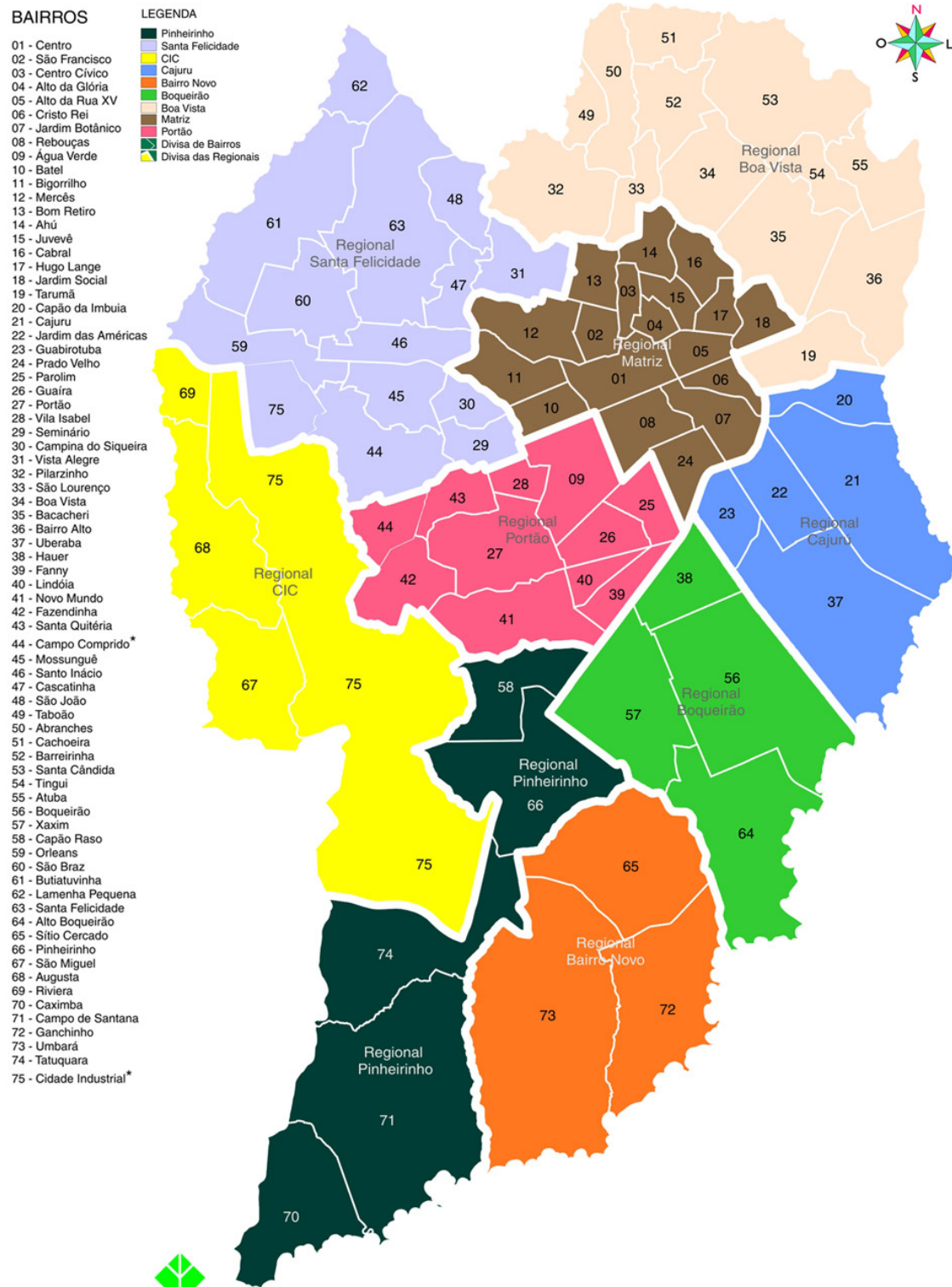
3.2 REALIDADE DEMOGRÁFICA E URBANÍSTICA DE CURITIBA

Curitiba é a capital do estado do Paraná, sendo a oitava maior cidade do país em termos populacionais. A população estimada de 2021 é de 1.963.726 e a densidade demográfica (com base no censo de 2010) é de 4.027,04 hab/km² (IBGE, 2020). A metrópole é reconhecida nacional e internacionalmente pelo sistema inovador de transporte público distribuído em eixos estruturais vinculados ao zoneamento da cidade, criado pelo ex-prefeito Jaime Lerner nos anos 70. O sistema, no entanto, atualmente é criticado por não se desenvolver na mesma velocidade e demandas da cidade, não sendo igualmente acessível e rápido para diferentes áreas do município, em especial as mais vulneráveis, e por não prever boas conexões com a Região Metropolitana. As áreas onde as infraestruturas de mobilidade foram instaladas sofreram ao longo dos anos intensos processos de gentrificação e hoje são majoritariamente ocupadas pela população de maior renda - a população de menor renda, e que de fato faz maior uso e tem no transporte público muitas vezes o único meio de locomoção, não tem um acesso tão justo e adequado ao sistema.

O salário-médio dos trabalhadores formais é de 3,8 salários-mínimos e a distribuição racial da população é de cerca de 80% da população autodeclarada branca e 20% autodeclarada preta e parda (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013). Em termos de comparação entre distribuição territorial e de renda, os bairros mais ricos e que concentram renda média de 10 a 14 salários-mínimos são Mossunguê, Seminário, Batel, Bigorriho, Alto da Glória, Juvevê, Hugo Langue, Jardim Social, Cabral e Ahú, todos pertencentes às regionais Matriz e Santa Felicidade, no Norte da cidade e próximos ao Centro (que geograficamente já está disposto à Nordeste do município) (Figura 4). Tais bairros também concentram maior poder econômico na capital e maiores investimentos em infraestrutura pública e de serviços. Paralelamente, os bairros de menor renda ocupam, em maioria, a região Sul da cidade, como CIC (Cidade Industrial de Curitiba), Sítio Cercado, Cajuru e Tatuquara (nas regionais CIC, Boqueirão, Cajuru, Pinheirinho e Bairro Novo), com renda média de 2 a 4 salários-mínimos. No entanto, há alguns bairros como Prado Velho, Parolin e Lindóia, que ficam mais próximos ao Centro (nas regionais Matriz e Portão), que também apresentam renda mais baixa do que seu entorno. A realidade destes

bairros é de grande contraste social, com proximidade imediata entre bolsões de pobreza e enclaves de riqueza próximas ao centro (NASCIMENTO, 2021).

Figura 4: Mapa de bairros e regionais de Curitiba



IPPUC Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - SIN - Banco de Dados

:: Rua Bom Jesus, 669 :: Cabral :: Curitiba :: Paraná :: CEP 80035-010 :: Fone (41) 3250-1414 :: Fax (41) 3254-8661 :: E-Mail ippuc@ippuc.org.br ::

Fonte: IPPUC (2014).

Entre as principais características de cada regional, muitas são relacionadas à renda e escolaridade. A regional Matriz, em estudo feito pela Prefeitura de Curitiba em 2013, era a mais rica da capital e tinha 205 mil habitantes (cerca de 11% dos habitantes da capital). Já a Regional Cajuru, uma das mais pobres da capital e que possui a maior densidade demográfica, a população total é semelhante, em uma área mais reduzida: 215 mil habitantes, mas em sua maioria jovens de até 29 anos. A renda média populacional da regional é 17% menor do que a média da cidade (R\$3.133,58 comparados a R\$3.774,19 de média). A regional Bairro Novo, com a menor renda média da capital (R\$2.012,60), é também a menos populosa, com 145 mil habitantes (G1 PARANÁ, 2013). Na Tabela 1 estão listadas as rendas médias de cada regional. É importante observar tais distribuições territoriais e de renda para melhor compreensão da análise de dados explicitada nos próximos capítulos.

Tabela 1 – Renda média familiar nas regionais de Curitiba

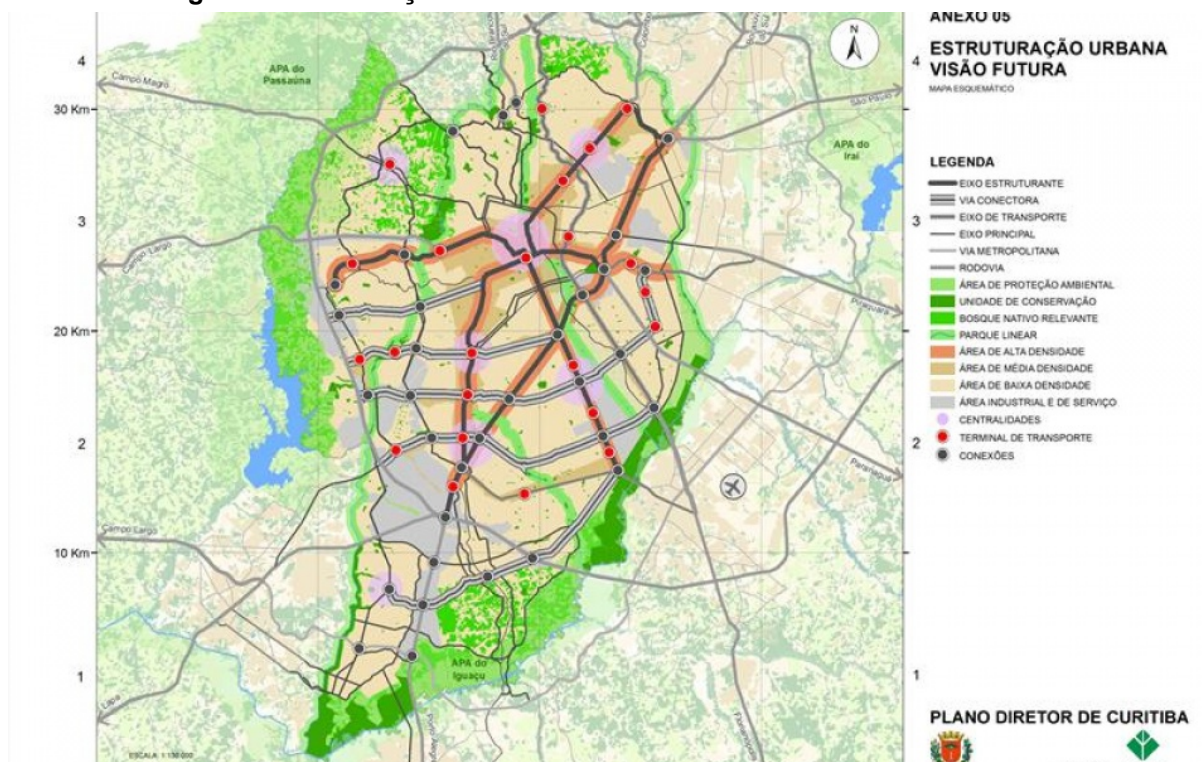
Regionais	Renda Média Familiar
Matriz	R\$6.445,18
Santa Felicidade	R\$4.920,23
Portão	R\$4.644,03
Boa Vista	R\$3.726,56
Cajuru	R\$3.133,58
Boqueirão	R\$2.836,90
Pinheirinho	R\$2.168,46
CIC	R\$2.124,40
Bairro Novo	R\$2.012,60

Fonte: G1 Paraná (2013).

É essencial apontar, também, o contraste entre regionais e também a relação entre estas e as estruturas de mobilidade do município. Parte das áreas mais pobres ficam próximas a áreas de característica industrial e longe das estruturas de transporte de massa. Os eixos estruturais da cidade não atingem as comunidades mais vulneráveis das regionais CIC, Pinheirinho, Bairro Novo e Cajuru. Além da ausência de acesso às estruturas urbanas de mobilidade, muitas comunidades e favelas enfrentam também o obstáculo de estarem “depois” (em relação ao Centro) de rodovias (linhas cinza na Figura 5 abaixo) que desviam o trânsito de carga do

Centro da cidade, como os Contornos Sul e Leste, ficando completamente desconectadas do centro e do acesso à outras infraestruturas urbanas.

Figura 5: Estruturação Urbana – Visão futura: Plano Diretor de Curitiba



Fonte: IPPUC (2014).

3.3 “TENHO PRAZER EM ANDAR NA CIDADE, MAS ELA ME EXIGE ALGUNS INSTRUMENTOS”: RESULTADOS QUALI-QUANTITATIVOS

De posse do embasamento teórico apresentado anteriormente, de uma visão geral da disposição urbanístico-territorial de Curitiba, e considerando os conceitos de interseccionalidade, urbanismo feminista, trabalho por segurança e resistência urbana observados neste estudo, a execução da metodologia proposta buscou confrontar a percepção de segurança (ou insegurança) de diferentes mulheres que ocupam posições de liderança na cidade de Curitiba, explorando suas diversidades interseccionais e experiências vividas com relação ao espaço urbano.

A experiência de confronto proposta por meio da metodologia Grupo Focal, na qual, ao responderem perguntas, estas mulheres apresentam perspectivas diversas sobre o mesmo assunto, permite mais profunda análise sobre a relação de determinados grupos com os espaços públicos. A participação de mulheres tidas

como lideranças por seus grupos de relações também possibilitou o acesso a estes grupos na resposta ao questionário quantitativo, visto que as participantes se comprometeram a divulgar tal questionário com outras mulheres próximas e de grupos semelhantes. Ao decorrer da análise a ser aqui apresentada, serão observados os depoimentos indicados pelas participantes dos Grupos Focais, bem como os resultados comparativos referentes às respostas coletadas pelo grupo amostral exposto ao questionário quantitativo, de forma a compreender se os pontos apresentados pelas participantes dos Grupos refletem também a perspectiva de outras respondentes de perfil semelhante ou diverso.

Os depoimentos coletados a partir das dinâmicas de Grupos Focais foram transcritos diretamente da forma expressada pelas participantes, sem correções gramaticais ou de concordância. Foram apenas feitas adições entre colchetes para contextualização da fala e para descrição de gestos e expressões das participantes coletadas pela moderadora. A identificação anônima da participante está disposta logo após a transcrição da fala, a partir do código da participante descrito no quadro de perfis, conforme expressado anteriormente (Quadro 2).

As informações coletadas a partir dos depoimentos das participantes e do questionário quantitativo foram elencadas em subcapítulos que exploram diferentes relações e vínculos de mulheres com os espaços públicos, sejam estes vínculos sociais e territoriais ou de utilização urbana, como o uso de diferentes modais. Esta análise é seguida, então, por uma compilação das táticas de autoproteção sugeridas pelas participantes dos Grupos Focais e pela análise global das respostas referentes a táticas de autoproteção advindas do questionário quantitativo.

3.3.1 Diferenças etárias e maternidade nas relações de segurança

De maneira geral, os pontos levantados pelas participantes dos Grupos Focais vieram a reforçar as temáticas apresentadas na discussão teórica. Os apontamentos referentes ao trabalho reprodutivo executado por mulheres diariamente e as pressões vinculadas à maternidade, por exemplo, apresentaram-se nos depoimentos das mulheres com filhos em alguns momentos.

“Quando você vira mãe você não consegue pensar mais como uma pessoa só. Os caminhos e modais que eu usaria antes, eu não faço mais. Lugares onde a possibilidade de haver um perigo era somente uma possibilidade, você trata como uma certeza. Você não vai pagar pra ver.” (P3)

A partir da comparação entre as respostas das participantes dos grupos focais e do compilado de dados provenientes dos questionários quantitativos, é possível observar alguns pontos adicionais com relação a percepções de segurança para mulheres que tem ou não tem filhos. Vale pontuar que, no grupo amostral entrevistado, 85% das mulheres que têm filhos possuem mais de 35 anos, enquanto 87% das mulheres que não tem filhos possuem 34 anos ou menos, ou seja, na análise a seguir há também fatores etários a serem considerados. Tal avaliação corrobora também o dado apresentado anteriormente que expressa um aumento da idade média de gravidez, e redução do número de mulheres com menos de trinta anos que já tem filhos. Cabe observar também que este número é um número médio, e que em determinadas camadas sociais (em especial camadas de menor renda) esta média pode não corresponder diretamente com a realidade, visto que ainda é muito comum a gravidez de mulheres ainda muito jovens.

As análises comparativas entre estes grupos mostraram, a princípio, uma maior indiferença às inseguranças no espaço público e, conseqüentemente, menos medo destes espaços, vinda de mulheres mais velhas e com filhos, em especial com relação a seus próprios corpos, em comparação a mulheres mais jovens e sem filhos – percepção esta que fica muitas vezes evidente nas respostas dadas ao questionário quantitativo e que serão apresentadas a seguir. Porém, quando questionadas nos Grupos Focais, tanto na posição de mães quanto na posição de filhas, fica também claro um grande medo e insegurança com relação ao bem-estar de mães (ou familiares) para filhas, mais do que o seu próprio.

Há preocupação latente com a segurança de filhos e filhas ao se deslocar pelo espaço público, e sobre a influência de uma possível violência sobre o bem-estar desses filhos. *“A minha experiência de ter medo fora da comunidade não é pelo que as pessoas me dizem ou pelo que eu vejo no jornal, mas porque eu vivenciei isso [ter medo] e não quero que minhas filhas vivenciem também⁴”* (P11). Algumas participantes, em maioria jovens e sem filhos relatam, inclusive, o

⁴ A análise sobre o medo e insegurança dentro e fora das comunidades será contemplada no subcapítulo 3.3.3

espelhamento das inseguranças de familiares em seus próprios deslocamentos: *“meus pais sempre tiveram um medo muito grande que eu andasse sozinha nas ruas de Curitiba, então sempre que eu to sozinha eu tenho que ligar a localização [no celular] por causa do medo mesmo” (P9). “Minha vó me ligava e fazia a lista: você não pode pegar tal ônibus, você não pode ir em tal lugar... e eu cresci com esse trauma de lugares” (P7).*

“É automático [adotar essas táticas]... eu sinto que fui meio que criada para fazer isso... tudo isso que vocês estão falando [táticas de autoproteção] é o que a minha mãe pede pra mim fazer, então é meio que pressuposto pra mim poder sair sozinha” (P10).

“Eu tenho uma irmã mais nova de 13 anos e eu tenho muito medo por ela...eu ensino ela assim como minha mãe me ensinou, que ela não pode confiar em ninguém e que ela tem que tar sempre se protegendo...” (P8)

Algumas afirmações provenientes dos questionários quantitativos, por exemplo, apontam tais diferenças de percepções com relação ao uso de táticas de autoproteção e confiança/necessidade de uma rede de proteção feminina nos espaços públicos entre mulheres com ou sem filhos e, conforme a amostra, entre mulheres mais velhas e mais jovens. Para a afirmação “Me sinto mais segura ao andar na rua se encontro com outras mulheres, mesmo que desconhecidas”, 66,35% das mulheres que não tem filhos “concordam totalmente” com a afirmação, enquanto 43,64% das que tem filhos “concordam totalmente”, sendo 22,72 pontos percentuais de diferença entre ambos os grupos, com a maior distribuição desta diferença no índice 3 (não concordo, nem discordo) (Tabela 2). Observa-se que a percepção feminina sobre si mesma está constantemente em relação a alguém – a mulher nunca é um indivíduo único, mas sim a mãe de alguém, a filha de alguém, a irmã ou namorada de alguém. Mulheres são sempre tidas, até em termos de autoleitura, como redes e nunca como indivíduos independentes, apontando também a relevância desta percepção na necessidade de sentir-se parte de uma rede coletiva de autoproteção no espaço público. Quando mais próximas de serem “somente” um indivíduo, sem a responsabilidade de cuidado de um filho, por exemplo, sentem maior necessidade também de estarem sendo cuidadas e observadas por uma outra rede, mesmo que abstrata, de proteção pública.

Para a afirmação “Sinto que me preocupo mais com formas de locomoção do que os homens da minha família ou amigos homens”, 75,06% das mulheres que não têm filhos “concordam totalmente”, enquanto para as mulheres que têm filhos o

número cai 25,36 pontos percentuais para 49,70%, sendo a maior distribuição da diferença entre pontos percentuais também para o índice 3 (não concordo, nem discordo) (Tabela 3). O mesmo padrão repete-se para a afirmação “No caso de sofrer assédio ou violência, prefiro pedir ajuda à outras mulheres” (Tabela 4).

Tabela 2 – “Me sinto mais segura ao andar na rua se encontro com outras mulheres, mesmo que desconhecidas”: mulheres com ou sem filhos

Escala Likert	Não têm filhos	Têm filhos	Diferença de pontos percentuais
1	1,88%	<u>4,24%</u>	2,36
2	1,41%	<u>7,27%</u>	5,86
3	7,53%	<u>17,58%</u>	10,05
4	22,82%	<u>27,27%</u>	4,45
5	66,35%	43,64%	22,72
1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente			

Fonte: Autora (2021).

Tabela 3 – “Sinto que me preocupo mais com formas de locomoção do que os homens da minha família ou amigos homens”: mulheres com ou sem filhos

Escala Likert	Não têm filhos	Têm filhos	Diferença de pontos percentuais
1	2,59%	<u>4,24%</u>	1,65
2	2,12%	<u>6,67%</u>	4,55
3	4,24%	<u>17,58%</u>	13,34
4	16,00%	<u>21,82%</u>	5,82
5	75,06%	49,70%	25,36
1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente			

Fonte: Autora (2021).

Tabela 4 – “No caso de sofrer assédio ou violência, prefiro pedir ajuda à outras mulheres”: mulheres com ou sem filhos

Escala Likert	Não têm filhos	Têm filhos	Diferença de pontos percentuais
1	1,88%	<u>4,85%</u>	2,97
2	2,12%	<u>9,09%</u>	6,97
3	8,94%	<u>23,03%</u>	14,09
4	16,00%	<u>18,79%</u>	2,79
5	71,06%	44,24%	26,82
1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente			

Fonte: Autora (2021).

Conforme anteriormente apontado, observa-se que, para mulheres com filhos e mais velhas, a presença de outras mulheres ou de uma rede de apoio público feminina é mais indiferente do que para mulheres mais jovens e sem filhos, que se acalutam mais com a presença de eventuais grupos ou outras mulheres como referência.

“Se tem bastante mulher andando no mesmo lugar me sinto mais segura, parece que tá todo mundo no mesmo barco, parece que tá todo mundo unido e a gente pode ser ajudar, a gente se sente mais acolhida” (P9).

Tanto para algumas mulheres com filhos e mais velhas quanto mulheres jovens e sem filhos há, no entanto, uma percepção de que sua presença pode gerar mais segurança para outras mulheres, apesar desta percepção não ser unânime a todas as participantes – algumas afirmam acreditar não haver relação. Há, no entanto e de maneira geral, maior consciência dessa importância em mulheres jovens – as mulheres mais velhas e com filhos só apontam (ou percebem), em geral, a existência deste possível comportamento quando questionadas.

“Se estou num grupo de amigas na rua e passa um grupo de homens e tem uma mulher sozinha, eu via que [essas mulheres sozinhas] ficavam mais tranquilas - dá pra ver no semblante, a pessoa caminha mais... [sinal de tranquila]” (P2).

“Acho que isso [de gerar segurança para outras mulheres] pesa um pouco pra mim sim... levo alunas pra eventos que sei que elas só vão porque eu to lá, porque eu estando lá elas podem vestir o que quiserem, elas podem falar do jeito que elas quiserem, ‘você pode comer o que você quiser, do jeito que você quiser, porque eu to aqui’... eu não tinha parado pra pensar nisso antes de você perguntar” (P11).

Para as afirmações voltadas a utilização de táticas de segurança ou autoproteção a discrepância se torna mais acentuada. Para a afirmação “Já troquei de roupa antes de sair de casa por medo/insegurança de que algo ruim poderia acontecer” a diferença entre pontos percentuais de mulheres que têm ou não têm filhos é de 25,62 p.p., com a diferença entre pontos percentuais distribuída majoritariamente entre os índices 3 (não concordo, nem discordo) e 1 (discordo totalmente) (Tabela 5). A maior diferença de concordância total está na afirmação “Já compartilhei minha localização em aplicativos de rastreamento com amigos e

familiares para me sentir mais segura”, com 30,40 p.p de diferença entre mulheres com e sem filhos, e essa diferença proporcionalmente bem distribuída entre os demais índices (Tabela 6).

Para a afirmação “Me sinto mais segura ao me deslocar pela minha cidade quando tenho algum objeto ou ferramenta que possa ser utilizado para minha defesa comigo (guarda-chuva, chaves, canivetes)” há também maior discrepância entre as extremidades da escala: 59,77% das mulheres sem filhos concordam ou concordam totalmente com a afirmação, e 33,94% das mulheres com filhos concordam ou concordam totalmente. Na outra extremidade da tabela, 44,25% das mulheres com filhos discordam ou discordam totalmente da afirmação, contra 20,94% das mulheres sem filhos (Tabela 7).

Tabela 5 – “Já troquei de roupa antes de sair de casa por medo/insegurança de que algo ruim poderia acontecer”: mulheres com ou sem filhos

Escala Likert	Não têm filhos	Têm filhos	Diferença de pontos percentuais
1	7,06%	<u>18,18%</u>	11,12
2	4,94%	<u>10,91%</u>	5,97
3	6,35%	<u>16,36%</u>	10,01
4	<u>19,06%</u>	17,58%	1,48
5	<u>62,59%</u>	36,97%	25,62

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Tabela 6– “Já compartilhei minha localização em aplicativos de rastreamento com amigos e familiares para me sentir mais segura”: mulheres com ou sem filhos

Escala Likert	Não têm filhos	Têm filhos	Diferença de pontos percentuais
1	4,00%	<u>11,52%</u>	7,52
2	2,12%	<u>8,48%</u>	6,37
3	2,12%	<u>7,88%</u>	5,76
4	6,82%	<u>17,58%</u>	10,75
5	<u>84,94%</u>	54,55%	30,40

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

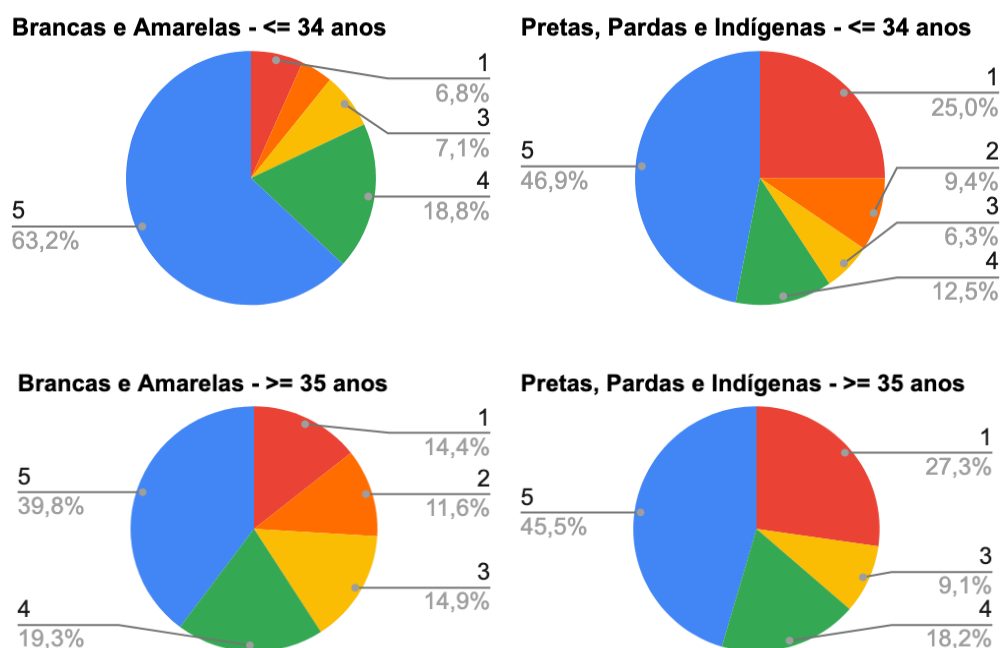
Tabela 7 – “Me sinto mais segura ao me deslocar pela minha cidade quando tenho algum objeto ou ferramenta que possa ser utilizado para minha defesa comigo (guarda-chuva, chaves, canivetes)” : mulheres com ou sem filhos

Escala Likert	Não têm filhos	Têm filhos	Diferença de pontos percentuais
1	10,12%	<u>23,64%</u>	13,52
2	10,82%	<u>20,61%</u>	9,78
3	19,29%	<u>21,82%</u>	2,52
4	<u>23,06%</u>	15,76%	7,30
5	<u>36,71%</u>	18,18%	18,52
1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente			

Fonte: Autora (2021).

Com relação às táticas relacionadas a roupas e acessórios, há uma questão interseccional entre dinâmicas etárias e raciais. Para a afirmação “Já troquei de roupa antes de sair de casa por medo/insegurança de que algo ruim poderia acontecer”, há uma divergência considerável entre mulheres brancas/amarelas e mulheres pretas/pardas/indígenas, sendo este fator muito mais presente na realidade de mulheres brancas/amarelas (Figura 6). No entanto, ao investigar mais profundamente tal diferença, observa-se que a porcentagem de mulheres brancas/amarelas que concordam totalmente com a afirmação cai drasticamente do grupo de mulheres de 34 anos ou menos para o de 35 anos ou mais (63,2% no primeiro e 46,9% no segundo). Para as mulheres pretas/pardas/indígenas, os índices mantêm-se muito semelhantes. Não houve depoimentos nos Grupos Focais que pudessem esclarecer melhor tal discrepância. No entanto, a leitura com base no referencial teórico apresentado anteriormente é de que tal diferença pode indicar um medo mais perene entre mulheres negras, sem mudança com relação à faixa etária e com menor relação sobre a questão da divisão sexual do trabalho – a insegurança racial desde muito novas e a invisibilidade social da mulher negra, propagada por um histórico de racismo enraizado na construção social brasileira, apontam para maior estabilidade na percepção pessimista, independente da faixa etária.

Figura 6: ““Já troquei de roupa antes de sair de casa por medo/insegurança de que algo ruim poderia acontecer””: comparativo entre amostra total e recortes étnico-raciais e etários



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Em geral, para mulheres sem filhos (e, de acordo com a amostra, também mais jovens) há maior preocupação com o uso de variadas táticas de autoproteção (como o compartilhamento de localização, a troca de roupa antes de sair por medo de sofrer alguma violência ou o uso de algum objeto ou ferramenta de defesa), bem como com a existência de uma rede de apoio feminina ao utilizar o espaço público, do que quando comparadas a mulheres com filhos e mais velhas.

Para as demais afirmações apresentadas no questionário, tanto mulheres quanto sem filhos tiveram disposições semelhantes. Somente para as afirmações “Sempre que posso prefiro andar de carro (seja particular ou de aplicativo), pois me sinto mais segura” e “A presença de forças de segurança da minha cidade (polícia, guarda, segurança privada) me geram muita segurança” o nível de concordância de mulheres com filhos foi maior do que mulheres sem filhos, porém com uma diferença muito tímida de porcentagens (5 e 12 pontos percentuais, respectivamente).

Novamente em relação às questões de maternidade, foi possível observar preocupação com a forma de transitar e se deslocar estando em conjunto aos filhos, e algumas participantes demonstraram apresentar dificuldades de deslocamento e

maiores inseguranças na necessidade de eventuais fugas pelos adereços necessários para o deslocamento com bebês e pela não inclusão dos espaços públicos a estas necessidades. *“Se estou com carrinho ou sling, tudo muda minha relação com a cidade”* (P13).

Muitas participantes apontaram perceber que as cidades não foram construídas pensando nas suas necessidades, em especial para as mães, mas que isso não as impede de fazer uso do espaço público. Com relação a modais e meios de deslocamento, mães apontam que *“quem desenhou a cidade não tinha que empurrar um carrinho”* (P3). A capacidade de transporte dos modais também foi apontada como impeditivo e como obstáculo de liberdade de locomoção para mulheres que possuem famílias maiores. *“A família não cabe mais toda em carro de aplicativo: ou vai de ônibus ou não vai todo mundo”* (P13).

A preocupação com o uso de acessórios e determinadas roupas foi presente nos depoimentos de mulheres jovens.

“Evito fazer exercícios ao ar livre sozinha, queria usar shorts e top, mas tenho medo, mas quando meu vizinho vai junto eu vou. (...) Quando pego uber também, uma vez voltei pôr um casaco por cima do vestido, e nem tinha tanto decote assim, e tava bem calor” (P4).

Sob a perspectiva de mulheres mais velhas, há especial preocupação com relação aos sapatos: *“tomo muito cuidado com saltos de sapato, sempre uso com salto baixo e confortável, porque se tiver que correr...”* (P1). Muitas relataram também suas relações com os celulares, que buscam sempre esconder nas roupas, assim como bolsas. A relação com aparelhos eletrônicos, joias e adereços foi presente na descrição da maioria, independente da faixa etária, como mecanismos de invisibilização individual ao acessar qualquer espaço público.

As participantes apontam perder seu direito à individualidade e o direito de tomar escolhas baseadas em sua própria vontade, demandando sempre uma justificativa e uma análise de riscos para todas as suas ações, sejam elas simples, como a escolha de uma roupa e exposição de seu estilo pessoal da forma que lhe for conveniente, quanto a possibilidade de fazer ou não uma atividade física sozinha no horário do dia ou da noite que melhor encaixar-se às suas necessidades.

Algumas participantes apontaram sentir que existe certa legitimação e aceitação sociais com relação à exposição a violência para mulheres jovens.

"Eu lembro que quando eu tinha uns 16 anos eu tava voltando do colégio sozinha e fui assediada da porta do colégio até chegar em casa. Cheguei na casa da minha vó e comentei com ela 'nossa vó, que absurdo ficaram mexendo comigo a rua inteira', e aí minha vó falou assim: 'ah minha filha, quanto mais bonita você é mais os homens mexem com você na rua, então fique feliz, é sinal que você ainda tá em dia, olhe tua vó...'" (P9).

A percepção de uma possível aceitação social sobre a violência de corpos de mulheres jovens reforça os conceitos de obrigação do vínculo feminino ao trabalho reprodutivo e a função sexual do trabalho e do espaço. Tal peso é perene para diferentes recortes raciais, apesar de possuir diferentes intensidades para mulheres brancas/amarelas e pretas/pardas/indígenas, conforme apontado anteriormente. Mulheres jovens, ainda diretamente vinculadas ao trabalho reprodutivo e a função sexual de seus corpos, estariam (ou percebem estar) mais expostas a violências de gênero, como se seus corpos fossem mercadorias a serem observadas e comentadas num mercado. Enquanto isso, e paralelamente, reforça-se também um inconsciente coletivo de que mulheres mais velhas perdem seu valor social, sendo este somente necessário para cumprir sua função (privada) de mães. Tal autopercepção, de possuir menor valor reprodutivo e de suposta menor exposição à violência, também pode ter relação com as percepções de mulheres mais velhas e já com filhos de que não é necessário o uso de algumas táticas de autoproteção consigo mesmas, mas sempre reforçando tais táticas para suas filhas mulheres.

Esta dissonância de percepção de segurança de acordo com a idade influencia também numa possível consequência grave de leitura psicológica de mulheres jovens sobre os espaços que ocupam e seus próprios corpos. A menina jovem que é assediada todo o caminho de volta dos seus estudos sente-se violentada pelo comportamento assediador. No entanto, ao relatar o episódio para alguém de sua família (ou seja, de um ciclo próximo de confiança) recebe a devolutiva de que ela não deveria se sentir desconfortável com este comportamento alheio, mas sim o oposto, feliz por estar sendo vista como bonita e jovem. A dissonância cognitiva apresentada por este tipo de reação à violência gera também uma confusão com relação ao que é ou não seguro no espaço público, gerando inclusive uma dificuldade maior de leitura de situações de real insegurança ou não. O corpo da mulher, já muito jovem, passa a ser aceito - até por ela própria com o passar dos anos, como aponta Bourdieu (2012) ao teorizar sobre a complacência da

vítima em momentos de opressão, como alvo certo e justo de escrutínio público, num movimento socialmente aceito e panóptico de invasão completa do espaço pessoal daquela indivíduo, num modelo de controle sutil e perspicaz daquele corpo.

Durante a realização das dinâmicas dos Grupos Focais, e quando questionadas com relação aos medos e inseguranças nos espaços públicos de Curitiba, mulheres mais jovens reagem com muito mais intensidade e veemência com relação à comentários sobre “terem muito medo” de saírem sozinhas na rua. *“Se tiver vários homens ao meu redor eu começo a quase entrar em pânico, medo de violência de gênero muito grande”* (P2). *“O meu problema sempre foi a figura do homem, o medo que me foi gerado é da figura do homem, esse é o medo que é impregnado em mim”* (P9). Afirmações contundentes sobre raramente terem a liberdade de saírem sozinhas, sobre estarem constantemente estressadas, nervosas e em estado de alerta também foram comuns sob a perspectiva de mulheres com menos de 35 anos.

“Sempre em estado de alerta, e as vezes nem saio de casa pensando no que pode acontecer... Quando eu fecho o olho [pensando que estou na rua] eu sempre me vejo olhando pra trás” (P4). É possível perceber quase que uma aceitação tácita de que coisas ruins e violências podem acontecer a qualquer momento, e que uma tática de proteção muito usada é a de simplesmente se ausentar, mesmo que metaforicamente por meio da criação de barreiras ou por mecanismos de ‘invisibilidade’, sempre que possível.

“A gente usa como estratégia ir se diminuindo né, olhar pro chão, baixar a cabeça, querendo passar despercebida, não mostrar expressão, não sorrir, a gente vai se colocando numa posição cada vez menor pra poder chegar” (P7).

“Tento sempre parecer o mais invisível possível e passando despercebida (...). A gente cresce sempre com medo de onde a gente anda, sendo notada... acho que tento driblar bastante isso pra me sentir um pouco mais segura” (P8).

O simples direito de existir passa a ser questionado: o ato sutil de deslocar-se sem justificativas ou sair dos espaços privados passa a ser uma atitude tida como de irresponsabilidade, e todas as estratégias de ausência passam a ser engrenagens feitas para minar as condições individuais de cada mulher.

3.3.2 Interseccionalidades raciais e de orientação sexual: “não tá seguro pra ninguém”

As estratégias vinculadas a “parecer invisível” ou suprimir características próprias ficam ainda mais evidentes sob recortes interseccionais. “*Não demonstrar afeto no transporte público ou em espaços públicos com medo de sofrer uma violência lesbofóbica*” (P2). O questionário quantitativo aplicado aponta que a utilização de objeto ou ferramenta de defesa (como guarda-chuvas, chaves, canivetes) é uma tática mais importante para mulheres LBTQIA+ quando comparadas a mulheres heterossexuais – que também apontam o uso de tais ferramentas, mas em menor porcentagem (Tabela 8). Estar acompanhada ou não também é mais determinante para mulheres sujeitas a sofrer algum tipo de violência LBTfóbica (Tabela 9).

Tabela 8 – “Me sinto mais segura ao me deslocar pela minha cidade quando tenho algum objeto ou ferramenta que possa ser utilizado para minha defesa comigo (guarda-chuva, chaves, canivetes)”: orientação sexual

Escala Likert	Heterossexuais	LBTQIA+	Diferença de pontos percentuais
1	<u>15,42%</u>	7,27%	8,14
2	<u>13,96%</u>	11,82%	2,14
3	<u>21,25%</u>	14,55%	6,70
4	19,58%	<u>27,27%</u>	7,69
5	29,79%	<u>39,09%</u>	9,30

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Tabela 9 – “Me sinto mais segura quando me desloco pela cidade quando estou acompanhada do que quando estou sozinha”: orientação sexual

Escala Likert	Heterossexuais	LBTQIA+	Diferença de pontos percentuais
1	<u>3,96%</u>	0,91%	3,05
2	<u>3,75%</u>	1,82%	1,93
3	<u>8,54%</u>	5,45%	3,09
4	<u>16,67%</u>	14,55%	2,12
5	67,08%	<u>77,27%</u>	10,19

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Sob a perspectiva racial, é clara também a diferença de perspectiva entre mulheres brancas e mulheres pretas e pardas com relação à cidade. Enquanto mulheres brancas apontam o medo de violência de gênero e medo de assaltos como principais inseguranças, mulheres pretas e pardas adicionam, muitas vezes mais comumente do que o fator de gênero, o medo de violências relacionadas à raça, bem como a violência do Estado (a ser mais profundamente abordada ainda na discussão sobre territórios em 3.3.3).

“Não existe esse momento de liberdade... Tenho muito medo de pegar o meu carro e sair sozinha porque tenho medo da polícia me parar e dizer 'meu, esse carro não é seu', ou nem me deixar dizer, abrir a porta e sair atirando... Uma preta de *dreads*, até explicar qualquer coisa, sabe Deus o que pode acontecer, então procuro muito me precaver” (P12).

A presença de forças de segurança (como polícia, guarda e segurança privada) como fatores geradores de segurança foram apontadas no questionário quantitativo, no entanto, com concordância semelhante entre mulheres Brancas/Amarelas e mulheres Pretas/Pardas/Indígenas (Tabela 10). A distribuição entre mulheres (independentemente do recorte racial) que concordam ou discordam totalmente e discordam ou discordam totalmente da afirmação, no entanto, é bastante polarizada – 31,36% do total de mulheres discordam ou discordam totalmente da afirmação (índices 1 e 2), e 42,88% concordam ou concordam totalmente com a afirmação (índices 4 e 5) (Figura 7). A não-confiança nas forças de segurança do Estado foi apontada pelas mulheres participantes dos Grupos Focais diversas vezes, seja pela atuação desproporcionalmente violenta em comunidades mais vulneráveis (ver subcapítulo 3.3.3), seja mesmo em comentários vinculados a solicitação de ajuda ou de vigilância como táticas de autoproteção – “*me sinto mais segura quando tem gente na rua, e um mínimo de uma polícia, mas não precisa ser ostensivo*” (P5).

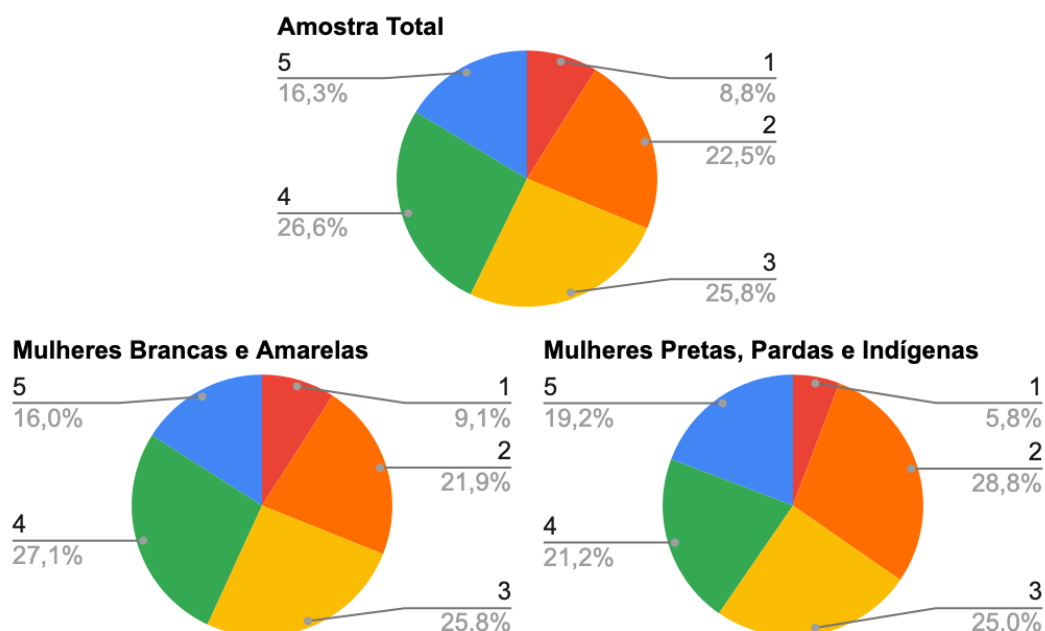
Tabela 10 – “A presença de forças de segurança da minha cidade (polícia, guarda, segurança privada) me geram muita segurança”: identidade étnico-racial

Escala Likert	Branças e Amarelas	Pretas, Pardas e Indígenas	Diferença de pontos percentuais
1	9,11%	5,77%	3,34
2	21,93%	28,85%	6,91
3	25,84%	25,00%	0,84
4	27,14%	21,15%	5,98
5	15,99%	19,23%	3,25

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Figura 7: “A presença de forças de segurança da minha cidade (polícia, guarda, segurança privada) me geram muita segurança”: comparativo entre amostra total e recortes étnico-raciais



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

A percepção quanto a não-confiança em forças de segurança fica mais evidente, no entanto, no comparativo entre mulheres LGBTQIA+ em relação a mulheres heterossexuais (Tabela 11). Sobre a afirmação “A presença de forças de segurança da minha cidade (política, guarda, segurança privada) me geram muita segurança”, 47,08% das mulheres heterossexuais concordam ou concordam totalmente, enquanto para as mulheres LGBTQIA+ o número cai 24,55%. A maioria das mulheres LGBTQIA+ apontam que discordam ou discordam totalmente da afirmação.

Tabela 11– “A presença de forças de segurança da minha cidade (polícia, guarda, segurança privada) me geram muita segurança”: orientação sexual

Escala Likert	Heterossexuais	LBTQIA+	Diferença de pontos percentuais
1	7,29%	<u>15,45%</u>	8,16
2	20,21%	<u>32,73%</u>	12,52
3	25,42%	<u>27,27%</u>	1,86
4	<u>27,50%</u>	22,73%	4,77
5	<u>19,58%</u>	1,82%	17,77

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

A preocupação com violências raciais é, também e novamente, espelhada para a insegurança com relação às crianças. A apresentação e representação de corpos negros é tida também como uma estratégia de segurança ou resiliência para tais mulheres.

“Posso ter o mesmo nível de preocupação sobre quanto o cabelo [das filhas] está "arrumado" que tem uma pessoa branca de cabelo liso? (...) Tem os olhares né, insegurança do julgamento, o medo é do desconforto que vai causar na sua filha, e você ter que trabalhar autoestima pra que ela possa ser quem ela é. [Penso muito] no que eu preciso esteticamente compor ou ter pra estar nesses lugares - e aí a minha defesa das pessoas que andam comigo é pra que a estética não seja a questão” (P11).

A preocupação com a violência e limitação do acesso se estende também para espaços inseridos na “zona cinza” entre público e privado, como shoppings. *“Tem alguns lugares que eu não vou, porque se eu for sozinha eu vou sofrer racismo ou ser olhada de alguma outra forma. No Pátio Batel [shopping de alto luxo em região central de Curitiba] nunca fui, se for com uma amiga branca ou outra pessoa aí eu vou” (P4).* A importância da presença de uma rede de autoproteção entre mulheres também se mostra mais forte sob a perspectiva de mulheres pretas, pardas e indígenas nos questionários quantitativos. A preferência por pedir ajuda a outras mulheres (Tabela 12) e a consciência de que a sua presença pode gerar segurança para outras mulheres (Tabela 13) são perspectivas mais presentes para mulheres pretas, pardas e indígenas, e mais indiferente para mulheres brancas/amarelas.

**Tabela 12 – “No caso de sofrer assédio ou violência, prefiro pedir ajuda à outras mulheres”:
identificação étnico-racial**

Escala Likert	Branças e Amarelas	Pretas, Pardas e Indígenas	Diferença de pontos percentuais
1	2,97%	0,00%	2,97
2	3,90%	5,77%	1,87
3	<u>13,94%</u>	1,92%	12,02
4	16,17%	<u>23,08%</u>	6,91
5	63,01%	69,23%	6,22

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

**Tabela 13 – “Já decidi ir a determinado local, mesmo quando tive medo, pois sabia que isso
poderia gerar mais segurança para outras mulheres”: identificação étnico-racial**

Escala Likert	Branças e Amarelas	Pretas, Pardas e Indígenas	Diferença de pontos percentuais
1	23,05%	13,46%	9,59
2	23,42%	13,46%	9,96
3	29,74%	36,54%	6,80
4	12,64%	<u>21,15%</u>	8,51
5	11,15%	<u>15,38%</u>	4,23

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Sobre as relações entre mulheres brancas e mulheres pretas/pardas no espaço público há polos opostos de análise. Algumas participantes brancas (aquelas que ao longo da conversa demonstraram maior conscientização geral sobre questões raciais) apontam ter ciência que possuem responsabilidade em utilizar seus privilégios de forma a proteger outras mulheres – relatam, por exemplo, já terem presenciado atuações violentas do Estado (Guarda Municipal de Curitiba) contra colegas negras e, após intervenção própria e de outras mulheres brancas, a abordagem mudar completamente, ficando bem menos violenta. Sob a perspectiva de mulheres pretas e pardas, algumas participantes relatam que a presença de amigas/namoradas/esposas brancas muda a sua relação com a cidade, gerando mais segurança no sentido de diminuir a possibilidade de sofrerem alguma violência racial, em especial policial.

“Eu ando com a minha esposa, ela que me dá segurança... eu sou muito desligada, e ela me dá segurança porque fica mais ligada nas coisas. Até porque ela é uma pessoa branca também e isso soma muito” (P12).

Esta relação inter-racial de ocupação do espaço, no entanto, pode ser constantemente conflituosa (em especial quando envolve questões de classe e renda – ver subcapítulo 3.3.3). Quando questionadas sobre os fatores que geram insegurança ou segurança nos espaços, algumas participantes pretas e pardas apontaram que já sofreram violência vindas de mulheres brancas, e que a confiança de pedir ajuda em caso de necessidades depende de muitos fatores. *“Eu ia dizer [que a presença de] mulheres [me gera mais segurança na rua], mas também depende muito... às vezes têm mulheres brancas que às vezes são piores que homens”* (P12).

Conforme apontado na discussão teórica, a percepção de segurança de uma pessoa pode estar diretamente vinculada com a percepção de insegurança de outra – e está também diretamente relacionada a critérios (muitas vezes inconscientes, estruturais e enraizados) racistas e classicistas de análise do espaço. *“Não tá seguro pra ninguém”* (P11).

“Essa construção imagética [“do preto bandido”] que faz com que pessoas brancas tenham medo da gente. Dai as pessoas acabam ficando com medo mesmo, ‘ah esse lugar aqui me disseram que é um lugar perigoso’ e aí você olha ao redor a maioria das pessoas são pretas e pobres...” (P12).

A percepção de segurança de determinados lugares, em alinhamento aos depoimentos coletados e à discussão teórica apresentada anteriormente, contempla inúmeros aspectos muitas vezes inconscientes de análise do espaço, que vão desde mapas mentais de segurança baseados em experiências pessoais ou coletivas, características estruturais do espaço público (como iluminação, calçamento, sombras, alturas e larguras de vias, velocidade), até a presença ou não de pessoas nas áreas de circulação pública. Todas estas características são extremamente complexas de serem mensuradas e de análise e distinção muito sutis. O fator territorial, contemplando a questão de renda média dos envolvidos e, conseqüentemente, dinâmicas de lutas de classes, e a questão de ocupação territorial e infraestrutura urbana que cada área da cidade possui, exerce influência

direta na forma de observação e interação com os espaços e no uso de táticas de segurança.

3.3.3 Renda, território e escolaridade: “A gente tá correndo risco só por existir”

As dinâmicas de ocupação territorial das cidades brasileiras possuem vínculos diretos entre estruturas de classe e raça. Nascimento (2021, p.1) aponta, em estudo sobre as relações entre as dinâmicas raciais e territoriais em Curitiba, que a capital do Paraná é “a capital mais negra do sul do Brasil”. Neste estudo, a pesquisadora afirma que somente a perspectiva econômica (ou de renda) não é capaz de dar conta de explicitar as disposições espaciais e territoriais de Curitiba, sendo necessário o uso do recorte racial para construir uma leitura espacial fidedigna a realidade prática da cidade. Em seu estudo, Nascimento (2021) analisa, por meio da comparação da distribuição territorial da população e da distribuição territorial da renda média em Curitiba, que a maior parte da população negra da capital residente também nos bairros mais pobres, enquanto os bairros mais ricos são bairros majoritariamente brancos. Fica evidente que, ao analisar recortes de renda e território, é imprescindível paralelamente também observar a interseccionalidade dos depoimentos e dados relacionados à raça e etnia.

A insegurança ao se deslocar por espaços públicos afeta mulheres que moram em periferias urbanas e de renda mais baixa de forma diferente de mulheres que habitam bairros mais centrais da cidade e/ou possuem renda mais alta. Sobre a afirmação “Já deixei de aceitar uma proposta de trabalho/estudo pois teria que voltar sozinha à noite”, é possível observar maior concordância tanto para mulheres negras/pardas/indígenas, quanto para mulheres de renda menor que 4 salários-mínimos ou para mulheres que demoram mais de 30 minutos para chegar de suas residências até o centro da cidade utilizando seu modal principal (Tabelas 14, 15 e 16). Sob perspectiva de renda, tal desigualdade é, na prática, ainda mais cruel: o medo de se deslocar cria obstáculos inclusive para maior ascensão de renda e limita o acesso de mulheres à postos de trabalho mais interessantes e que possam proporcionar melhores condições de vida à suas famílias, impondo ao gênero uma condição intensificadora de mecanismos de eternização da pobreza.

Tabela 14 – “Já deixei de aceitar uma proposta de trabalho/estudo pois teria que voltar sozinha à noite”: identidade étnico-racial

Escala Likert	Branças e Amarelas	Pretas, Pardas e Indígenas	Diferença de pontos percentuais
1	35,87%	30,77%	5,10
2	13,20%	9,62%	3,58
3	13,94%	15,38%	1,44
4	11,15%	7,69%	3,46
5	25,84%	36,54%	10,70
1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente			

Fonte: Autora (2021).

Tabela 15 – “Já deixei de aceitar uma proposta de trabalho/estudo pois teria que voltar sozinha à noite”: disposição territorial periferia *versus* centro

Escala Likert	<30 minutos de deslocamento centro - residência	>30 minutos de deslocamento centro - residência	Diferença de pontos percentuais
1	36,56%	27,40%	9,16
2	13,73%	6,85%	6,88
3	14,12%	13,70%	0,42
4	10,44%	13,70%	3,25
5	25,15%	38,36%	13,21
1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente			

Fonte: Autora (2021).

Tabela 16 – “Já deixei de aceitar uma proposta de trabalho/estudo pois teria que voltar sozinha à noite”: renda média familiar

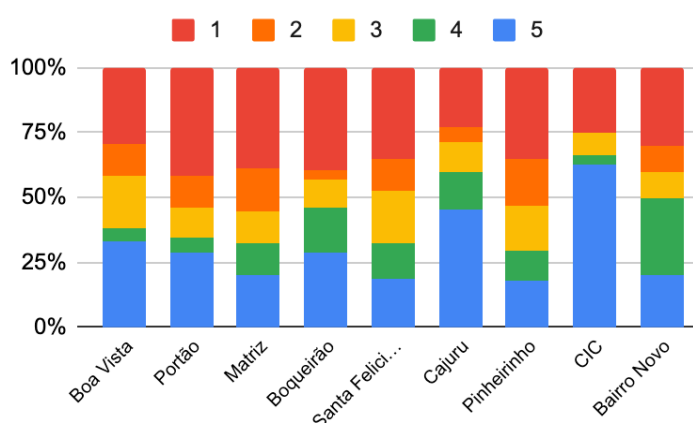
Escala Likert	Até 4 SMs	Mais de 4 SMs	Diferença de pontos percentuais
1	28,26%	38,67%	10,41
2	9,24%	14,53%	5,29
3	16,30%	13,05%	3,25
4	10,33%	11,08%	0,76
5	35,87%	22,66%	13,21
1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente			

Fonte: Autora (2021).

No Gráfico 1 é possível também observar a diferença entre as respondentes moradoras de diferentes regionais de Curitiba ao identificarem-se com a afirmação

“Já deixei de aceitar uma proposta de trabalho/estudo pois teria que voltar sozinha à noite”. A concordância (índices 4 e 5, concordam e concordam totalmente) é proporcionalmente maior para moradoras das regionais CIC, Cajuru, Boqueirão e Bairro Novo, regiões mais periféricas da capital, em comparação à regional Matriz, por exemplo.

Gráfico 1: “Já deixei de aceitar uma proposta de trabalho/estudo pois teria que voltar sozinha à noite”: regionais de Curitiba



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem concordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

As razões para tais discrepâncias podem ser variadas. Conforme apontado previamente na análise urbanístico-demográfica da capital paranaense, as regionais CIC, Cajuru, Boqueirão e Bairro Novo tem algumas das menores rendas médias da cidade, e suas moradoras e moradores enfrentam também muitas vezes barreiras de acesso urbanístico à outras infraestruturas urbanas. Para as moradoras de comunidades populosas da Cidade Industrial de Curitiba (como Nova Primavera, 29 de Março e Tiradentes), por exemplo, onde foram aplicados questionários quantitativos desta pesquisa com a colaboração de voluntárias que atuavam na área na época da coleta de dados, a barreira imposta pela infraestrutura rodoviária do Contorno Leste impõe uma dificuldade em acessar áreas centrais (que possuem mais postos de prestação de serviços e comércio) e também outras áreas industriais. Tais comunidades mencionadas, por exemplo, só têm acesso direto a duas linhas de ônibus alimentador (Linha Mario Jorge – 721 e Linha Casa de Custódia – 668). Os ônibus alimentadores têm rotas limitadas e não atendem demandas de transporte rápido, impondo obstáculos de acesso de tais moradoras ao transporte público e expondo também uma indiferença da gestão pública com o valor do tempo destas mulheres. A iluminação deficiente também dificulta o

deslocamento a pé até outras alternativas de transporte público, e a estrutura rodoviária do Contorno Leste (de grande fluxo de veículos de carga) atua quase como uma muralha intransponível, especialmente à noite. A liberdade de escolha de modelos de deslocamento, de uso do tempo e do direito de acesso à infraestrutura pública, a postos de trabalho, estudo e lazer, destas mulheres que enfrentam além das barreiras de gênero também barreiras territoriais e de classe, passa a ser ditada por outras pessoas e jamais por elas mesmas, privando estas também do protagonismo de suas próprias vidas.

Para as regionais de maior renda, apesar de haver também certa concordância com a afirmação “Já deixei de aceitar uma proposta de trabalho/estudo pois teria que voltar sozinha à noite”, o acesso à postos de trabalho que demandem deslocamentos noturnos não mostra-se uma barreira tão intransponível, seja pela maior renda da região que possibilita o uso de transporte individual ou por aplicativo, seja pelo maior acesso a opções de transporte público, ou por menores distâncias a serem percorridas a pé.

A insegurança não cria barreiras somente para acessos aos postos de trabalho, mas também às opções de lazer – neste caso a distinção concentra-se em mulheres que precisam se deslocar por mais de 30 minutos para chegar ao centro da cidade e também mulheres de renda menor que 4 salários-mínimos (não tendo diferenças significativas em termos raciais) (Tabelas 17 e 18). Este tipo de limitação pode, inclusive, gerar maior segregação espacial de gênero no uso de espaços públicos e privados, confinando as mulheres periféricas às suas próprias casas e comunidades, sem acesso à outras infraestruturas urbanas centrais (e muitas vezes mais bem infraestruturadas). Ausentar-se do espaço público e limitar as próprias opções de lazer a apenas áreas muito próximas de suas casas acaba sendo uma solução de segurança para muitas mulheres periféricas.

Tabela 17 – “Já deixei de ir a um evento de lazer pois me senti insegura com relação aos deslocamentos”: disposição territorial periferia *versus* centro

Escala Likert	<30 minutos de deslocamento centro - residência	>30 minutos de deslocamento centro - residência	Diferença de pontos percentuais
1	14,89%	9,59%	5,30
2	13,15%	5,48%	7,67

3	12,19%	8,22%	3,97
4	23,60%	19,18%	4,42
5	36,17%	57,53%	21,36

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Tabela 18 – “Já deixei de ir a um evento de lazer pois me senti insegura com relação aos deslocamentos”: renda média familiar

Escala Likert	Até 4 SMs	Mais de 4 SMs	Diferença de pontos percentuais
1	13,59%	14,53%	0,95
2	5,98%	15,02%	9,05
3	11,96%	11,58%	0,38
4	21,20%	23,89%	2,70
5	47,28%	34,98%	12,31

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

A tática de busca por locais de fuga ou locais para pedir ajuda também é mais relevante para mulheres de renda mais baixa ou que moram a distâncias maiores do centro (índices 4 e 5), e mais indiferente, comparativamente, para mulheres de renda mais alta e que moram mais perto do centro (Tabelas 19 e 20).

Tabela 19 – “Sinto que estou constantemente buscando possíveis locais de fuga ou onde possa pedir ajuda quando me desloco pela minha cidade”: disposição territorial periferia versus centro

Escala Likert	<30 minutos de deslocamento centro - residência	>30 minutos de deslocamento centro - residência	Diferença de pontos percentuais
1	7,74%	4,11%	3,63
2	11,03%	6,85%	4,18
3	23,02%	15,07%	7,95
4	28,63%	26,03%	2,60
5	29,59%	47,95%	18,35

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Tabela 20 – “Sinto que estou constantemente buscando possíveis locais de fuga ou onde possa pedir ajuda quando me desloco pela minha cidade”: renda média familiar

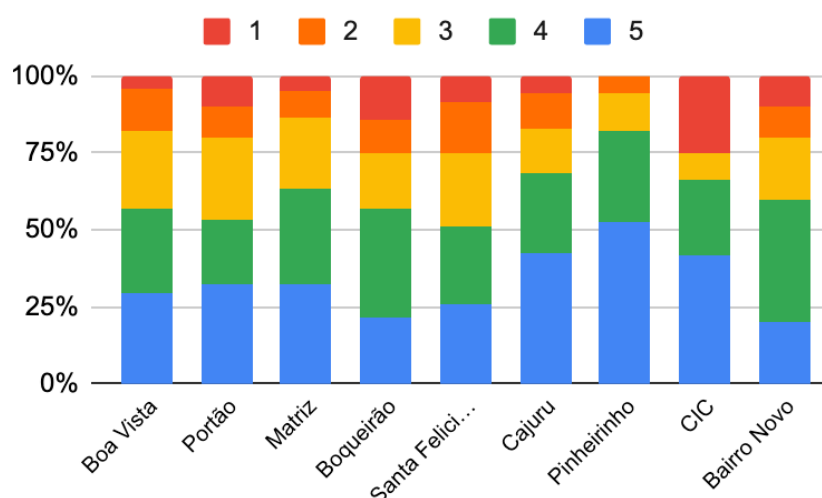
Escala Likert	Até 4 SMs	Mais de 4 SMs	Diferença de pontos percentuais
1	7,61%	7,14%	0,47
2	7,07%	12,07%	5,00
3	16,85%	24,38%	7,54
4	26,09%	29,31%	3,22
5	42,39%	27,09%	15,30

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Ao efetuar a comparação por regionais da capital, há também maior identificação com a afirmação “Sinto que estou constantemente buscando possíveis locais de fuga ou onde possa pedir ajuda quando me desloco pela minha cidade” por moradoras das regionais Pinheirinho, Cajuru e CIC (Gráfico 2). Tais regionais são áreas distantes do centro e onde as moradoras precisam deslocar-se por muito tempo para acessar qualquer local de trabalho, serviço ou lazer fora do seu próprio bairro. É possível também que o distanciamento de outras áreas e a necessidade de gerar relações mais profundas com o próprio bairro e comunidade também incentive tais moradoras a buscar locais que já tenham algum tipo de conhecimento sobre neste deslocamento, como mercearias e lojas locais.

Gráfico 2: “Sinto que estou constantemente buscando possíveis locais de fuga ou onde possa pedir ajuda quando me desloco pela minha cidade”: regionais de Curitiba



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Ter à mão uma ferramenta ou objeto que possam servir como instrumento de defesa também é uma tática proporcionalmente mais significativa para mulheres que tem que se deslocar mais de 30 minutos para chegar ao centro saindo de suas residências (Tabela 21). O maior tempo de exposição nos deslocamentos é apontado, inclusive pelas participantes dos Grupos Focais, como influência nos seus níveis de stress ao se deslocarem. “*Busco maneiras de chegar o mais rápido possível onde preciso ir*” (P7): o depoimento foi justificado como uma estratégia pra diminuir o tempo de interação com a rua, evitando possíveis violências.

Tabela 21 – “Me sinto mais segura ao me deslocar pela minha cidade quando tenho algum objeto ou ferramenta que possa ser utilizado para minha defesa comigo (guarda-chuva, chaves, canivetes)”: disposição territorial periferia versus centro

Escala Likert	<30 minutos de deslocamento centro - residência	>30 minutos de deslocamento centro - residência	Diferença de pontos percentuais
1	14,89%	6,85%	8,04
2	14,12%	9,59%	4,53
3	19,92%	20,55%	0,63
4	21,66%	16,44%	5,23
5	29,40%	46,58%	17,17

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

A influência da violência do Estado e da mídia com relação a comunidades periféricas é também apontada pelas participantes dos Grupos Focais como fator relevante. As participantes que têm envolvimento com comunidades e favelas da cidade apontam que o que é veiculado pela mídia e pelo “entendimento coletivo” sobre a insegurança nas comunidades não é a experiência que elas vivenciam como moradoras. “*O perigo não tá na ocupação, na periferia, tá sim no Estado, na violência policial, na liberdade dessa violência que a polícia tem utilizado sobre corpos pretos e periféricos*” (P12).

“Nunca fui assaltada [ênfase] dentro da comunidade e não conheço ninguém que tenha sido assaltado dentro da comunidade. Conheço o que? A polícia já invadiu minha casa, já quebrou *uns negócio* lá, pois arma na minha cabeça, na cabeça do meu marido, agora... no entorno, que são outros bairros de classe média, eu tenho medo de andar. (...) Minhas filhas nunca deixaram de ir na sorveteria, padaria, mercado, onde elas quisessem sozinhas, o horário que elas

quisessem, andando pelas ruas da comunidade. Agora [que nos mudamos da comunidade], que elas têm que entrar e sair da comunidade pra ir no mesmo projeto [que faziam antes], eu fico "ok, vamos dar um jeito de levar essa criança lá né" (P11).

Mesmo participantes que não moram em comunidades periféricas relatam também certo medo de estar nessas áreas por causa da atuação policial.

"Um dos meus maiores medos andando na rua é de reação da polícia - não diretamente pra mim, porque eu sei que eu não sou o alvo muitas vezes, mas estar num bairro supostamente perigoso me gera um medo muito grande, nem tanto de ser assaltada, mas muito mais medo de reações exageradas da polícia" (P7).

As participantes apontam que as informações veiculadas pelas forças do Estado e da mídia repassam informações inverídicas sobre as comunidades periféricas e ocupações por moradia. "*[Fui uma] criança que cresceu com esses medos de jornal*" (P7). A insegurança não reside dentro do espaço, mas sim nos conflitos entre as "fronteiras quentes" propiciadas pelas desigualdades sociais e de classe.

"Quando sai da comunidade com as jovens [você] vê que o medo não é só um medo da segurança, [mas um] medo da polícia, porque a gente tá num lugar 'errado'... (...) é um medo de julgamento social: as pessoas vão olhar pra gente torto, a gente tá correndo risco só por existir. Se a dona dessa loja chamar a polícia, vou tomar uma batida. A gente anda fora do nosso contexto na insegurança do que o outro vai pensar. O medo é daquela mulher rica olhar e achar que eu não posso estar sentada ali pra tomar um sorvete, eu não posso estar ali dentro daquele shopping center" (P11).

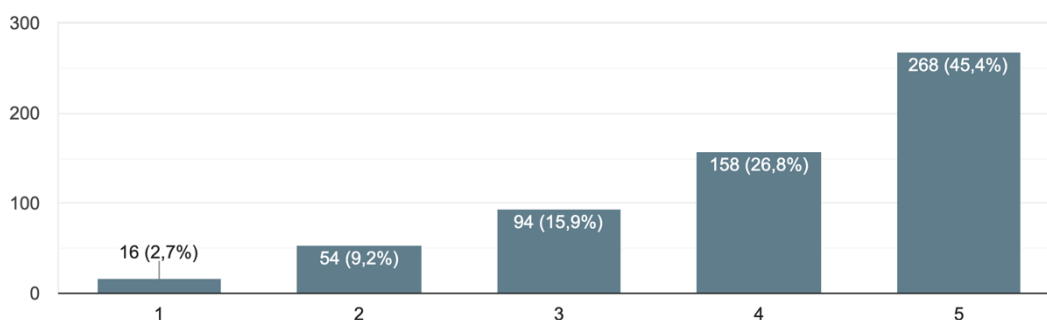
Conforme os pontos já analisados no subcapítulo 3.3.2 com relação aos recortes raciais e as tensões entre gênero, raça e classe, é imperioso observar como dentro das próprias relações de gênero ("entre mulheres") há também muita insegurança, em especial vindo de mulheres que sofrem outros tipos de opressão como racismo e classicismo. A insegurança de "estar num lugar que não lhe pertence" é uma constante para mulheres residentes em bairros periféricos ou comunidades marginalizadas, e afetam diariamente suas decisões por mobilidade, acesso à infraestrutura urbana e de lazer, e as táticas que estas usam para fazer uso da cidade e cumprir suas necessidades pessoais e familiares.

3.3.4 Influência das táticas de autoproteção dos/nos diferentes modais

As dinâmicas de utilização de modais são diretamente influenciadas pelas relações de cada indivíduo com o espaço público – diferentes fatores estão relacionados às decisões de mobilidade de cada um, como preço, tempo de deslocamento, acessibilidade do modal, aspectos ambientais e, certamente, segurança. Sob o recorte específico de gênero, devido à construção histórica apontada ao longo desta discussão, os espaços públicos e a rua em si foram se apresentando para as mulheres (e, neste caso, como um grupo inteiro, mesmo que heterogêneo) sempre como locais de deslocamento, nunca de parada. A utilização do espaço público pelas mulheres mostra-se diretamente relacionada à mobilidade, onde cada deslocamento tem que ter um objetivo e cumprir uma função. Quando apresentadas à afirmação “Evito ficar parada sozinha em algum lugar público, somente uso espaços públicos para deslocamento”, a maioria das mulheres questionadas (72,2%) concordam ou concordam totalmente (Gráfico 3).

Gráfico 3: “Evito ficar parada sozinha em algum lugar público, somente uso espaços públicos para deslocamento”: amostra geral

Evito ficar parada sozinha em algum lugar público, somente uso espaços públicos para deslocamento
590 respostas



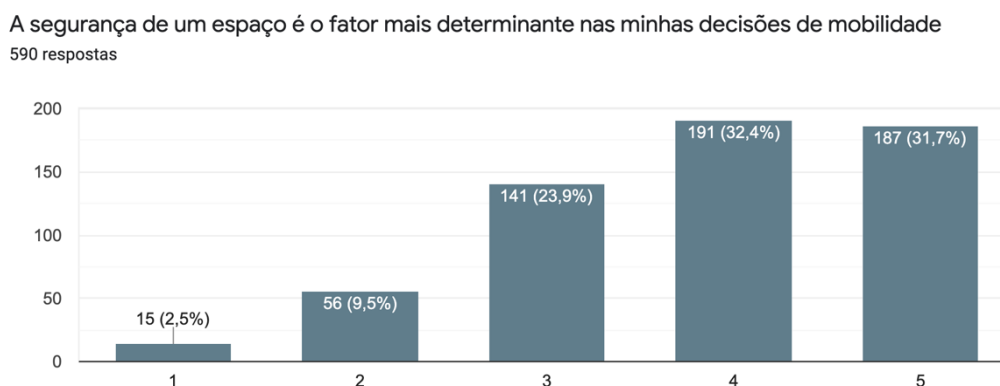
1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Em relação ao fator segurança, este também se mostra o mais relevante para a maioria das entrevistadas. Da amostra geral analisada, a maioria concorda ou concorda totalmente com a afirmação de que “A segurança de um espaço é o fator

mais determinante nas minhas decisões de mobilidade”, com os dois índices somando um total de 64,1% das respondentes (Gráfico 4).

Gráfico 4: “A segurança de um espaço é o fator mais determinante nas minhas decisões de mobilidade”: amostra geral



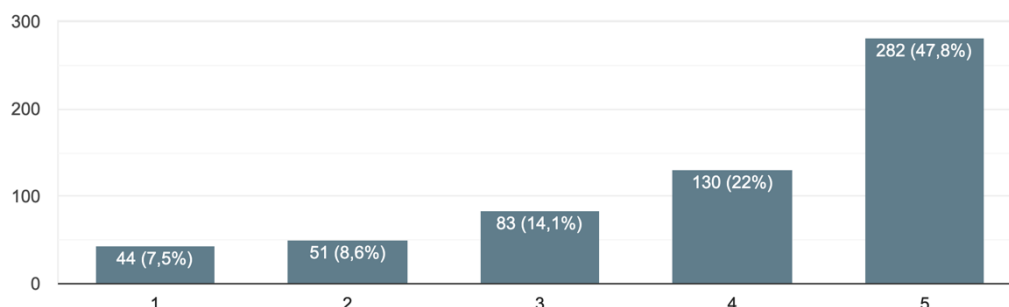
1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem concordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Os gastos com transporte em razão de questões de segurança são também extremamente impactantes para as mulheres: 69,8% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Gasto mais do que gostaria (ou precisaria) com transporte por questão de segurança” (Gráfico 5). Ao comparar a percepção sobre este questionamento entre mulheres que ganham mais ou menos do que 4 salários-mínimos, é possível também perceber uma diferença proporcional de percepção: para as mulheres que ganham até 4 salários-mínimos, os impactos dos gastos com mobilidade por segurança são mais significativos (Tabela 22). A limitação de acessos à modelos de mobilidade por insegurança aponta, novamente, a desvalorização do tempo de trabalho e também do dinheiro destas mulheres. Além de ganharem 20% menos em média do que os homens (ALVARENGA, 2022), mulheres ainda são também punidas pela necessidade de gastar mais com transporte (principalmente pela menor quantidade de opções seguras disponíveis). O modelo de controle por meio da insegurança de acesso aos espaços públicos e deslocamento de mulheres faz parte também de um modelo de submissão financeira a um sistema que paulatinamente cria mecanismos de diminuição do poder financeiro feminino.

Gráfico 5: “Gasto mais do que gostaria (ou precisaria) com transporte por questão de segurança”: amostra geral

Gasto mais do que gostaria (ou precisaria) com transporte por questão de segurança
590 respostas



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Tabela 22 – “Gasto mais do que gostaria (ou precisaria) com transporte por questão de segurança”: renda média familiar

Escala Likert	Até 4 SMs	Mais de 4 SMs	Diferença de pontos percentuais
1	5,98%	8,13%	2,15
2	6,52%	9,61%	3,0
3	10,87%	15,52%	4,65
4	18,48%	23,65%	5,17
5	58,15%	43,10%	15,05

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

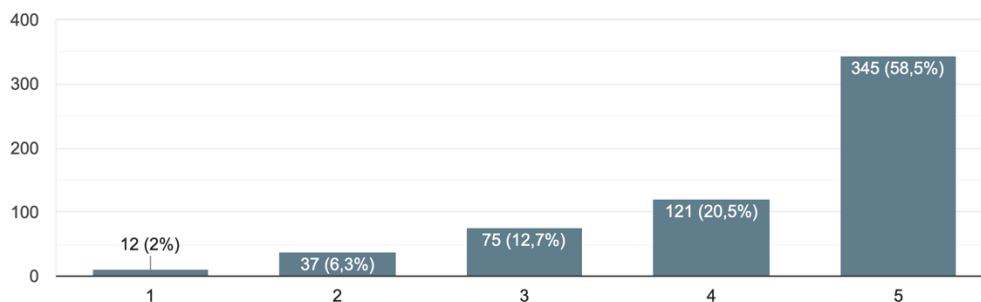
Fonte: Autora (2021).

A escolha de determinados modais levando o fator segurança como protagonista é também recorrente nos depoimentos das mulheres entrevistadas. “A questão do carro tá na questão da segurança, de ser cômodo, de ser rápido, só não é barato” (P3). “Quando eu saio a minha opção é sempre ir de carro hoje em dia, eu não penso em ir a pé porque eu tenho muito medo de fazer coisa sozinha a pé, e de ônibus também tem a questão da exposição de estar a pé [até chegar no ônibus]” (P8). Da amostra geral questionada, 79% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Sempre que posso prefiro andar de carro (seja particular ou de aplicativo), pois me sinto mais segura” (Gráfico 6).

Gráfico 6: “Sempre que posso prefiro andar de carro (seja particular ou de aplicativo), pois me sinto mais segura”: amostra geral

Sempre que posso prefiro andar de carro (seja particular ou de aplicativo), pois me sinto mais segura

590 respostas



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Para a mesma afirmação, os recortes de orientação sexual e territoriais (entre periferia e centro) também indicaram diferenças. Mulheres heterossexuais indicam maior concordância com relação à segurança ao adotar o carro como modal principal, não tendo o mesmo impacto na percepção de segurança para mulheres LGBTQIA+ (Tabela 23). A mesma dinâmica acontece para mulheres que moram a mais ou menos de 30 minutos do centro da cidade: para mulheres que moram mais próximas ao centro da cidade a utilização do carro é mais vinculada à segurança (mais de 80% concordam ou concordam totalmente com a afirmação, comparada a cerca de 69% para mulheres que moram a mais de 30 minutos do centro) (Tabela 24).

Tabela 23 – “Sempre que posso prefiro andar de carro (seja particular ou de aplicativo), pois me sinto mais segura”: orientação sexual

Escala Likert	Heterossexuais	LGBTQIA+	Diferença de pontos percentuais
1	1,88%	<u>2,73%</u>	0,85
2	5,42%	<u>10,00%</u>	4,58
3	12,08%	<u>15,45%</u>	3,37
4	18,54%	<u>29,09%</u>	10,55
5	<u>62,08%</u>	42,73%	19,36

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Tabela 24 – “Sempre que posso prefiro andar de carro (seja particular ou de aplicativo), pois me sinto mais segura”: disposição territorial periferia *versus* centro

Escala Likert	<30 minutos de deslocamento centro - residência	>30 minutos de deslocamento centro - residência	Diferença de pontos percentuais
1	1,55%	5,48%	3,93
2	5,03%	15,07%	10,04
3	13,15%	9,59%	3,56
4	20,12%	23,29%	3,17
5	<u>60,15%</u>	46,58%	13,58
1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente			

Fonte: Autora (2021).

As usuárias de carros apontam que, ao fazerem uso deste, têm ciência que estão perdendo sua relação com a cidade. “*Se tiver de carro é uma experiência quase nula com o espaço*” (P13).

“A nossa vivência na rua é praticamente mínima depois que a gente comprou um carro. Não uso mais transporte público. As vivências da rua acontecem mesmo quando tem passeatas, quando vai a um parque, e ainda assim sempre prestando atenção em sermos o mais discretas possível, porque já tivemos várias amigas que já sofreram violências” (P2).

A utilização do carro também não exime a insegurança: ao relatar um assédio que sofreu estando dentro do próprio carro por outro motorista, uma das participantes diz que “*mesmo com o carro eu me sinto insegura*” (P9).

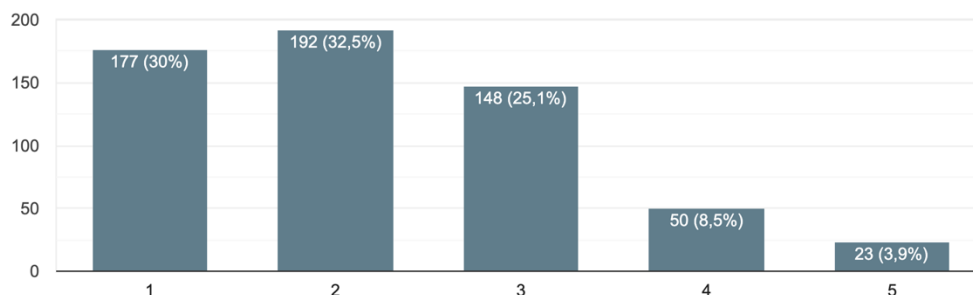
“A noite nem de carro eu me sinto segura... sempre fico no telefone ou com a minha mãe, ou noivo, ou amiga, porque se acontecer alguma coisa tô no viva-voz eu dou um grito e alguém sabe que alguma coisa aconteceu...” (P8)

A utilização de carro por meio de aplicativos de transporte também é indicada pelas participantes como estratégia de segurança em substituição ao uso do transporte público, quando possível. Das participantes do questionário quantitativo, 62,5% discordam ou discordam totalmente da afirmação “Me sinto mais segura andando de ônibus do que com transporte por aplicativo” (Gráfico 7). A percepção é proporcionalmente diferente para mulheres que vivem a mais ou menos de 30 minutos do centro, no entanto. Apesar de a maioria também discordar da afirmação, as porcentagens de discordâncias caem 15 pontos percentuais para mulheres que

moram a mais de 30 minutos em comparação às que demoram menos de 30 minutos para chegar ao centro saindo de suas residências (Tabela 25).

**Gráfico 7: “Me sinto mais segura andando de ônibus do que com transporte por aplicativo”:
amostra geral**

Me sinto mais segura andando de ônibus do que com transporte por aplicativo
590 respostas



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

**Tabela 25 – “Me sinto mais segura andando de ônibus do que com transporte por aplicativo”:
disposição territorial periferia versus centro**

Escala Likert	<30 minutos de deslocamento centro - residência	>30 minutos de deslocamento centro - residência	Diferença de pontos percentuais
1	<u>30,37%</u>	<u>27,40%</u>	2,97
2	<u>34,04%</u>	<u>21,92%</u>	12,12
3	24,95%	26,03%	1,08
4	7,54%	15,07%	7,52
5	3,09%	9,59%	6,49

1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

A questão do uso de transporte por aplicativo gera debates entre as próprias participantes dos Grupos Focais. Algumas afirmam nunca tomar transporte por aplicativo por insegurança de estarem sozinhas com um motorista desconhecido (quando é um homem exercendo a função de motorista). *"Parei de usar uber, mas quando o uber é com uma mulher eu uso"* (P9).

"Aplicativo é um dos que eu mais tenho medo porque tô sozinha ali. Já saía de casa esperando o que de errado iria acontecer e como iria

reagir, assédio acontece muito, estressante demais. Me sinto mais segura quando eu não estou sozinha" (P7).

A maioria dos relatos de desistência do uso de aplicativos de transporte são relacionados às experiências de assédio vivenciadas pelas próprias participantes ou por terceiras. Algumas relatam utilizar táticas de segurança quando fazem uso dos aplicativos: *"Por exemplo, eu entro no uber, compartilho minha localização, finjo que tô mandando áudio e tô mandando pra mim mesma..."* (P8).

"Quando vou entrar no uber fico olhando o tipo da pessoa que tá ali... Tô indo de uber muitas vezes fico no telefone pra mostrar que eu tô conversando com alguém, que são aquelas dicas que são importantíssimas, são cuidados. Coloco a localização em tempo real no uber e o localizador no celular" (P1).

Outras usuárias afirmam ver no transporte por aplicativo uma opção mais segura do que o transporte público – seja pela pouca pontualidade do transporte público (e a consequente necessidade de ficar mais tempo parada sozinha esperando por ele), seja pela proximidade obrigatória com mais pessoas ao fazer uso de ônibus. *"Eu fui assaltada uma vez, mas já me passaram a mão vinte vezes"* (P9).

"O ônibus dá a sensação de estar presa num espaço com pessoas desconhecidas, que não sei qual é a intenção, e muitas vezes pode vir a ser um espaço apertado em que o contato é inevitável, você tem que tolerar o contato do outro mas você nunca sabe até que ponto aquele contato tá sendo provocado ou ele aconteceu... então posso andar 10km mas dificilmente eu vou pegar um ônibus" (P3).

"A gente ouve muita história, vê muita coisa dentro de ônibus, de homens muito abusados. Essa coisa do toque do homem me incomoda muito, daí eu corro dos ônibus" (P11).

"Quando usava transporte público, se era de dia tinha uma percepção muito parecida entre andar na rua e de transporte público, mas à noite... quando tinha que fazer um trajeto de 30 e poucos minutos que o ônibus tava vazio, eu tinha muito medo e eu sentava atrás do motorista e ficava vidrada com muito medo de alguém chegar perto. Então em alguns momentos o transporte público dava sensação de perigo mais do que estar a pé" (P8).

Outras respondentes, no entanto, apontam incômodo com uma possível proposital precarização do transporte público, sendo substituído por um transporte particular também precário. *"São saídas para se locomover na cidade de maneira privada e ainda assim precária"* (P13). Tal precarização do serviço seria também um

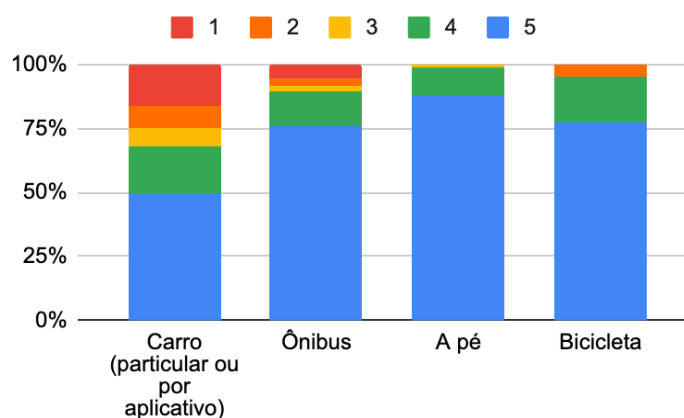
reflexo de insegurança: as participantes apontam o assédio, a violência no trânsito e a qualidade dos veículos como problemas a serem enfrentados ao utilizar os “apps”.

Algumas participantes apontaram se sentirem mais seguras no transporte público pelo fato de sentirem não estarem sozinhas e terem mais liberdade de deslocamento sem depender de um único indivíduo motorista, como no caso dos veículos por aplicativo. *"Ainda a noite eu me sinto mais segura no transporte público... não sei, eu penso que se acontecer alguma coisa tem pelo menos uma pessoa que vai de alguma maneira tentar me ajudar"* (P10). *"Se eu tô andando e me sentindo em perigo eu busco sempre um ponto de ônibus, um tubo, um terminal, alguma coisa que eu vou me sentir um pouco mais segura ou vai tar mais iluminado"* (P10).

Há também diferenças específicas de horários de deslocamento entre usuárias recorrentes de diferentes modais. A influência entre ser dia ou noite é menor para usuárias de carro em comparação aos outros modais, por exemplo (Gráfico 8). Para as ciclistas e pedestres, é quase que unanimidade a diferença de percepção entre dia e noite.

"Queria muito ir de bicicleta numa noite quente... mas há anos eu não faço nada de bicicleta a noite por medo. Não tenho coragem, não consigo. Vários medos envolvidos. Eu faria tudo de bicicleta se desse... mas dai eu fico estudando qual o caminho que eu tenho que fazer, principalmente se é um lugar que eu nunca fui, é um lugar que eu tenho que pensar o trajeto por causa da segurança... então às vezes o trajeto, sei lá, tem só 5km, é muito perto, dai eu penso 'mas porque eu vou de carro, é muito perto!', mas dai quando eu penso na segurança... dá pra ir no lugar mas eu sei que vai acabar a noite, e eu vou ter que voltar sozinha... dai eu não vou, dai eu aborto a bicicleta" (P6).

Gráfico 8: “A forma que me desloco e as escolhas de mobilidade que faço são diferentes de dia e à noite”: modais mais utilizados

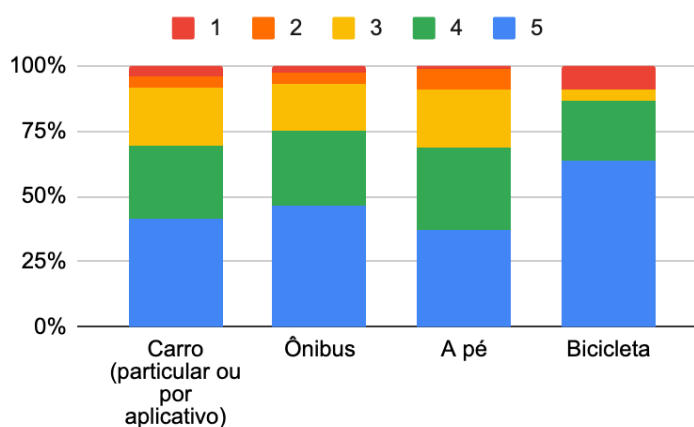


1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Com relação à ciência sobre a sua própria presença gerar influência na percepção de segurança de outras mulheres, esta é proporcionalmente mais marcante para as ciclistas (Gráficos 9 e 10). Para as afirmações “Sinto que minha presença em espaços públicos gera mais segurança para outras mulheres utilizarem aquele espaço também” e “Já decidi ir a determinado local, mesmo quando tive medo, pois sabia que isso poderia gerar mais segurança para outras mulheres” a resposta das ciclistas de concordância foi proporcionalmente bem maior do que as demais usuárias de outros modais.

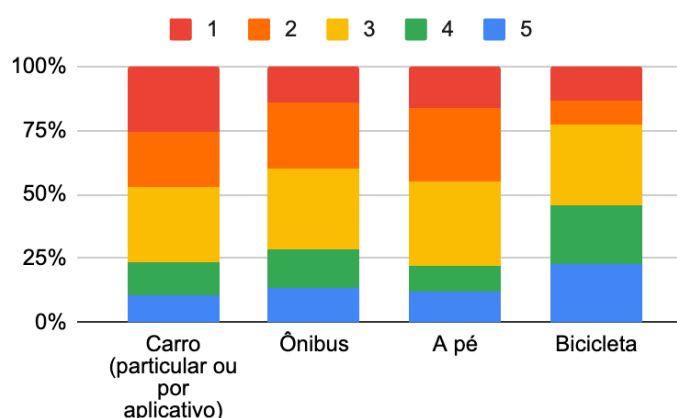
Gráfico 9: “Sinto que a minha presença em espaços públicos gera mais segurança para outras mulheres utilizarem aquele espaço também”: modais mais utilizados



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Gráfico 10: “Já decidi ir a determinado local, mesmo quando tive medo, pois sabia que isso poderia gerar mais segurança para outras mulheres”: modais mais utilizados



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem concordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

A maior relação com o espaço público e um sentimento comunitário maior entre as usuárias de bicicleta, em uma “comunidade de ciclistas”, talvez sejam possíveis explicações para essa maior “sororidade urbana”. Os mecanismos de resistência para a utilização do espaço público dos quais as ciclistas lançam mão, que tem que enfrentar não somente medos de gênero, mas também os medos vinculados à ausência de infraestrutura para a utilização do modal e a violência no trânsito, também podem ser fatores incentivadores para um comportamento e tal ciência mais profunda sobre o papel individual na construção de um espaço coletivo mais seguro.

3.4 TÁTICAS DE AUTOPROTEÇÃO RELATADAS: “TEM QUE FAZER TUDO ISSO PRA SAIR DE CASA?”

Conforme apontado por Madriz (1997), as táticas de segurança normalmente adotadas por mulheres ao se relacionarem com os espaços públicos podem ser divididas em sete categorias, que serão também utilizadas aqui para sistematizar e relatar as experiências compartilhadas pelas participantes desta pesquisa. Os exemplos utilizados e posteriormente descritos foram enquadrados com base na descrição das participantes dos Grupos Focais. No quadro a seguir (Quadro 5) estão dispostas as sete categorias estabelecidas por Madriz juntamente aos exemplos gerais descritos ao longo desta pesquisa. Nas seções deste subcapítulo estão

detalhadas cada uma das categorias e analisadas conforme as táticas utilizadas em cada uma delas e suas relações e influências com o espaço público.

QUADRO 5 – CATEGORIAS UTILIZADAS PARA CLASSIFICAR AS TÁTICAS DE AUTOPROTEÇÃO UTILIZADAS PELAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Categoria	Exemplos
Autoisolamento	Evitar utilizar o espaço público, abrir mão de oportunidades por medo e insegurança, parar de usar determinados modais ou de acessar determinados lugares, evitar lugares que não possuam determinadas características pré-estabelecidas como “seguras”
Adoção de posturas rígidas	“Fazer cara de brava”, estar sempre atenta, demonstrar determinadas características que possam ser lidas por terceiros como de uma “pessoa forte”, andar com postura firme, utilizar somente um lado da calçada, nunca “parecer perdida”
Utilização de táticas de disfarce ou de “chamar menos atenção”	Evitar utilizar determinadas roupas e acessórios, utilizar acessórios que auxiliem na criação da atmosfera pessoal de “pessoa invisível”, abaixar o olhar, evitar contato visual, prender/soltar o cabelo para evitar ser puxada, não utilizar mochilas ou bolsas também para evitar ser puxada, esconder celulares, joias e bolsas, trocar sempre de caminho para ir ao mesmo lugar
Busca por possíveis protetores	Evitar deslocar-se sozinha, priorizar o deslocamento quando acompanhada de homens, compartilhamento de localização de forma a estar sempre sendo acompanhada por alguém, avisar sobre todos os deslocamentos, buscar locais de fuga
Ignorar ou negar determinados medos	Reafirmar não possuir determinados medos para evitar que eles limitem liberdades, negação da insegurança, “esquecer” ou ignorar antigas violências
Carregar itens que possam ser protetivos	Utilizar chave entre os dedos, carregar guarda-chuvas à vista, carregar canivetes, pequenas facas, spray de pimenta ou isqueiros para defesa pessoal
Revidar ou buscar punição	Xingar agressores, rebater ofensas, pedir ajuda policial em busca de punição do ofensor, aprender técnicas de defesa pessoal

Fonte: Autora (2021).

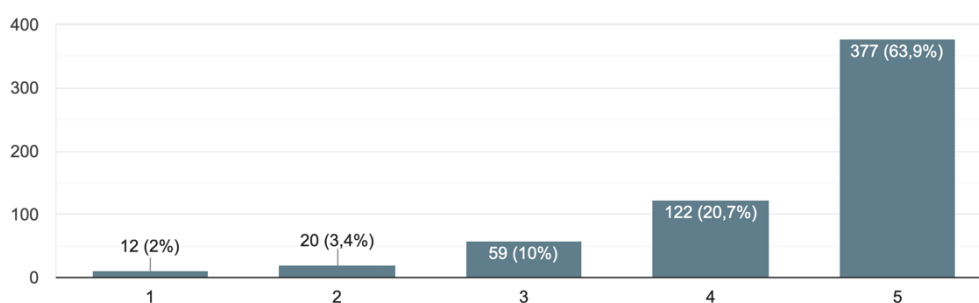
3.4.1 Autoisolamento

Em conformidade ao apontado nos capítulos anteriores, especialmente sobre renda e território, o mecanismo de autoisolamento é constantemente utilizado pelas participantes, e muitas vezes de forma inconsciente. Algumas participantes relataram nunca utilizar determinados modais, em especial transporte público, por questões de segurança – e muitas vezes com traumas e experiências de terceiros, não necessariamente próprias. Evitam ao máximo também andar a pé, tendo condições financeiras para tal, de forma a evitar a exposição à possíveis violências ou contato com desconhecidos. Muitas apontam não se deslocar por ruas pouco

iluminadas, e a maioria, de acordo com o questionário quantitativo, já inclusive desistiu de um deslocamento pois a área que passaria era mal iluminada (Gráfico 11) e também preferiria andar ou se deslocar por mais tempo ou por uma distância maior do que se deslocar por um caminho que pareça inseguro (Gráfico 12).

Gráfico 11: “Já desisti de algum deslocamento pois a área em que passaria era mal iluminada”: amostra geral

Já desisti de algum deslocamento pois a área em que passaria era mal iluminada
590 respostas

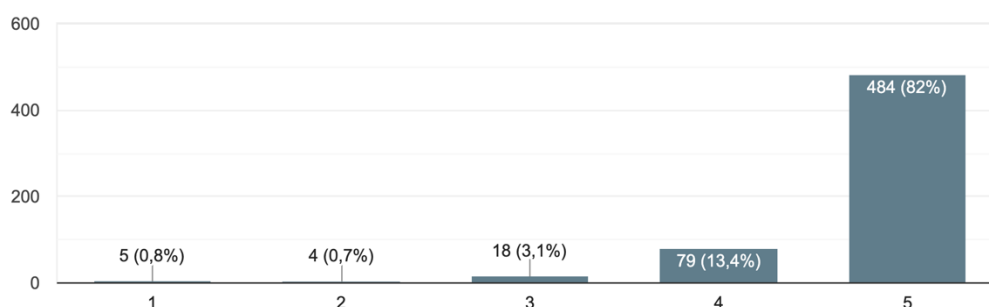


1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem concordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Gráfico 12: “Prefiro me deslocar por mais tempo ou por uma distância maior do que me deslocar por um caminho que pareça inseguro”: amostra geral

Prefiro me deslocar por mais tempo ou por uma distância maior do que me deslocar por um caminho que pareça inseguro
590 respostas



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem concordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

A falta de infraestrutura pública urbana tem uma relação direta com o empoderamento e confiança de usuárias para se ausentar do espaço privado e

ocupar o espaço público. A ausência de investimentos em iluminação pública, por exemplo, aparenta ter um impacto proporcionalmente intenso na relação de mulheres com a cidade, sendo fator relevante inclusive para que estas desistam de exercer alguma atividade ou deslocamento.

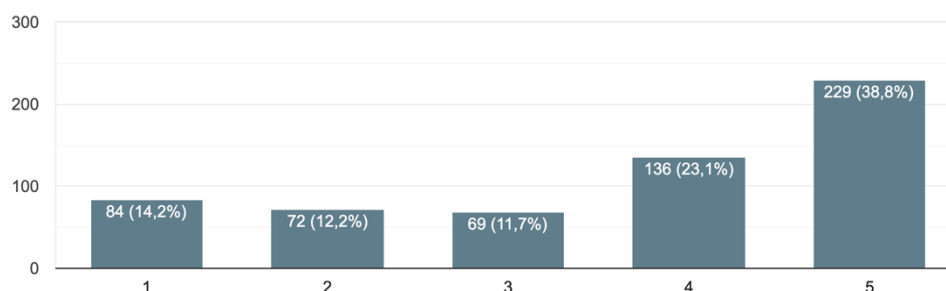
O acesso à eventos e atividades de lazer também é um dos primeiros itens cortados ou cancelados por mulheres por questões relacionadas à segurança. A maioria das respondentes do questionário quantitativo apontaram tal concordância (Gráfico 13). Esta questão pode estar diretamente relacionada à uma possível culpa por “não ter feito o suficiente” ao tentar se proteger e ter se exposto “sem motivo”, no caso de alguma violência. O tempo de lazer, que não esteja vinculado às funções reprodutivas de mãe ou esposa, ou mesmo às funções produtivas de trabalhadora, é tido muitas vezes como secundário e/ou desnecessário. Uma violência sofrida nessas circunstâncias “desnecessárias” geraria muito mais autculpa.

"Todas as vezes que era algo obrigatório eu fiz... mas se é alguma coisa mais relacionada ao lazer, eu não consegui pensar em nenhuma vez que eu pensei 'é perigoso mas eu vou', porque quando é dos outros eu dou um jeito e faço, mas quando é meu eu já fico mais reticente, então provavelmente eu não faria" (P8).

Resgatando as análises quanto à renda e território, é imperativo observar a influência do zoneamento urbano e das disposições da infraestrutura, investimentos, proximidade e viabilidade de acesso a oportunidades de lazer e trabalho gerando impacto direto na relação de mulheres com a cidade, com o espaço público e com o que estas passam a considerar como “lugares”. Se for para se expor “desnecessariamente” à “não-lugares” muitas mulheres optam simplesmente por isolar-se.

Gráfico 13: “Já deixei de ir a um evento de lazer pois me senti insegura com relação aos deslocamentos”: amostra geral

Já deixei de ir a um evento de lazer pois me senti insegura com relação aos deslocamentos
590 respostas



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Alguns dos episódios descritos ao longo dos capítulos anteriores também enquadram-se como estratégias de proteção vinculadas ao autoisolamento, seja em termos de autoisolamento dos espaços seja por autorrestrição de determinados comportamentos: a mulher preta que deixa de ir ao shopping caro por medo de sofrer racismo; a moradora de comunidade que está constantemente aflita pela possibilidade de ser vítima de violência policial e do Estado ou violência de classe, sendo expulsa de locais que “não são para ela”; a mulher lésbica que prefere não dar a mão para sua esposa na rua com medo de sofrer violência; as jovens que deixam de usar a cidade depois de ouvirem tantas histórias negativas de amigos e familiares. O ciclo de insegurança fortalece as amarras que prendem, ao máximo possível, mulheres aos espaços fechados e privados e restringem suas individualidades. As demandas de trabalho produtivo atuais, no entanto, atuam como contrapontos, “obrigando” a imensa maioria de mulheres a saírem destes espaços fechados e ocuparem espaços públicos, infelizmente ainda majoritariamente utilizados apenas para deslocamento, mas ainda às custas das demais táticas a serem descritas em seguida.

3.4.2 Adoção de posturas rígidas

A tática da adoção de posturas rígidas foi a que mais apareceu (e também primeiro apareceu) nos relatos da maioria das participantes dos Grupos Focais. Tais relatos foram descritos majoritariamente de duas formas: a) o estado de alerta e constante ansiedade com relação ao que pode acontecer e b) a instalação da postura de “pessoa forte”, o oposto de uma “vítima indefesa”, que reagiria a qualquer

tipo de violência. Neste seguro grupo normalmente há também uma relação entre as técnicas de adoção de posturas rígidas com as táticas de revidar ou buscar punições aos agressores (3.4.7).

Estar atenta e alerta foram as descrições mais comuns entre as participantes. *“Tenho que ativar todos os meus sentidos, tento estar mais desperta, estar alerta”* (P13). *“[Tenho uma] sensação de medo [ao andar na rua], de dia e de noite, e em estado de alerta”* (P4). *“Andando sozinha tenho um sentimento de alerta... eu sempre brinco que tenho olhos na frente, um na nuca e um na mão, pra olhar tudo que tá ao meu redor, independente de ser de dia ou a noite”* (P8). *“Eu tento sempre esperar o melhor, mas ao menor sinal eu fico mais atenta e ando sempre tendo que... me forçando a lembrar que eu preciso estar atenta”* (P10).

A adoção das posturas de “brava” e “forte” também foram sucessivamente relatadas pelas participantes. A utilização destas táticas alia-se também a postura de “parecer invisível (a ser relatada a seguir em 3.4.3), e mostra que a adoção de táticas de autoproteção desencadeia processos camaleônicos femininos com relação ao espaço público: adaptar-se a cada contexto e reagir da forma que parecer mais eficiente naquele momento. As táticas de “fechar a cara” e de parecer invisível aliam-se na intenção de evitar o contato e interação com possíveis abusadores.

“A única coisa que eu faço é fechar a cara e ficar atenta - se é homem então aí que eu fecho a cara mesmo” (P2). *“Tento não parecer frágil, sempre parecendo uma pessoa forte, que se vier alguém pra cima de mim eu vou 'meter' umas artes marciais [rindo]”* (P9) – neste depoimento é também possível perceber a existência da potencial necessidade de saber/poder se defender no caso de alguma violência (3.4.7).

“A gente aprende a andar na rua, a sua postura, o seu olhar, o seu passo, aonde você tá na calçada, atenção plena, não falar no celular, olhar pra todos os lugares, ter uma atitude pra andar na rua – [é uma] suposta segurança, fazer de conta que eu estou segura” (P11).

As participantes também apontam o preparo psicológico e o “treinamento” constante, vindo de familiares, amigos, mídia e as vezes até do próprio Estado sobre “como manter-se segura”. *“Passar um ar de mais séria, passar um ar de ser brava. Eu nunca consigo andar na rua tranquilamente sem todo esse preparo psicológico, e guardar tudo, independente do horário”* (P7). Evitar demonstrar qualquer

vulnerabilidade também é descrito pelas participantes como tática de autoproteção: *"Nunca parecer que tô perdida, fazer cara de brava, assumir uma personagem brava, [fazer cara de que] eu sei onde eu tô indo, se tô perdida ninguém vai saber, vou sempre agir como se eu tivesse indo ali na esquina encontrar alguém"* (P7). *"Você assume uma feição mais fechada, um passo às vezes mais firme, você não fica dando bobeira na rua, assumindo uma postura um pouco mais... de atitude mais firme"* (P3).

Novamente fica evidente também o reforço social de que é responsabilidade da potencial vítima garantir sua própria segurança. Mulheres carregam muitas vezes a culpa por garantir que estão em segurança, por evitar "se colocar" em situações de risco ou por "não dar mole". *"A gente não pode, infelizmente, vacilar"* (P1). São ensinadas desde muito novas a como se comportar, como evitar possíveis violências - como se fosse possível prever os movimentos dos inúmeros abusadores espalhados pelas cidades e fortalecidos por um sistema que os empodera e silencia mulheres.

A responsabilidade pela reação acaba sempre recaindo sobre vítima, e há muito maior esforço e tempo gasto em orientar mulheres sobre como evitar um problema do que orientar homens a não intimidar e violentar mulheres, fortalecendo um sistema que segrega sociedades, pessoas e espaços. *"[Desde criança me falavam] cuida assim, não anda pela beira da calçada, não anda colada no muro, já tinha essa percepção e orientação desde lá atrás, berra, grita..."* (P5).

3.4.3 Utilização de táticas de disfarce ou de "chamar menos atenção"

As táticas relacionadas a "passar despercebida" reforçam e estão diretamente relacionadas à utilização do espaço público pelas mulheres como espaço exclusivo de deslocamento em espaços [teoricamente] privados e fechados. *"Não fico dando muita sorte pra alguém vir me abordar"* (P3). Algumas participantes relataram experiências de abordagens em espaços que frequentavam todos os dias, que achavam que estavam passando invisíveis mas estavam sendo percebidas.

"Eu achava que passava despercebida... e eu não tava com uma roupa que chamava a atenção, era uma saia comprida e camiseta, e eu fiquei com muito medo aquele dia [que foi abordada], e eu não tinha outro caminho pra fazer, porque o outro caminho que eu podia fazer era passando por uma rua mais deserta. Eu passava ali e as pessoas sabiam quem eu era e eu não fazia ideia de quem eram elas" (P8).

As táticas mais comuns relatadas são relacionadas ao uso (ou não uso) de certas roupas e acessórios. Conforme mencionado anteriormente, muitas participantes (em especial jovens) relatam trocar constantemente de roupa, evitando decotes ou saias, utilizando casacos para cobrirem-se mesmo em dias de calor. Evitar utilizar determinados acessórios em público, como brincos grandes, bolsas que possam ser puxadas, joias, relógios e celulares que chamem qualquer atenção. *"Às vezes eu assisto aqueles vídeos assim 'como se prevenir de um assalto/assédio': Não ande de cabelo solto, não use rasteirinha... não sigo completamente, mas eu fico atenta a essas coisas..."* (P8). Com relação a este tipo de material "informativo" as participantes relataram inclusive já ouvir conselhos até contraditórios entre si: alguns materiais diziam ser mais seguro andar de cabelos soltos enquanto outros diziam ser mais seguro andar de cabelos presos.

Outra participante, em seguida, concorda com o depoimento, diz que faz a mesma coisa e adiciona: *"Eu procuro não usar celular se eu tô andando a pé, eu procuro esconder o máximo de coisas possíveis"* (P10). *"Nunca ando com nenhuma joia nem nada, nunca ando com celular, estou alerta, mas ainda acredito na ocupação [da cidade] porque essa autonomia me dá prazer"* (P13).

"Se eu tô com um relógio diferente, se eu tô com uma coisa diferente eu guardo, eu tiro... acho que mais pra evitar chamar a atenção de qualquer forma que seja, do que com um receio real de ser assaltada, acho que é ter menos uma coisa pra chamar a atenção. Eu me planejo quando eu vou sair... se eu vou só usar ônibus ou vou só andar de a pé, eu vou sair só com uma roupa... se eu for andar de carro ou for pegar uber, outra roupa..." (P10).

"Bolsa só pequena e por baixo do casaco. Apesar de eu nunca ter sido assaltada, a gente assume comportamentos de experiências que nem são nossas. Tenho o cuidado de colocar a bolsa por baixo do casaco, não me sinto confortável de falar no telefone na rua. Não corresponde a quem nós somos num ambiente mais confortável." (P3).

As forças de segurança que, como o nome diz, deveriam gerar segurança, muitas vezes são gatilhos para a ativação de táticas de autoproteção para algumas mulheres. *"Sozinha [tento] passar focada, sem olhar muito, não olho pra polícia ou quando olha passa cumprimentando, mas sempre buscando olhar pro chão, o que é muito ruim"* (P12).

“Não é uma questão da rua... é uma questão de 'a polícia tá na vila?' É outra coisa... Depende do dia. A rua em si, de manhã de tarde e de noite, é a mesma sensação, o que muda é quem está se relacionando comigo nesse ambiente, mas o ambiente em si não....” (P11).

A busca por essa invisibilidade aparece, conforme avaliado anteriormente, de formas diferentes para mulheres com vivências urbanas de maior vulnerabilidade territorial e que experienciam opressões interseccionais diferentes. Certos grupos de mulheres preocupam-se em parecer mais ou menos invisíveis para determinados eventuais opressores, e a relação com o espaço e a cidade dispõe-se também diferente de acordo com cada uma dessas experiências urbanas.

3.4.4 Busca por possíveis protetores

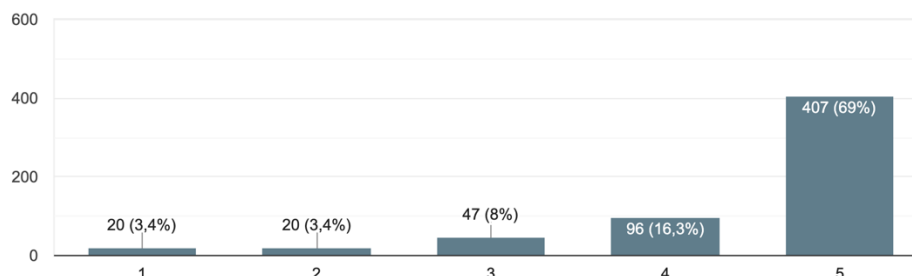
As táticas de busca por proteção são utilizadas tanto para evitar uma possível violência quanto como apoio no caso de uma violência que já esteja acontecendo. Evitar deslocar-se sozinha, sempre contando com a companhia de outras pessoas é também uma tática perene. “*Difícilmente eu ando sozinha*” (P9), “*quando eu vou a pé é porque eu tô com alguém, sozinha jamais*” (P8). Mais de 80% das participantes do questionário quantitativo concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Me sinto mais segura quando me desloco pela cidade quando estou acompanhada do que quando estou sozinha” (Gráfico 14).

“Na faculdade a gente começou a organizar pra ir juntas em grupos porque a gente se sentia mais segura. Então eu tava saindo e uma amiga perguntava 'você tá indo pra lá? então eu vou junto', ou uma amiga tava indo de uber daí juntava e a gente vai mais tranquila. (...) Acho que rola essa sororidade feminina de ver que outra mulher tá precisando de ajuda... as vezes só troca de olhares, gente que eu cruzo na rua que eu nunca falei uma palavra, mas eu senti que foi tipo 'viremos amigas por alguns minutos'” (P8).

Gráfico 14: “Me sinto mais segura quando me desloco pela cidade quando estou acompanhada do que quando estou sozinha”: amostra geral

Me sinto mais segura quando me desloco pela cidade quando estou acompanhada do que quando estou sozinha

590 respostas



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

Há também diferença de percepções sobre a presença de mulheres e homens nos espaços. Algumas participantes relataram se sentirem mais seguras com a presença de mulheres nas ruas e muito inseguras com qualquer homem. No entanto, essa percepção relaciona-se mais diretamente sobre a avaliação de pessoas desconhecidas. Homens desconhecidos geram medo, já a presença de homens conhecidos gera mais segurança que a presença de mulheres conhecidas.

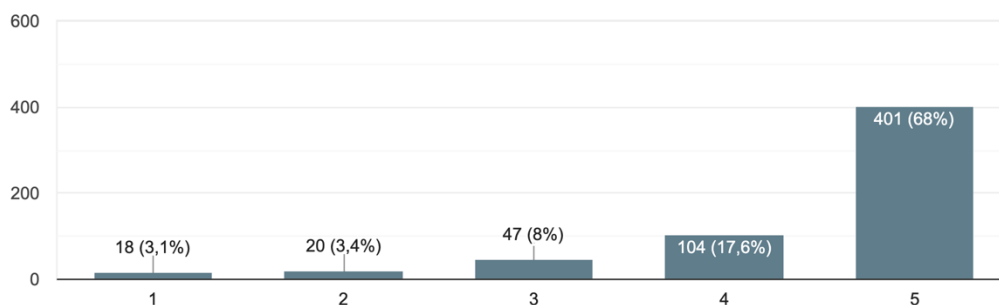
“Quando eu estou com meus amigos homens eu me sinto mais segura - porque eu tenho o sentimento de que por estar acompanhada de um homem algo ruim não vai acontecer. Eu tô andando com a minha melhor amiga... eu sinto que a gente se defende, mas ainda não me sinto segura. Se tô andando do lado do meu noivo eu sei que ninguém vai mexer comigo. Não é por questão de tamanho... as vezes eu sou maior do que a pessoa que eu tô com medo, em tamanho, visivelmente talvez em força, mas eu me coloco numa situação de que eu sou mais frágil e tenho medo" (P8).

A maioria das respondentes avaliam, inclusive, sentirem que se preocupam mais com formas de locomoção do que os homens da família ou amigos, com quase 90% de concordância total ou parcial com a informação (Gráfico 15).

Gráfico 15: “Sinto que me preocupo mais com formas de locomoção do que os homens da minha família ou amigos homens”: amostra geral

Sinto que me preocupo mais com formas de locomoção do que os homens da minha família ou amigos homens

590 respostas



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem concordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

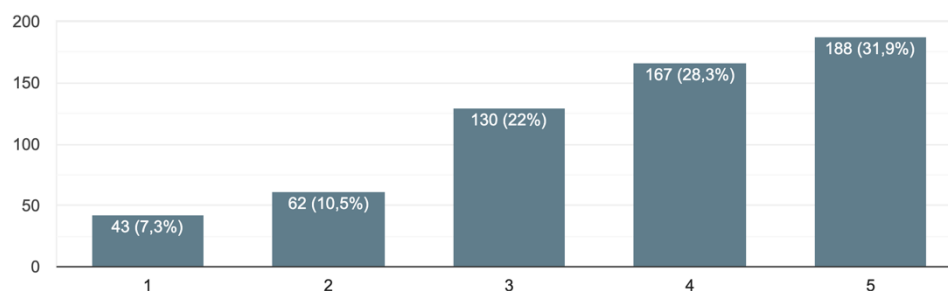
Paralelamente, muitas mulheres apontam buscar constantemente lugares em que podem pedir ajuda. Algumas participantes apontam sempre entrar em lojas para atender o celular, por exemplo, ou quando sentem que estão sendo seguidas. Cerca de 60% das respondentes do questionário quantitativo concordam ou concordam totalmente com a afirmação “sinto que estou constantemente buscando possíveis locais de fuga ou onde possa pedir ajuda quando me desloco pela minha cidade” (Gráfico 16). A disposição de diversidade de usos na cidade, evitando áreas exclusivamente residenciais, de serviço ou industriais, geram influência direta na percepção de segurança das participantes. Algumas participantes relataram evitar áreas de uso exclusivo, em especial de uso industrial, principalmente quando da existência de grandes terrenos vazios e mal iluminados, onde não há como pedir ajuda.

“Então quando eu começo a olhar o Waze e que vai entrar muito no meio de um bairro, um lugar que eu não conheço, [eu evito]... o bairro residencial é tranquilo, mas as vezes no meio do bairro pode ter uma área fabril, muito terreno abandonado, terreno baldio, então eu fico com medo... eu prefiro sempre pegar a via rápida, e prefiro ir por elas do que ir por lugares que eu não sei” (P8).

Gráfico 16: “Sinto que estou constantemente buscando possíveis locais de fuga ou onde possa pedir ajuda quando me desloco pela minha cidade”: amostra geral

Sinto que estou constantemente buscando possíveis locais de fuga ou onde possa pedir ajuda quando me desloco pela minha cidade

590 respostas



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

A busca por possíveis protetores não é somente física. A utilização de aplicativos de rastreamento e o compartilhamento de localização com amigos e familiares é também tática na tentativa de manter-se monitorada – e muitas vezes demandas de terceiros, não inseguranças das próprias mulheres.

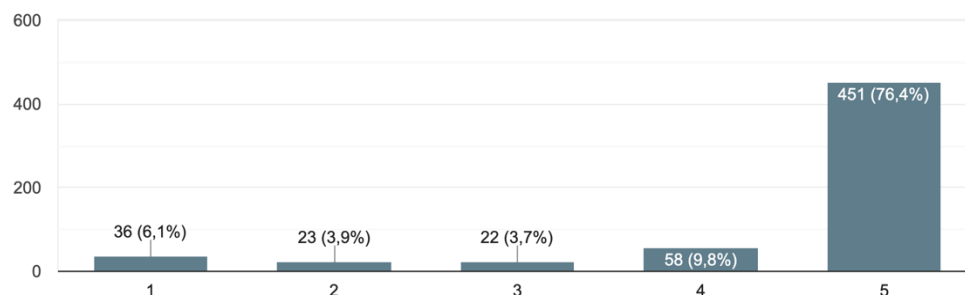
"Outra coisa que eu faço todo dia eu ligo o localizador pro meu marido saber onde eu tô... da um pouco de trabalho, às vezes eu penso 'será que eu não ligo?' Dai eu penso 'devia ter ligado, vai que acontece alguma coisa...'. E todo dia que eu chego eu mando um áudio, 'Cheguei bem!'. O dia que eu não ligo dai ele fica tipo... muito preocupado, então a gente já criou essa rotina há 10 anos, eu sempre faço isso. No começo eu achava 'por que ele fica fazendo isso? Fica pegando no meu pé...ele tá com ciúme...' dai ele falou pra mim 'não é ciúme, eu não quero te monitorar, você pode desligar depois, mas nesse período você não tem ideia de como eu fico apavorado sabendo que você tá no trânsito, que você tá em cima de uma bicicleta, então eu preciso que você faça isso pra eu me sentir bem, pra eu ficar tranquilo'. Dai eu entendi que era preocupação mesmo do trânsito, de assalto, de tudo..." (P6).

A maioria das respondentes concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Já compartilhei minha localização em aplicativos de rastreamento com amigos e familiares para me sentir mais segura” (Gráfico 17).

Gráfico 17: “Já compartilhei minha localização em aplicativos de rastreamento com amigos e familiares para me sentir mais segura”: amostra geral

Já compartilhei minha localização em aplicativos de rastreamento com amigos e familiares para me sentir mais segura

590 respostas



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

O uso (ou não-uso, algumas vezes) das táticas é fator de geração de estresse inclusive para algumas mulheres. A recorrência da utilização dos mecanismos de rastreamento também gera a consequência de que, quando não são usados, haver maiores reações a eventuais ausências momentâneas.

“Pra mim é automático agora...claro que é uma coisa a mais que você tem que pensar, além de tudo, você tem que pensar que você tem que ligar o negócio senão você vai deixar alguém em desespero. [Uma vez que esqueceu de ligar, tinham] um milhão de mensagens, eu achando que alguém tinha morrido e eles achando que eu tinha morrido, então fica esse estresse na família. O ideal é que a gente não tivesse que fazer isso... o ideal era que eu pudesse sair e tivesse ‘ok, ela foi trabalhar’... eu sai pra trabalhar, não saí pra fazer um troço que ia correr risco de vida, eu só sai pra trabalhar... Você tem que criar toda uma logística porque você tá indo trabalhar... daí a gente cria isso tudo aí” (P6).

"Meu ex-namorado, quando eu saía, ele sempre pedia pra eu mandar uma mensagem e quando chegasse mandar uma que tava em casa... e no começo eu ficava ‘pra que isso?... Um dia eu tava brava e não mandei que cheguei em casa e dormi... fui acordar 4 horas depois e tinha 40 chamadas perdidas: dele, da minha melhor amiga, e da minha mãe, todo mundo achando que tinha acontecido alguma coisa, porque nenhum dos três morava aqui [em Curitiba]. Eu tenho a percepção que a gente tem medo por ser mulher, mas as pessoas também que estão ao nosso redor também sentem medo porque elas também veem essa fragilidade... não fragilidade da pessoa, mas que a gente tá mais suscetível a alguma coisa ruim acontecer" (P8).

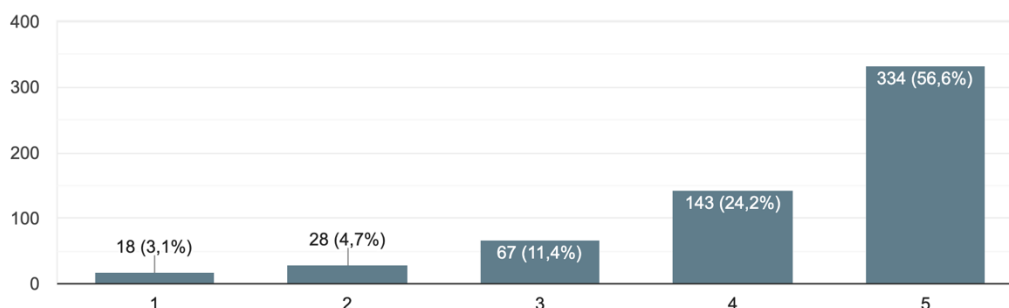
Algumas participantes dos Grupos Focais apontaram que o uso constante de aplicativos de rastreamento e a quase impossibilidade de se deslocarem sozinhas têm impactos diretos nas suas liberdades e individualidade. Mais de 80% das respondentes do questionário quantitativo apontaram, por exemplo, concordar ou concordar totalmente com a afirmação “Sinto que minha independência para me deslocar é prejudicada pela insegurança nos espaços públicos da minha cidade” (Gráfico 18).

"Eu programei meus APPs, uber etc., pra toda vez que eu ia fazer uma viagem, compartilhar com minha mãe, meu pai, namorado e melhor amiga - e teve um dia que eu fui fazer outra coisa aleatória, e que não era pra nenhum deles saberem e compartilhou minha localização com todo mundo... e todo mundo perguntando "o que você tá indo fazer?" (P10).

"Eu não tenho essa sensação de que toma meu tempo [executar todas as táticas], mas eu tenho a sensação de que toma minha liberdade, eu deixo de fazer algumas coisas porque esses artifícios que eu uso, os truques, eles me tomam minha liberdade, não toma o tempo porque geralmente eu faço isso enquanto eu tô fazendo outra coisa... por exemplo, eu entro no uber, compartilho minha localização... então não toma meu tempo, mas toma minha liberdade porque se eu não fizer isso parece que vai acontecer alguma coisa de ruim... e às vezes nem vai acontecer, mas me toma esse sentimento de poder fazer o que eu quero, [a gente] perde um pouco da individualidade" (P8).

Gráfico 18: “Sinto que minha independência para me deslocar é prejudicada pela insegurança nos espaços públicos da minha cidade”: amostra geral

Sinto que minha independência para me deslocar é prejudicada pela insegurança nos espaços públicos da minha cidade
590 respostas



1 - discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – não concordo, nem discordo; 4 – concordo; 5 – concordo totalmente

Fonte: Autora (2021).

A partir destes dados e depoimentos, fica evidente que o uso das táticas de autoproteção de busca por possíveis protetores, como no caso do uso de aplicativos de rastreamento em consequência de uma insegurança tácita e constante com relação aos espaços públicos, configura também uma consequente abdicação pelo direito à individualidade, e também uma privação de capacidades criativas destas mulheres. A certa “obrigação” em sempre compartilhar sua localização e o comportamento automático de sempre avisar onde está e para onde está indo, tendo sempre que justificar quaisquer movimentos, é também um processo de nulidade da vida criativa feminina. Não é possível acessar locais, escolher permanecer incomunicável por algumas horas ou se deslocar sozinha “sem motivo” sem uma consequente super-reação do microcosmos da sua rede de relações.

O próprio uso das táticas de autoproteção pode, invariavelmente, transformar-se num mecanismo de também controle, poder e privação, se não observado e utilizado com cautela e crítica. Novamente, fica evidente que todas as decisões relacionadas à tais táticas podem ter consequências sobre os direitos à individualidade e integridade femininos, onde o tempo, o deslocamento e a liberdade de uma indivíduo ficam constantemente condicionados à uma rede de pessoas que também impõe à esta mulher um modelo “correto” de se manter segura, tendo que sempre justificar qualquer movimento e decisão, como se a vida de uma mulher fosse apenas um terminal de serviços comunitários, e não uma posse individual de seu corpo e tempo da qual ela, e apenas ela, tem direito de decisão e escolha.

3.4.5 Ignorar ou negar determinados medos

Esta tática é de extrema dificuldade de reconhecimento e análise, e está muitas vezes vinculada às táticas de adoção de posturas rígidas. Muitas mulheres relatam inicialmente, por exemplo, não observarem diferença se sentem mais seguras na presença de outras mulheres ou não, mas sim mais segurança na presença de pessoas como um todo na rua, independente do gênero. No entanto, quando outra participante aponta que se estivesse na rua sozinha somente com muitos homens se sentiria muito insegura, as mesmas mulheres concordam que se sentem da mesma forma.

Muitas vezes a percepção das táticas e de seus usos é difícil até mesmo para as mulheres que fazem uso delas – não são táticas necessariamente conscientes,

mas muitas vezes automáticas e executadas há tanto tempo que já “parecem normais”. Muitas participantes relataram que nunca haviam reparado nas atitudes que tinham, até aquela discussão e questionamentos e até serem instigadas a observarem seus próprios comportamentos.

Ao observar esse tipo de tática, que além de tática de autoproteção é também de resiliência de uso do espaço público, é possível perceber que diferentes táticas se retroalimentam entre si, de forma que um modelo viabiliza a execução do outro. O peso da construção do papel da “mulher forte e vencedora”, que “não tem medo de nada”, que “abre caminho para as demais” e que deve enfrentar todas as adversidades da vida “de cabeça erguida e sem medo”, é também carregado pela execução de outros variados mecanismos invisíveis, e sustentadas pela resiliência de mulheres que insistem (por vontade ou necessidade) em utilizar o espaço público como lhes é de direito. A utilização da negação da violência como tática de autoproteção fica evidente como negação, e não como ausência de medo, porque nenhuma das participantes, em momento algum, disse não possuir medos ou não fazer uso de nenhuma tática, e simplesmente utilizar a cidade livremente e sem amarras. Todas possuem, eventualmente, alguma restrição com relação a algum espaço ou modelo de deslocamento, mas muitas vezes, por diferentes pesos interseccionais, veem-se obrigadas a negar ou ignorar tais medos para poder continuar fazendo parte da vida urbana.

3.4.6 Carregar itens que possam ser protetivos

Muitas participantes levantaram como uma tática “básica” de autoproteção tentar carregar alguma coisa que possa ser utilizada para se defender – ou para parecer que é capaz de se defender. *“Eu ando com a chave presa no dedo”* (P11, corroborada pelas demais participantes do mesmo Grupo Focal). Guarda-chuvas foram também relatados como potenciais “armas” de defesa.

Algumas participantes, no entanto, apontaram evitar carregar qualquer coisa que possa ser utilizada como arma pois não querem ser responsáveis pela violência também. *“Prefiro não andar com nada que pode ser uma arma porque tenho medo da minha própria reação”* (P7).

Juntamente às táticas da categoria de adotar posturas rígidas e também de revidar ou buscar punição, as táticas relacionadas a carregar possíveis “armas” de defesa também estão diretamente associadas às estratégias de colocar às vítimas a responsabilidade pela sua própria segurança, que muitas vezes pode também lhes colocar em risco.

Ter algum acessório útil no caso de defesa pode, no entanto, também empoderar mulheres a continuarem ocupando os espaços urbanos, se imaginarem que serão capazes de se defender de uma eventual violência. Vale observar que, na grande maioria das vezes que mulheres deixam de se deslocar ou alteram seus trajetos por medo, muito provavelmente nada lhes aconteceria caso decidissem sair (evidentemente o perigo ainda existe, mas parece ser mais exacerbado em termos de percepções do que de realidades, principalmente se considerássemos um cenário em que há mais mulheres ocupando de fato as ruas em todos os horários). A percepção de que está mais segura ao carregar algo consigo (ou que é capaz de se defender (3.4.7)), pode vir a incentivar mais mulheres a “saírem de casa”, ou a ocupar mais os espaços públicos, não somente como espaços de deslocamento, mas também de estar, colaborando para uma quebra de um ciclo de percepção de insegurança.

3.4.7 Revidar ou buscar punição

Conforme apontado em alguns capítulos anteriores, encontrar mecanismos para projetar uma maior percepção de segurança por meio de atitudes individuais, e que não demandem terceiros, é um dos principais modelos de autoproteção femininos. *“Colocamos as filhas para fazerem artes marciais desde pequenas justamente pra isso, pra aprender a andar na rua”* (P11).

Popularizaram-se no país nas últimas décadas cursos de defesa pessoal para mulheres, justamente para que estas estejam capacitadas a fugir de um eventual ataque. Da mesma forma que o uso de “armas” de defesa, no entanto, há participantes que afirmam preferirem evitar, pois não sabem como seriam suas reações pessoais. Outras relatam que costumam xingar e tentar envergonhar assediadores, “fazer escândalo” e barulho, evitar que a pessoa passe impune. A existência de locais em que seja possível pedir ajuda, ou de pessoas que poderiam ouvir os gritos por socorro ou os “escândalos, também impactam no uso desta tática.

A presença de forças policiais aparece também como opção de solicitação de ajuda. A desconfiança de mais de 30% da amostra com relação as forças de segurança (Figura 6), no entanto, aponta que pedir ajuda para forças do Estado não é necessariamente uma tática unânime entre diferentes mulheres.

4 CONCLUSÕES: INFLUÊNCIA DO TRABALHO POR SEGURANÇA NAS DECISÕES FEMININAS DE MOBILIDADE EM CURITIBA

“Somos tudo meio neurótica” (sic.) foi uma das últimas frases proferidas por uma das participantes na fase de Grupos Focais desse estudo. A conclusão veio depois de uma hora e trinta minutos de conversa sobre como se sentiam no espaço público e ao usar a cidade. Analisar as táticas que mulheres empregam ao se deslocarem pelos espaços públicos demanda mergulhar profundamente em águas ainda pouco exploradas e profundas – somente dados e números sobre o medo que mulheres sentem ao andar pela cidade, sem a crítica ao sistema e território em que tais medos estão implantados, não é capaz de expressar as nuances do problema urbanístico e social contemplado. A conclusão da participante de que “somos todas meio neuróticas” (ou até que estamos todas meio neuróticas?) vem de encontro à compreensão teórica de que mulheres estão, involuntariamente, envolvidas num sistema de opressão que exige subserviência, privação e insegurança constantes – e que chegam até a impor um certo nível de “loucura” na obrigação e culpabilização das vítimas envolvidas nestes processos de poder.

A sensação de medo, e também a sensação de exaustão e cansaço, advindas da necessidade de travar malabarismos constantes com as infinitas técnicas de autoproteção imputadas a mulheres moradoras de grandes metrópoles como Curitiba, são consequências de processos estruturantes e excludentes que buscam sempre fortalecer estruturas de dominação e poder, muitas vezes consolidadas a partir do território e das características urbanas de determinadas áreas.

Mais do que oferecer apenas soluções e apontar problemas práticos e cotidianos, é essencial primeiramente questionar o modelo territorial e socioeconômico vigente, não somente em termos de recortes de gênero, mas também no conjunto interseccional de opressões expressas em territórios latino-americanos (sejam elas opressões de gênero, raciais, de classe). O verdadeiro terrorismo psicológico imposto à todas as mulheres (a partir de seus diferentes ângulos e escalas, de acordo com as questões de privilégio e opressão apontadas) com relação à utilização do espaço público e a normalização do medo constante de ocupar, fazem parte de um sistema único de dominação e cerceamento de

liberdade, que não sofrerá alteração em termos de desenvolvimento urbano se não questionado sob a ótica do urbanismo feminista.

A naturalização da violência de gênero e certa legitimação das “pequenas” violências urbanas de caráter não só físico, mas, em especial, psicológico, contra as mulheres, faz com que o trabalho invisível e silencioso por segurança e autoproteção que todas estas conduzem (sem exceção, apesar de aplicados de diferentes formas de acordo com realidades interseccionais) pareça simples, comum e natural do “ser feminino”. Não há qualquer comprovação biológica de que mulheres são naturalmente mais sensíveis, preocupadas, ansiosas ou estressadas que homens no que compete a utilização de espaços coletivos. Do contrário, historicamente falando e conforme apontado na análise teórica aqui apresentada, mulheres se beneficiam de espaços coletivos justamente pelo compartilhamento de responsabilidades com uma comunidade. Tais medos, preocupações e inseguranças são socialmente construídos de forma a, deliberada e paulatinamente, limitar o controle sobre seus próprios corpos e o poder sobre o território.

As estratégias consolidadas por um sistema patriarcal e colonialista de construção urbana desenvolvem-se à medida que as demandas por controle se estabelecem. As preocupações constantes de circulação e as limitações de liberdade e acesso à cidade são formas de afastamento de grupos oprimidos de espaços de poder. Dentro dos recortes interseccionais propostos, observa-se que diferentes dinâmicas de opressão impõem também diferentes reações das vítimas. As táticas e a viabilidade de suas aplicações também acabam desenhando-se de acordo com as demandas e realidades impostas pelo conjunto de regras patriarcais, racistas e classicistas espelhados nas dinâmicas urbanas.

Há, no entanto, um ciclo entre decisões de mobilidade e utilização de táticas de autoproteção, em que um influencia o outro. O medo de certos espaços influencia diretamente as decisões de mobilidade de mulheres e o uso ou não de modais. As táticas de autoproteção apresentam-se como formas de “ludibriar” este medo. Essas, então, são como influenciadoras diretas dos processos decisórios de mobilidade, em especial como mecanismos de acesso à utilização de determinados espaços e modais, mas, ao mesmo tempo, podem também fazer parte da decisão pela ausência de ocupação do espaço. Ao decidir executar determinado caminho quando acompanhada, uma mulher utiliza uma tática de autoproteção que a

incentiva (mesmo que de maneira limitada) a fazer uso daquele espaço, por exemplo. No entanto, no momento em que esta também decide que, por insegurança, fará uso da tática de autoisolamento, seu uso está lhe privando do acesso a espaços de lazer ou trabalho.

As decisões de mobilidade, paralelamente, também influenciam quais táticas serão utilizadas por estas mulheres, alimentando o ciclo. Determinados mecanismos podem ser úteis para mulheres que fazem uso de determinado modal, mas para outras não. A jovem estudante que, ao deslocar-se de transporte público, prefere sentar-se próxima ao motorista, na intenção de estar perto de uma testemunha no caso de violência, utiliza uma tática relacionada ao modal escolhido e à sua decisão de mobilidade. A utilização apenas dos veículos individuais como forma de manutenção de segurança, para evitar contato com desconhecidos, também só é viável, por exemplo, para mulheres que tenham condições financeiras de arcar com este “custo de segurança”. Novamente, as dinâmicas de classe e territoriais, neste caso, influenciam a forma e o acesso à determinadas táticas.

Sendo assim, a utilização destas táticas de autoproteção pode ser ferramenta de resistência e resiliência pela/para ocupação dos espaços públicos e de poder, mas apenas quando de fato incentivam o uso dos espaços públicos e de diferentes modais pelo público feminino. A maioria das participantes questionadas apontaram que se sentem mais seguras na presença de outras mulheres nas ruas: compreender tal premissa permite também compreender a influência do uso de táticas de autoproteção como disruptoras ou potencializadoras de ciclos de percepção de insegurança. Nestes ciclos, quanto menos pessoas (ou no caso em especial, mulheres) na rua, maior a percepção de insegurança e, quanto maior tal percepção, menos mulheres decidem fazer uso do espaço público também, completando o ciclo. As táticas de autoproteção que se apresentem como técnicas de incentivo a ocupação urbana por mulheres seriam, então, técnicas disruptoras destes ciclos de insegurança, enquanto táticas de autoproteção focadas no autoisolamento ou na excessiva dependência de terceiros ou de modais específicos para deslocamento seriam técnicas potencializadoras dos ciclos, bem como também incentivadoras de mecanismos de deterioração de direitos à individualidade, criatividade e integridade femininos. A privação do direito às escolhas livres vinculadas à mobilidade, bem como da verdadeira posse de seu próprio tempo e de

sua vida como um todo, são mecanismos de controle e poder sobre corpos femininos, constantemente impedidos por um sistema bem engendrado de dominação.

De toda forma, vale pontuar que colocar como responsabilidade feminina a manutenção de sua própria segurança em razão do medo causado por violências realizadas por homens, pela cidade e pelo Estado, não é justo. As táticas de autoproteção adotadas por mulheres são mecanismos de defesa e sobrevivência em um ambiente que não lhes acolhe e que não provê mecanismos de segurança. As soluções a serem adotadas de forma a prover tais mecanismos de segurança devem, inicialmente, passar por um processo intenso de crítica ao modelo vigente de construção urbana e, conseqüentemente, focar na socialização de potenciais violadores, e não na doutrinação e limitação das vítimas.

Desta forma, é inicialmente essencial evitar e até combater, como política pública, o terrorismo psicológico direcionado a mulheres (em especial a mulheres jovens, que apontam serem as principais afetadas por tais modelos de influência), buscando criar canais de confiança na utilização do espaço público e coletivo, fortalecendo nestas o sentimento de que o espaço público lhes é um direito, não um presente que pode ser usufruído precariamente e à duras penas. Prover ferramentas de maior empoderamento individual, como já propõem algumas táticas de autoproteção utilizadas por essas mulheres, como redes de sororidade e apoio ou o conhecimento de técnicas de defesa pessoal, podem incentivar, inclusive, que mais mulheres queiram de fato ocupar espaços de deslocamento e de estar, e “racionalizem” seus medos – de forma a conseguir discernir o que é de fato uma insegurança individual realista, do que é um medo coletivo potencializado por mecanismos estatais e midiáticos.

O Estado, como agente da promoção do bem público e comunitário, tem obrigação de fornecer as ferramentas pra tal, enfatizando a importância dos recortes de gênero na criação destas políticas públicas. A criação de campanhas de incentivo ao uso de transporte público, por exemplo, focando em mais investimento em pontualidade e redução de preço, poderiam garantir mecanismos mais acessíveis de transporte e mobilidade de mulheres em situação vulnerável, aumentando seu poder de escolha ao acessar infraestruturas de trabalho, estudo e lazer. Além do investimento em transporte público e coletivo, há também a necessidade de

pluralização dos sistemas de mobilidade, a partir de melhora de infraestrutura cicloviária, incentivando o uso de modais variados e aumentando as opções viáveis para mulheres.

Além do financiamento de infraestrutura básica de transporte público e cicloviário acessíveis e democráticos, é imperativa também a criação e desenvolvimento de políticas de tolerância zero a assédio em qualquer meio de mobilidade, sendo este marketing cultural essencial na criação de mudanças estruturantes tanto no comportamento de possíveis abusadores, quanto na percepção de segurança das possíveis vítimas em observarem que serão acolhidas corretamente no caso de alguma violência.

Ainda na seara das políticas públicas, melhorias na iluminação pública e realização de auditorias de segurança pública de espaços urbanos sob perspectiva de gênero são também mecanismos básicos de instalação de infraestrutura urbana de impacto direto no deslocamento feminino e também, no caso das auditorias, ferramentas de análise técnicas e objetivas, com base em evidências qualitativas, de investimentos de impacto eficiente na vida das usuárias.

Em termos de inclusão democrática de populações periféricas, é também imperativa a distribuição de opções de lazer para periferias, descentralizando o acesso à serviços, de forma que não seja também necessária a exposição longa e prolongada a eventuais violências para acessar algum serviço ou lazer, fortalecendo as relações intracomunitárias.

Especialmente sobre as análises vinculadas às dinâmicas raciais e territoriais, é também essencial a reforma dos mecanismos de manutenção de segurança adotados pelas forças com poder de polícia, provendo um serviço de segurança de fato acolhedor e democrático, sendo esta reforma pautada obrigatoriamente sob perspectiva sensível a questões de gênero, raça, classe e território. Da mesma forma, é essencial o foco em políticas de combate estruturante à desigualdade social e às “zonas quentes” de conflito entre áreas urbanas, considerando o impacto proporcionalmente mais profundo destas na vida de mulheres.

Conforme apontado anteriormente, cabe ressaltar também a importância do não financiamento de propaganda de terrorismo psicológico contra as vítimas (ensinando técnicas “infalíveis” de se proteger), mas sim ressaltando a política de zero violência e conscientizando homens a fim de evitar abusos – é preciso e

urgente a instituição de política estatal e coletiva de jamais responsabilizar a vítima por uma eventual violência, ou então por garantir sua própria segurança, quando ela é ditada de forma desigual por características intrínsecas ao ser.

De forma a finalizar as conclusões deste estudo, adiciono um apontamento importante. O acesso a/de mulheres social e territorialmente vulneráveis é especialmente difícil a qualquer infraestrutura, inclusive em termos amostrais e de pesquisa, especialmente quando não há investimento para que estas demandem tempo e infraestrutura de deslocamento/tecnológica para participação nas coletas de dados. A limitação apresentada neste estudo, em decorrência de tal dificuldade de acesso, gera também consequências nos resultados encontrados. A presença adicional de determinados depoimentos poderia ter contribuído, ainda mais, para a construção desta conclusão, mas não foi possível devido a barreiras territoriais, de renda e acesso.

Há espaço para o desenvolvimento ainda mais profundo desta análise, utilizando-se da mesma metodologia, englobando maior amostra, ainda mais diversa, com recortes socioterritoriais que não puderam, por tais questões de tempo e logística, ser abordados neste momento e nesta análise. Da mesma forma, o diagnóstico pode ser estendido para outras cidades e realidades urbanas, possibilitando a comparação entre tais realidades e a influência da utilização de táticas de autoproteção nas dinâmicas de mobilidade de mulheres, e vice-versa, em diferentes cenários. Este estudo pode contribuir para a construção de conhecimento de muitas áreas, possuindo diversos pontos de desenvolvimento a partir de sua base construída. Sugere-se desdobramentos específicos tanto para a) a área da saúde, em termos de análise psiquiátrica e psicológica dos impactos do stress constante promovido pela insegurança de acessos espaços públicos e se deslocar; quanto para b) a análise mais específica e aprofundada de cada um dos recortes interseccionais propostos neste estudo, bem como sobre a aplicação e impacto das diversas técnicas de autoproteção mencionadas e suas categorias. Cabe também a utilização da metodologia para a realização da mesma análise em outras cidades e territórios, possibilitando inclusive uma análise comparativa entre diferentes realidades. O estudo e análise científica das sugestões vinculadas a políticas públicas também demanda futuro aprofundamento, podendo fornecer embasamento

científico e teórico para manuais relevantes em termos de igualdade de gênero e política urbana democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ACTIONAID. 87% das brasileiras foram assediadas no ultimo mês, afirma ActionAid. **ActionAid**, 25 de nov. de 2016. Disponível em <https://actionaid.org.br/na_midia/87-das-brasileiras-foram-assediadas-no-ultimo-mes-afirma-actionaid/>. Acesso em: 08 de jan. de 2022.

AHMAD, N. M; AHMAD, M.M; MASOOD, R. *Socio-psychological Implications of Public Harassment for Women in the Capital City of Islamabad*. **Indian Journal of Gender Studies**, Índia, v. 27, n. 1, p. 77-110, 2020.

AL-BISHAWI *et al.* *Women's behaviour in public spaces and the influence of privacy as a cultural value: The case of Nablus, Palestine*. **Urban Studies**, Reino Unido, v.54, n. 7, p. 1559-1577, 2017.

ALFONSO, L. M.; DEL POZO, N. Q.; INGLESIAS, G. R. *Acoso sexual en lugares públicos de Quito: retos para una “ciudad segura”*. **URVIO - Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, Quito, n. 19, p. 21-36, 2016.

ALVARENGA, D. Mulheres ganham em média 20,5% menos que homens no Brasil. **G1**, 08 de mar. de 2022. Disponível em < <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-ganham-em-media-205percent-menos-que-homens-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 08 de mar. de 2022.

ÁLVAREZ ISIDRO, E. V.; GÓMEZ ALFONSO, C. J. *Recomendaciones para la incorporación de la perspectiva de género en el planeamiento urbano*. **Ciencia, Técnica y Mainstreaming Social**, Valência, v. 1, n. 1, p. 29-38, 2017.

ARENDT, H. **The Human Condition**. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

AUGÉ, M. **Não-lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BASTOMSKI, S.; SMITH, P. *Gender, Fear, and Public Places: How Negative Encounters with Strangers Harm Women*. **Sex Roles**, Nova York, v. 76, n.1, p. 73-88, 2016

BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMANN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BESSE, S. **Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914 – 1940**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BENTHAM, J. **El panóptico**. Madrid: Endymión: 1989.

BORGES, C. D.; SANTOS, M. A. Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. **Revista da SPAGESP – Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 74-80, 2005.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 4.121, de 27 de ago. de 1962. **Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada**, Brasília: Câmara dos Deputados, 1962. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4121-27-agosto-1962-353846-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 08 de ago. S=de 2021.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

CAVALO, L. E. *Androcentrismo y espacio público: análisis exploratorio sobre la subrepresentación femenina en la nomenclatura urbana de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*. **Feminismo/s**, n. 33, p. 249-271, 2019.

CENICEROS, M. A. *Cuerpos improprios apropiando el espacio expropiado: las luchas de las mujeres trans en Tijuana*. **Polis**, Santiago, v. 19, n. 55, p. 112-138, 2020.

CHANTER, T. **Gênero: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CRISTANCHO, M. V. C.; IBARRA, L. F. B. *Mujer, espacio y poder: ciudad y transporte público como dispositivos de exclusión. Reflexiones desde la ciudad de Cali*. **Estudios Socio-Jurídicos**, Bogotá, v. 18, n. 2, p. 229-254, 2016.

COL-LECTIU PUNT 6. **¿Qué es el urbanismo feminista?**. 2016. 7 min, son., color. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=dl4TOCPMMBA&t=398s>>. Acesso em: 19 jul. 2021

COL-LECTIU PUNT 6. **Urbanismo feminista. Por una transformación radical de los espacios de vida**. Barcelona: Virus Editorial i Distribüidora, 2019.

CORTÉS, J. M.G. **Políticas do Espaço: arquitetura, gênero e controle social**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

CRENSHAW, K. *Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics*. In: **Feminist Legal Theory**. Routledge, 2018. p. 57-80.

CZYTAJLO, N. *HÁBITAT/ GÉNERO/ INCLUSIÓN: Reflexiones sobre la(s) desigualdad(es) y los desafíos de la agenda urbana. La Aljaba*, v. 22, n. 1, p. 157-180, 2018.

DAVIS, M. *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. New York: Verso, 2006.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DUARTE, F. *Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

EARLE, T. L., LINDEN, W., WEINBERG, J. *Differential effects of harassment on cardiovascular and salivary cortisol stress reactivity and recovery in women and men. J Psychosom Res.*, v. 45, n. 2, p. 125-141, 1999.

ESCALANTE, S. O. *Where is women's right to the night in the New Urban Agenda? The need to include an intersectional gender perspective in planning the night. Territory of Research on Settlements and Environment*, v. 16, n.1, p. 165-180, 2016.

FANGHANEL, A. *The trouble with safety: Fear of crime, pollution and subjectification in public space. Theoretical Criminology*, Londres, v. 20, n.1, p. 57-74, 2016.

FARIA, D. R. *Sem descanso. Arquitetura hostil e controle do espaço público no Centro de Curitiba*. 2020. 178 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FIGUEIREDO, P.; ROSÁRIO, M. Vizinhos se unem no Whatsapp para garantir segurança. **VEJA São Paulo**, 24 de mar. de 2017. Disponível em <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/whatsapp-vizinhos-seguranca/>>. Acesso em: 27 de jan. de 2022.

FILEBORN, B. *Naming the Unspeakable Harm of Street Harassment: A Survey-Based Examination of Disclosure Practices*. **Violence Against Women**, Nova York, v. 25, n. 2, p. 223-248, 2019.

FLEETWOOD, J. *Everyday self-defence: Hollaback narratives, habitus and resisting street harassment*. **The British Journal of Sociology**, Londres, v. 0, n.0, p. 1-21, 2019.

FREITAS, C. A. O. Estudos Feministas sobre a Questão Urbana: Abordagens e Críticas. **Anais XVIII ENANPUR 2019**, Natal, p. 90-109, 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANK, A. G. ***Capitalism and Underdevelopment in Latin America***. New York, 1967.

FREY, K. Descentralização e Poder Local em Alexis de Tocqueville. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 15, p. 83-96, 2000.

G1 PARANÁ. Estudo aponta informações do perfil econômico das regionais de Curitiba. **G1 PR**, 08 de nov. de 2013. Disponível em <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/11/estudo-aponta-informacoes-do-perfil-economico-das-regionais-de-curitiba.html>>. Acesso em: 28 de jan. de 2022.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2021.

GARDNER, C. B. ***Passing by: Gender and Public Harassment***. Berkeley: University of California Press, 1995.

GEHL, J. ***Cidade para pessoas***. 3ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOIS, A. 8 em cada 10 mulheres brasileiras têm medo de andar sozinhas à noite. **O Globo**, 27 de mar. de 2018. Disponível em <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/pesquisa-8-em-cada-10-mulheres-brasileiras-tem-medo-de-andar-sozinhas-noite.html>>. Acesso em: 07 de ago. de 2021.

GOMES, P. C. da C. ***A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade***. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GONZALEZ, L. ***Por um feminismo afro-latino-americano***. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S. A., 2020.

HAYDEN, D. ***The Grand Domestic Revolution***. Boston: The Massachusetts Institute of Technology, 1981.

HOFMANN, S., DUARTE, M. C.. *Gender and natural resource extraction in Latin America*. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 111, p. 39-63, 2021

HORELLI, L. *Engendering urban planning in different contexts – successes, constraints and consequences*. **European Planning Studies**, Londres, v. 25, n. 10, p. 1779-1796, 2017.

HUNING, S. *From feminist critique to gender mainstreaming — and back? The case of German urban planning*. **Gender, Place and Culture**, Londres, v. 27, n. 7, p. 944-964, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Estimada 2020 – Censo Demográfico 2010 - Curitiba**. IBGE Cidades – Curitiba. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>>. Acesso em 09 de ago. de 2021.

IPPUC – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. (2014). **Bairros**. Sem escala. Disponível em: <<http://www.mobilizacuritiba.org.br/files/2014/03/mapa-regionais.jpg>>. Acesso em 28 de jan. de 2022.

INNERARITY, D. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2010.

INNESS, S. A., LLOYD, M. “*GI Joes in Barbie Land*”: recontextualizing butch in twentieth-century lesbian cultura. **The National Women’s Studies Association Journal**, v. 7, p. 1-23, 1995.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JIMÉNEZ, J. T.; SIERRA, M. O. *Violencia de género y ciudad: cartografías feministas del temor y el miedo*. **Sociedad y Economía**, v. 32, p. 65-84, 2017.

KALIN, WALTER *et al.* (Orgs.) **The Face of Human Rights**. Baden: Lars Muller, 2004.

KELLY, L. **Surviving Sexual Violence**. Oxford: Policy Press, 1988.

KERN, L. **Cidade Feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

LIMA, A. G. G.; ALVIM, A. T. B.; RODOLFO, J. A. *The voices of Afro-Brazilian women from Parelheiros: the internet and intersectionality*. **VIRUS**. Online.

Disponível em: < <http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=6&lang=en>>. Acesso em 03 de jan. 2022. 2021.

LEÃO, L. R. **Donas da Rua? A busca pela igualdade de gênero na apropriação dos espaços urbanos. Proposta de Intervenção na Cidade Industrial de Curitiba.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

LEFEBVRE, H. ***La production de l'espace.*** Paris: Anthropos, 1981.

LEWIS, S.; SAUKKO, P.; LUMSDEN, K. *Rhythms, sociabilities and transience of sexual harassment in transport: mobilities perspectives of the London underground.* **Gender, Place & Culture**, Londres, p. 277-298, 2020.

LISTERBORN, C. *Feminist struggle over urban safety and the politics of space.* **European Journal of Women's Studies**, Londres, v. 23, n. 3, p. 251-264, 2016.

LUBITOW, A. et al. *Transforming mobility justice: Gendered harassment and violence on transit.* **Journal of Transport Geography**, v. 82, p. 102601, 2020.

MADRIZ, E. ***Nothing good happens to good girls.*** Berkeley, University of California Press, 1997.

MAHADEVIA, D.; LATHIA, S. *Women's Safety and Public Spaces: Lessons from the Sabarmati Riverfront, India.* **Urban Planning**, v. 4, n. 2, p. 154-168, 2019.

MASSEY, D. ***Space, Place and Gender.*** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MEJÍA-DORANTES, L.; VILLAGRÁN, P. S. *A review on the influence of barriers on gender equality to access the city: A synthesis approach of Mexico City and its Metropolitan Area.* **Cities journal**, v. 96, p. 102439, 2020.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento : pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1992.

MINTON, A. **Ground Control: fear and happiness in the twenty-first-century city**. Londres: Penguin Group, 2012.

MORGAN, D.L. *Designing focus group research*. In M. A. Stewart, F. Tudiver, M. J. Bass, E. V. Dunn, & P. G. Norton (Eds.), **Tools for primary care research**. Newbury Park, London, New Delhi: SAGE Publications, 1992. p. 177-193.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e Política: Ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

NASCIMENTO, G. P. de. A racialização do espaço urbano da cidade de Curitiba – PR. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v.25, n.24, p. 1-32, 2021. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/46911/html>> Acesso em 28 de dez. de 2021.

NASCIMENTO, S. S. *Corpografías divergentes: las ciudades deseadas y las prohibidas en las experiencias travestis (Brasil)*. **Revista Colombiana de Antropología**, Bogotá, v. 55, n. 2, p. 93-116, 2019.

NINA. Página inicial. **NINA**. Disponível em <<https://portal.ninamob.com/>>. Acesso em: 28 de dez. de 2021.

PHADKE, S.; RANADE, S.; KHAN, S. *Why loiter? Radical possibilities for gendered dissent*. In: **Dissent and cultural resistance in Asia's cities**, p. 185-23, 2009.

PEREYRA, L. P.; GUTIÉRREZ, A.; NEROME, M. M. *La inseguridad en el transporte público del Área Metropolitana de Buenos Aires. Experiencias y percepciones de mujeres y varones*. **Territorios**, Bogotá, v. 39, n. 1, p. 71-95, 2018.

PREFEITURA DE CURITIBA. 19,7% da população de Curitiba são negros ou pardos. **Notícias Sociedade Civil**, 20 de nov. de 2013. Disponível em <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/197-da-populacao-de-curitiba-sao-negros-ou-pardos/31360#:~:text=Quase%20um%20quinto%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,2%2C8%25%20s%C3%A3o%20pretos>>. Acesso em 29 de jan. de 2022.

RAMINELLI, R. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 10-43.

RIŠOVÁ, K.; MADAJOVÁ M. S. *Gender differences in a walking environment safety perception: A case study in a small town of Banská Bystrica (Slovakia)*. **Journal of Transport Geography**, v. 85, p. 102723, 2020.

RODÓ-DE-ZARATE, M.; CASTANY, J. E.; EIZAGIRRE, N. *La configuración y las consecuencias del miedo en el espacio público desde la perspectiva de género*. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, v. 167, p. 89-106, 2019.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

SÁNCHEZ, A. F. *Interacción, construcción del espacio social y sexualidad en el Metro de la Ciudad de México*. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 524-545, 2019.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos. In: **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SILVEIRA, D. Brasileiras têm filhos mais tarde, mas 430 mil mulheres até 19 anos deram à luz em 2018, mostra IBGE. **G1 Economia**, 04 de dez. de 2019. Disponível

em < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/04/brasileiras-tem-filhos-mais-tarde-mas-430-mil-mulheres-ate-19-anos-deram-a-luz-em-2018-mostra-ibge.ghtml>>.

Acesso em: 21 de dez. de 2021.

SIVIS. **Índice de Democracia Local – Curitiba, Base de Dados**. Curitiba: Instituto Sivis, 2017. Disponível em: <<https://sivis.org.br/idlcuritiba/>>. Acesso em: 07 de ago. de 2021.

SOBRAL, D. D. C. **VIOLÊNCIAS, SOCIABILIDADES E RESISTÊNCIAS: uma etnografia do vagão rosa no sistema metroferroviário do Rio de Janeiro**, 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SOMMER, M. et al. *How Narratives of Fear Shape Girls' Participation in Community Life in Two Conflict-Affected Populations*. **Violence Against Women**, Nova York, v. 24, n. 5, p. 565-585, 2018.

SOUSA, B. Panóptico: reconhecimento facial renova velhas táticas racistas de encarceramento. **Rede de Observatórios de Segurança**, 22 de abr. de 2021. Disponível em <<http://observatorioseguranca.com.br/panoptico-reconhecimento-facial-renova-velhas-taticas-racistas-de-encarceramento/>>. Acesso em: 28. de dez. de 2021.

SOUSA, C. A. **Do cheio para o vazio: metodologia e estratégia na avaliação de espaços urbanos obsoletos**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Arquitectura) – Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

SPAIN, D. ***How Women Saved the City***. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

STANKO, E. A. The Case of Fearful Women: Gender, Personal Safety and Fear of Crime. ***Women & Criminal Justice***, v. 4, n. 1, p. 117-135, 1993.

STANKO, E. *Warnings to women: Police advice and women's safety in Britain*. **Violence against Women**, v. 2, p. 5–24, 1996.

STEINBUGLER, A. C. *Visibility as privilege and danger: heterosexual and same-sex interracial intimacy in the 21st century*. **Sexualities**, v. 8, p. 425-443, 2005.

SOIHET, R. Mulheres pobres e a violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 10-43.

TANDOGAN, O.; ILHAN, B. S. *Fear of Crime in Public Spaces: From the View of Women Living in Cities*. **Procedia Engineering**, v. 161, p. 2011-2018, 2016.

THINK OLGA. Google Assistente. **Think Olga**. Disponível em <<https://thinkolga.com/projetos/google-assistente/>>. Acesso em: 28 de dez. de 2021.

TOCQUEVILLE, A. **Democracy in America**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: as perspectivas da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

UBER. Dicas de Conduta e Segurança. **Uber**. 7 de mar. de 2019. Disponível em <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/dicas-conduta-seguranca/>>. Acesso em: 28 de dez. de 2021.

UMAÑA-BARRIOS, N.; GIL, A. S. *How can spatial design promote inclusivity, gender equality and overall sustainability in Costa Rica's urban mobility system*. **Procedia Engineering**, v. 198, p. 1018-1035, 2017.

VALENTINE, G. *The geography of woman's fear*. **Area**. The Royal Geographical Society. Vol 21.4, 1989, p. 385 – 390.

VALENTINE, G. *(Hetero) sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces*. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 11, p. 395-413, 1993.

VAN DER BERG, M. *The discursive uses of Jane Jacobs for the genderfying city: Understanding the productions of space for post-Fordist gender notions*. **Urban Studies**, Londres, p. 1-16, 2016.

VERA-GRAY, F. *Men's stranger intrusions: Rethinking street harassment*. **Women's Studies International Forum**, v. 58, p. 9-17, 2016a.

VERA-GRAY, F. *Men's Intrusion, Women's Embodiment: A Critical Analysis of Street Harassment*. Londres, Routledge, 2016b.

VERA-GRAY, F. *The right amount of panic: how women trade freedom for safety*. Bristol, Policy Press, 2018.

VERA-GRAY, F; KELLY, L. *Contested gendered space: public sexual harassment and women's safety work*. **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**, p. 1-11, 2020.

VILLAGRÁN, P. S. *Repensar el hábitat urbano desde una perspectiva de género. Debates, agendas y desafíos*. **Andamios**, v. 13, n. 32, p. 27-56, 2016.

WENTZEL, M. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. **BBC News Brasil**, 26 de fev. de 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>>. Acesso em: 06 de ago. de 2021.

WHITZMAN, C. "WHAT DO YOU WANT TO DO? PAVE PARKS?". **Change of Plans**, Toronto, pp. 89-110, 2019.

WIJNTUIN, P.; KOSTER, M. *Dutch-Moroccan Girls Navigating Public Space: Wandering as an Everyday Spatial Practice*. **Space and Culture**, Nova York, v. 22, n. 3, p. 280-293, 2019.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

WOLLSTONECRAFT, M. **The Feminist Papers: A Vindication of the Rights of Women**. Layton: Gibbs Smith, 2019.

ZANOTTO, K. R. **Segurança em área urbana central: configuração, forma urbana e usuários**. 2002. 161 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para Grupo Focal

Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidada como voluntária a participar do estudo “Emprego de táticas de autoproteção como mecanismos de resistência urbana nas decisões femininas de mobilidade”, que tem por objetivo analisar de que forma o trabalho invisível e cotidiano de autoproteção como mecanismo de resistência urbanística influencia decisões de mobilidade de mulheres em Curitiba. Acreditamos que esta pesquisa seja importante para compreender a realidade da relação de mulheres diversas com o espaço público de Curitiba a partir de suas percepções de medo e segurança, possibilitando maior compreensão das dinâmicas de mobilidade femininas na cidade.

PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

A sua participação no referido estudo envolverá a participação em estudo quali-quantitativo envolvendo a resposta a questionários e coleta de depoimentos relacionados à percepção de segurança urbana e padrões de mobilidade.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Através deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) você está sendo alertada de que, da pesquisa a se realizar, pode esperar alguns benefícios, tais como: desenvolver uma conversa sobre as experiências e frustrações comuns às questões de insegurança e medo relacionados à cidade e sua influência nos padrões de mobilidade de outras mulheres curitibanas, e conhecer como o assunto é tratado no âmbito acadêmico e de pesquisa. Também é importante ser informada sobre a possibilidade dos seguintes desconfortos ou riscos em sua participação: uso indevido dos dados pessoais dos envolvidos por terceiros; e constrangimento causado por discussões ou timidez durante a coleta dos depoimentos e resposta aos questionários.

Para minimizar tais riscos, tomaremos as seguintes medidas: 1) será realizada a anonimização dos dados em todos os relatórios consecutivos às sessões presenciais e aos questionários respondidos (as participantes não serão citadas nas

pesquisas por seus verdadeiros nomes), e exclusividade de acesso às informações da pesquisa apenas pelos pesquisadores principais citados neste termo; 2) as participantes estarão livres para expor seus depoimentos da forma mais espontânea possível; 3) para a realização da sessão de Grupo Focal, serão priorizadas participantes que não conheçam-se entre si, permitindo maior liberdade de fala sem vieses pessoais anteriores.

SIGILO E PRIVACIDADE

Nós pesquisadores garantimos a você que sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome completo ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, será mantido em sigilo. Na redação de publicações acadêmicas/científicas, e apenas para este propósito, em alguns casos talvez seja necessário apresentar características comuns aos grupos que você representa/lidera. Nós, pesquisadores, nos responsabilizamos pela guarda e confidencialidade dos dados coletados, bem como a não exposição dos dados brutos de pesquisa sob quaisquer circunstância.

AUTONOMIA

Nós lhe asseguramos assistência durante toda pesquisa, bem como garantimos seu livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências e tudo que desejar saber antes, durante e depois de sua participação. Também informamos que você pode recusar-se a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento durante sua participação, sem a necessidade de justificativas, e que, por desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo à assistência que vem recebendo.

RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO

Caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, os pesquisadores se responsabilizam, conforme determina a lei.

CONTATO

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são Laís Rocha Leão (PUCPR) e Rodrigo José Firmino (PUCPR,) e com estes você poderá manter contato pelos telefones +49 177 6160932 e +55 (41) 99695-9447, respectivamente, ou pelos e-mails laisrleao@gmail.com e rodrigo.firmino@pucpr.br. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR (CEP) pelo telefone +55 (41) 3271-2103 entre segunda e sexta-feira das 08h00 às 17h30 ou pelo e-mail nep@pucpr.br.

DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeita com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada nos pelo pesquisador responsável do estudo. Enfim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Participante da pesquisa	
(estes dados serão mantidos em sigilo e apenas os participantes principais terão acesso)	
Nome:	
e-mail ou telefone:	

Curitiba, ____ de _____ de ____.

Assinatura da participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador

USO DE ÁUDIO E VÍDEO

Autorizo o uso de meu áudio e vídeo gravado durante os eventos em observação pelos pesquisadores, para fins da pesquisa, sendo seu **uso restrito** a análise de dados para o desenvolvimento do projeto. Os áudios e vídeos coletados não serão usados para quaisquer publicações.

Assinatura da participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para Questionário Quantitativo

Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidada como voluntária a participar do estudo “Emprego de táticas de autoproteção como mecanismos de resistência urbana nas decisões femininas de mobilidade”, que tem por objetivo analisar de que forma o trabalho invisível e cotidiano de autoproteção como mecanismo de resistência urbanística influencia decisões de mobilidade de mulheres em Curitiba. Acreditamos que esta pesquisa seja importante para compreender a realidade da relação de mulheres diversas com o espaço público de Curitiba a partir de suas percepções de medo e segurança, possibilitando maior compreensão das dinâmicas de mobilidade femininas na cidade.

PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

A sua participação no referido estudo envolverá a participação em estudo quantitativo envolvendo a resposta a questionários e coleta de depoimentos relacionados à percepção de segurança urbana e padrões de mobilidade.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Através deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) você está sendo alertada de que, da pesquisa a se realizar, pode esperar alguns benefícios, tais como: refletir sobre as experiências e frustrações comuns às questões de insegurança e medo relacionados à cidade e sua influência nos padrões de mobilidade de outras mulheres curitibanas, e conhecer como o assunto é tratado no âmbito acadêmico e de pesquisa. Também é importante ser informada sobre a possibilidade dos seguintes desconfortos ou riscos em sua participação: uso indevido dos dados pessoais dos envolvidos por terceiros; e constrangimento causado por timidez durante a resposta aos questionários.

Para minimizar tais riscos, tomaremos as seguintes medidas: 1) será realizada a anonimização dos dados em todos os relatórios consecutivos às sessões presenciais e aos questionários respondidos (as participantes não serão citadas nas pesquisas por seus verdadeiros nomes), e exclusividade de acesso às informações

da pesquisa apenas pelos pesquisadores principais citados neste termo; 2) as participantes estarão livres para expor suas respostas da forma mais espontânea possível.

SIGILO E PRIVACIDADE

Nós pesquisadores garantimos a você que sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome completo ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, será mantido em sigilo. Na redação de publicações acadêmicas/científicas, e apenas para este propósito, em alguns casos talvez seja necessário apresentar características comuns aos grupos que você representa. Nós, pesquisadores, nos responsabilizamos pela guarda e confidencialidade dos dados coletados, bem como a não exposição dos dados brutos de pesquisa sob quaisquer circunstância.

AUTONOMIA

Nós lhe asseguramos assistência durante toda pesquisa, bem como garantimos seu livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências e tudo que desejar saber antes, durante e depois de sua participação. Também informamos que você pode recusar-se a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento durante sua participação, sem a necessidade de justificativas, e que, por desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo à assistência que vem recebendo.

RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO

Caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, os pesquisadores se responsabilizam, conforme determina a lei.

CONTATO

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são Laís Rocha Leão (PUCPR) e Rodrigo José Firmino (PUCPR,) e com estes você poderá manter contato pelos telefones +49 177 6160932 e +55 (41) 99695-9447, respectivamente, ou pelos e-mails laisrleao@gmail.com e rodrigo.firmino@pucpr.br. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que

estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR (CEP) pelo telefone +55 (41) 3271-2103 entre segunda e sexta-feira das 08h00 às 17h30 ou pelo e-mail nep@pucpr.br.

DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeita com as respostas. Enfim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. A aceitação dos termos no formulário quantitativo apresentado via ferramenta “Google Forms” demonstra sua aceitação aos termos deste TCLE.

Curitiba, ____ de _____ de _____.